

MARIA TERESA B. TURTELLI GIL DE SOUZA

ANEXO AO PROCESSO Nº 220/99 - CM

DEFESA DE DISSERTAÇÃO EM: 10/09/2002

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A Função Social da Escola no Contexto Atual:
A Experiência de duas Escolas Paulistas**

**UNESP/MARÍLIA
2002**



MARIA TERESA B. TURTELLI GIL DE SOUZA

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO CONTEXTO
ATUAL: A EXPERIÊNCIA DE DUAS ESCOLAS
PAULISTAS

UNESP/MARÍLIA
2002



MARIA TERESA B. TURTELLI GIL DE SOUZA



A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO CONTEXTO
ATUAL: A EXPERIÊNCIA DE DUAS ESCOLAS
PAULISTAS

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do Grau de Mestre em
Educação, à Comissão Julgadora da Pós - Graduação
da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, sob
a orientação do Professor Doutor Paschoal Quaglio.

UNESP/MARÍLIA
2002



UN 001138925

Nº cham 372, 10421
5729 f

Nº Tombo 1420

Aquisição D

Preço 5,00

Data 10/03/03

Proced. Autar

- Ensino de 1º grau - Escola pública (690)
- Escolas públicas - visão política e social
- neoliberalismo
- Democracia
- Cidadania

70801037

142p. grifado



985

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Orlando (*in memóriam*) e Zenilda

A Odir,
Cláudia, Flávia, Daniel e
Maria Regina,
portadores das sementes de um mundo novo e solidário.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo Dom da vida;

À Maria, mestra e guia;

Ao Professor Dr. Paschoal Quaglio, pela acolhida, pela confiança, pelo apoio, por ter possibilitado abertura de novos horizontes;

Aos professores: Dra Hélia Sônia Raphael e Dr. Dorival Ferreira, pelas oportunas sugestões que proporcionaram o aprimoramento deste trabalho;

À Maria Regina Ferreira, primeira incentivadora, presença amiga em todos os momentos;

A minha família pela compreensão e cumplicidade;

Aos meus irmãos, amigos, professores e alunos que me animaram a prosseguir nesta caminhada, com alegria e confiança;

À direção das escolas pesquisadas pela acolhida e atenção;

Aos professores, alunos, pais e membros da comunidade que enriqueceram este trabalho com seus depoimentos;

À professora Dra. Maria Salete Genovez, pela oportuna contribuição.

SOUZA, M.T.B.G. de. A função social da escola no contexto atual: a experiência de duas escolas públicas paulistas. Marília, 2002, p.136. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. *Campus* de Marília.

RESUMO

O neoliberalismo presente em toda a América Latina pode trazer inúmeras modificações aos diversos setores da sociedade e, em especial, à educação. No Brasil, fatores como a valorização dada ao setor privado, ao mercado, ao lucro e a nova postura do Estado frente aos problemas educacionais, têm influenciado a instituição escolar. Diante deste contexto, a escola pública vive momentos de falta de identidade, sem definição exata de sua função social. Partindo de um estudo sobre as relações escola/ sociedade e a evolução da instituição escolar no decorrer da história até o contexto atual, onde as influências neoliberais se fazem presentes, este trabalho tem como objetivo conhecer como a escola exerce a sua função social no espaço geográfico em que está inserida. Foram analisadas duas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Médio, escolhidas pelo fato de se constituírem marcos históricos da educação das cidades onde estão situadas e também por estarem localizadas na área central urbana, comportando uma clientela de origem sócio/econômica/cultural diversificada. Estas escolas que se situam em cidades diferentes, são as que possuem maior demanda de alunos do Ensino Médio das respectivas Diretorias de Ensino. Entrevistas foram realizadas com os diferentes segmentos da escola e com representantes da comunidade externa a respeito da função social dessa instituição. Os diferentes depoimentos foram classificados em categorias a partir da incidência de determinadas idéias que foram estudadas à luz da análise dos conteúdos. Os resultados apontam para uma valorização da escola pública que, mesmo frente às dificuldades atuais, se constitui em fator decisivo de acesso para as camadas mais desprovidas da população, aos bens de cidadania.

E este é o primeiro passo para a implantação de uma sociedade mais democrática. No entanto, é preciso que a escola esteja em sintonia com o tempo presente, onde a tecnologia e a ciência avançam rapidamente. É preciso então, que a escola reveja seu papel e seja reinventada em diversos aspectos: no que diz respeito à cidadania como prática social cotidiana e no que diz respeito a construção de um espaço de busca de diálogo, de encontro de diferentes saberes e possibilidades de expressão. É preciso aproveitar as “brechas” que o sistema educacional apresenta para conseguir as mudanças necessárias através da ação-reflexão-ação de todos os envolvidos no processo da educação.

Palavras-chave: função social; neoliberalismo; democracia; cidadania cotidiana.



SOUZA, M.T.B.G. de. School's social function to the time being: the experience of two public schools from São Paulo. Marília, 2002, p. 136. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília.

ABSTRACT

The neoliberalism in all South of America, can bring many modifications to each part of society and in special to education. In Brazil facts as the valorization given to the private state, to the market, to profit and to the new attitude of the State face to educational problems has been influenced the school institution. In front of this context, the public school is going through moments of identity's absent, with no exactly conception about its social function. Starting from a study about the relationships between school and society and the school institution's evolution till actual context where neoliberal influences are present, this research paper has the aim of knowing how the school makes its social function in the geographic space where it is located. Two state public schools of Ensino Fundamental and Ensino Médio were analysed and they were chosen for being education historical marks of the cities where they are situated and also for being in the urban central area, having students from different social/economic/cultural background. These schools that are situated in different cities, are those that have the biggest demand for Ensino Médio's students of their Diretoria de Ensino. There were interviews with the different stracts of school, and with the representatives of the extern community about the social function of the institution. The different statements were classified in categories since the incidence of some ideas that were studied under the lighth of contents analysis. The results show a valorization of public school that, even in front of actual difficulties, it is a decisive factor of access to the poor part of population and to the rights of citizenship. And this is the first step to the implementation of a democratic society. In spite of this, it is necessary that the school to be according to the time being, where technology and science grow up quickly. So, it is important and necessary rethink its role in the society and be reinvented in many aspects: about citizenship as a daily social practice looking forward the implementation of now dialogue space, and a function of different type of knowledge and possibilities of expression. It is needed to take advantage of the "blanks" that educational system presents to get the necessary changes through "action-reflection-action" of all involved with the education process.

Key Words: social function; neoliberalism; democracy; daily citizen

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. O Problema: origem e delimitação.....	07
2. Metodologia.....	11

CAPÍTULO I: Homem, Escola e Sociedade..... 28

1. Os Vínculos.....	28
2. Os diferentes modos de se ver esses vínculos.....	29

CAPÍTULO II: A Evolução da Instituição Escolar e o Homem formado por ela..... 36

CAPÍTULO III: Contexto sócio-econômico-político e a Função Social da Escola no início do século XXI..... 45

1. Esclarecendo conceitos e idéias.....	45
2. A sociedade atual e as tendências educacionais.....	47
3. Neoliberalismo: "Isso" pega?.....	49
3.1. O Mercado.....	54
3.2. Globalização: um bem ou mal para a sociedade atual?.....	55
3.3. Neoliberalismo e a Educação.....	56
3.3.1. Idéias Dominantes.....	56
3.3.2. Objetivos para a educação.....	59
3.4. Neoliberalismo e a Educação no Brasil.....	62
3.4.1. A Mercoescola.....	65
3.4.2. Banco Mundial/Educação/ Tendências.....	67
4. A função Social da Escola no Contexto Atual.....	68
4.1. Escola: Local de mudança ou conservação do <i>status quo</i> ?.....	71
4.2. Uma nova escola para um novo tempo.....	73
4.3. Possibilidades: LDB.....	76

CAPÍTULO IV: Aprofundando o Trabalho de Pesquisa..... 79

Caracterização das escolas envolvidas.....	80
1. Escola Alfa.....	80
2. Escola Ômega.....	84

Análise de depoimentos..... 89

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 129

ANEXOS..... 135

INTRODUÇÃO

O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação faz dele (KANT, 1996, p. 15)

1 – O problema: origem e delimitação

O homem é um ser social. Em contato com o seu semelhante, ele se reconhece como pessoa humana dotada de características próprias que o tornam único e diferente. Estabelecendo laços de convivência com o outro, o homem se educa, e, ao interagir com o seu próximo exerce uma ação, ao mesmo tempo que recebe a ação do outro. Nessa reciprocidade e interação, o homem forma a sociedade e cria as instituições sociais com fins específicos: a escola é uma delas.

A instituição social escola é responsável pela transmissão dos conteúdos culturais historicamente construídos, que devem ser oferecidos de forma democrática, facilitando o acesso ao saber por parte de todas as camadas da população; essa instituição é co-responsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os aspectos) e tem como objetivo inserir os seus alunos como cidadãos autônomos e conscientes numa sociedade plural democrática.

Esta definição enfoca o “ideal” da escola, aquilo que toda a sociedade espera dela.

A escola como objeto de estudo vai instituir novas formas de “ver” a realidade escolar, criando um “ponto de entrada” novo que possibilita reconfigurar temas ou áreas mais clássicas. Segundo Rui Canário (1996), é preciso haver uma distinção entre a escola enquanto objeto social e a escola enquanto objeto científico. O termo escola pode se referir ao “mundo material” das coisas, isto é, à escola concreta (objeto social). Ou pode, então, designar algo que, enquanto realidade conceitual, pertence ao mundo “dos produtos do espírito humano” (objeto científico). A escola como objeto de estudo é entendido como um produto deliberado da nossa atividade intelectual, isto é, um mundo conceitualmente construído pela nossa mente, num contexto social, “que permite superar a ilusão de que seria possível aceder de forma direta ao real “enquanto tal” (p. 126).

O acesso ao real implica um processo de construção do objeto de estudo. Weber *apud* Canário (1996) confirma: “*não são as relações reais entre as “coisas” que constituem o princípio da delimitação dos diferentes domínios científicos, mas as relações conceptuais entre problemas*” (p. 126).



Dentro deste pensamento, não existe uma análise científica objetiva, independente do ponto de vista do investigador que, a partir de um “olhar” específico sobre a realidade, a transforma em objeto de investigação. O que acontece é que a construção do objeto de pesquisa se faz a partir de uma abordagem relacional do real, isto é, a partir de um corpo articulado de teorias e de conceitos – uma problemática.

Como o objeto científico tem um caráter construído, isso implica em que ele seja **iminente** ao processo de investigação, não podendo ser encarado numa relação de exterioridade no que diz respeito ao investigador. Conforme afirmação de Herman, Bruyne e Schoutheete *apud* Canário (1996) *o objeto científico não é nunca um “ser”, mas sim uma relação* (p. 127).

Um outro ponto a se destacar é o que trata do estabelecimento de uma sobreposição entre a escola como objeto de estudo e o nível empírico em que se opera a construção desse objeto. Por nível empírico se entende o campo de análise em que vai se localizar o objeto de estudo. São eles: o nível *micro* – a relação individual; o nível *meso* – estabelecimento de ensino; o nível *macro* – sistema educativo, sistema social.

É importante saber que os diferentes níveis empíricos não se excluem um ao outro, mas podem se constituir “*portas de entrada*” para analisar, de ângulos diversos, um mesmo fenômeno. Assim é que, o estudo do estabelecimento de ensino pode ser um excelente modo de se verificar como estão sendo implantadas as reformas educacionais.

Este trabalho se propôs a estudar a função social da escola pública no contexto atual, tempos de neoliberalismo. Trata-se de estudar as relações entre escola e sociedade num tempo de mudanças profundas. O enfoque se deu, então, a nível *macro* e (a sociedade) e *meso* (a escola). Justifica-se este trabalho pela importância que tem para a educação, conhecer profundamente tal relacionamento.

Estudar a escola dentro do contexto da sociedade tem se constituído a preocupação de inúmeros autores que se propõem a “desvelar” as relações presentes nesse quadro. Também os educadores compromissados com a qualidade de seu trabalho têm essa preocupação, porque sabem que as relações positivas ou negativas é que vão garantir um resultado com sucesso.

A escolha deste objeto de estudo foi feita em função da experiência profissional totalmente inserida nos quadros da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – Professor, Diretor de Escola Pública e Supervisor de

Ensino. Nesta última função – Supervisor de Ensino – adquire-se uma visão mais abrangente do trabalho desenvolvido pelas escolas, tanto as públicas quanto as escolas privadas, ampliando-se o entendimento sobre o funcionamento dessa instituição e ao mesmo tempo se constata a importância do seu papel na sociedade em que está inserida.

Para Bobbio (1987) "*público e privado constituem a grande dicotomia*" que se apresenta em dois planos (p. 20). O primeiro deles diz respeito à alternância do público sobre o privado e vice-versa, quer dizer, respeito às relações entre o Estado e seus cidadãos ou entre os direitos comuns e os direitos individuais. Em segundo plano, o público diz respeito à transparência dos atos praticados pelo Estado ou pelos próprios cidadãos. Segundo o Grande Dicionário Larousse Cultural, público, do latim *publicus* é destinado ao povo, coletividade. Privado, do latim *privatus*, é particular, aquilo que não é público. Desta forma, a escola pública – do povo – é o local onde se concentra a maior parte da população em idade escolar, população esta que tem na instituição escolar o único ponto de acesso aos direitos do cidadão. À medida que a escola pública amplia o acesso à população, contribui para a democratização da sociedade.

Assim, a escola pública é considerada o local adequado para se verificar as práticas educativas e as possíveis influências que essas práticas podem receber de inúmeros fatores externos à escola, funcionando como indicador da instalação do processo democrático. Na sociedade brasileira, onde a escola pública representa um canal aberto para a disseminação da ideologia dominante, torna-se ainda mais importante um conhecimento sobre o desempenho de sua função social, a fim de tentar redirecionar a sua prática. Uma prática que deve estar à serviço da formação integral do homem comprometido e não apenas uma prática submetida à lógica do mercado.

Segundo Freitag (1980) há divergência de opiniões entre os autores que estudam a educação e sociedade. Durkheim e Parsons não vêem a educação como fator de mudança de sociedade, mas sim um fator de conservação da estrutura e funcionamento do *status quo*. Dewey e Mannheim acreditam que no processo educacional o indivíduo vai se habilitando a atuar ativamente no ambiente social em que vive, através da análise e avaliação crítica que faz diante dos fatores, tendo por base todas as experiências que lhe foram transmitidas anteriormente. Assim, tanto o indivíduo quanto a sociedade são vistos num contexto dinâmico de constantes mudanças. Para que as mudanças se concretizem é necessário que o meio em que se dá o processo educacional seja organizado e reestruturado. Para Dewey, este meio é a escola. Esta deve ter as características de uma pequena comunidade democrática, onde a criança aprende

a agir como tal, para que também possa viver democraticamente na sociedade. A escola também pode ser usada como aparelho reprodutor do Estado e passar aos alunos a ideologia à qual está à serviço, mantendo o sistema vigente no momento, através do controle que exerce com a implantação da legislação, inicialmente a nível político, e, depois através da legislação específica a nível educacional, direcionando todo o processo educativo para a manutenção do *status quo*. A política educacional estatal procurará alcançar a hegemonia, sempre no interesse da classe dominante” (p. 43).

Se a classe subalterna começa a refletir e mudar o seu papel como oprimida, o Estado reformula leis, reestrutura a organização interna do sistema educacional, enfim, tudo faz para que continue na sua posição de dominação. Ainda, segundo Freitag (1980), Althusser vai analisar a relação sociedade X educação como se a escola fosse o aparelho ideológico do Estado. A escola serviria essencialmente para reproduzir a ideologia dominante. Já Gramsci vai colocar que, enquanto o Estado estiver sob o controle da classe burguesa, a educação deverá ser um processo de crítica, de polêmica, de negação da negação (p. 41).

Estas teorias a respeito das relações escola sociedade é que foram colocadas como pano de fundo para este trabalho que pretendeu também localizar, na época atual, a presença mais forte de uma delas.

Assim, para cumprir sua função social, a escola precisa considerar as práticas da sociedade, tanto as de natureza econômica, política, social, cultural, ética ou moral.

O mundo contemporâneo está marcado pelos avanços na comunicação e na informática, por transformações tecnológicas e científicas, que influem em todos os aspectos da vida social, provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, que afetam diretamente a escola. Nesse contexto, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, oferecida em formas diferentes para ricos e para pobres, subordinada à economia do mercado, pouco preocupada com a desigualdade e o destino social das pessoas.

Em tempo de hegemonia neoliberal a escola corre um grave risco de se tornar, ela, também, propagadora das idéias que excluem grande parte da população do acesso e da permanência com sucesso na escola. O papel da escola não pode ficar restrito a uma questão meramente estatística, que pretende demonstrar que o acesso à escola aumentou consideravelmente, quando na verdade, o acesso ao conhecimento não aconteceu.

O objetivo deste trabalho é analisar a função social da escola no contexto atual onde impera o ideário neoliberalista, detectando as influências do sistema vigente sobre a prática do cotidiano escolar, sem perder de vista os aspectos que levam à formação do cidadão para este século, assim como, também analisar a concepção que os diferentes segmentos da escola, alunos professores, direção, pais, têm sobre o papel da instituição na sociedade atual.

A escola pública atual vive momentos de falta de identidade sem saber definir exatamente a sua finalidade e a sua função social.

Inúmeros fatores concorrem para esse enfraquecimento, tais como as recentes mudanças ocorridas na gestão do governador Mário Covas / São Paulo, em 1995, que incluem a reorganização das escolas, fator que alterou visivelmente o retrato de cada unidade escolar, no que se refere tanto ao corpo discente quanto ao corpo docente. Outras mudanças: as classes de Aceleração, municipalização, maior autonomia para as escolas através de repasses diretos de recursos à Associação de Pais e Mestres e à Direção das escolas, sistema de avaliação do rendimento escolar. Diante de tantas mudanças, a identidade da escola ficou abalada e necessita de tempo para ser reestruturada e assumir o seu papel.

Dentro de um contexto político onde a idéia principal é dar prioridade ao setor privado, maximizando os lucros, a escola pública, através de seu corpo docente / direção, tenta ser democrática, dando acesso a todas as camadas sociais e tenta dar condições de cidadão a todos os que a sociedade quer excluir, atendendo ao que dispõe a Lei Federal 9394/96 nos seus artigos 2º e 3º. A luta é de gigantes, ou melhor, é a luta de Davi – a escola, contra Golias – o sistema. No entanto, na estória em questão, quem ganhou essa luta foi o pequeno Davi, que, ciente de suas limitações soube usar o que tinha ao se alcance para vencer o gigante. Poderá a escola pública vencer o sistema atual? Saberá ela usar as “brechas” para se impor como instituição social que, eficazmente, exerce seu papel na sociedade? Trata-se de um desafio para que a escola continue sua luta a fim de cumprir eficazmente sua função social, em especial com as classes menos favorecidas.

2. Metodologia

O que determina o método de trabalho é o objeto de estudo. Assim, em educação, quando se estuda o homem e os fenômenos que o envolvem e suas relações sociais, normalmente opta-se pela pesquisa qualitativa, tendo em vista

que se pretende estudar onde se desenvolve o processo de estudo e não somente o produto.

Ludke e André (1986), citando Bogan e Biklen, apresentam as seguintes características dos métodos qualitativos da pesquisa em educação:

1. *A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, [...]*
2. *Os dados coletados são predominantemente descritivos [...]*
3. *A preocupação com o processo é muito maior do que com produto [...]*
4. *O significado que as pessoas dão à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador[...]*
5. *A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo(p.11)*

A pesquisa Qualitativa é também chamada naturalística, pois se desenvolve no seu ambiente natural, sem qualquer manipulação do pesquisador. Entende-se ser este o caminho para as pesquisas educacionais, pois, neste caso, as questões propostas não encontram respostas altamente satisfatórias no tipo quantitativo, que se apóia em dados objetivos, mensurações, controle e repetições levando a generalizações.

Existem modos diferentes de se proceder a pesquisa qualitativa; quatro caminhos pelos quais o pesquisador parte à procura das verdades presentes na realidade: a pesquisa documental, o estudo de caso, a etnografia e a pesquisa-ação

A pesquisa documental, conforme cita Godoy (1995), representa um caráter inovador, que traz contribuições importantes e se constitui em especial fonte de dados que podem trazer interpretações relevantes ao estudo de um determinado tema (p. 21).

São detectadas algumas dificuldades, entre elas o fato de que o material a ser analisado pelo pesquisador não ter sido elaborado com o objetivo de fornecer informações com vistas a investigação social, o que possibilita vários tipos de vieses. Por serem em língua escrita, muitas vezes esses documentos podem passar o ponto de vista de pessoas letradas, que podem não relatar com fidedignidade o ponto de vista das pessoas que não possuem essas habilidades desenvolvidas. Além do mais, não trazem registro sobre comportamentos não verbais, o que dificulta a veracidade das informações ali presentes. Podem também não se constituir em amostras representativas do objeto de estudo. Ainda segundo Godoy (1995), três aspectos devem ser levados em consideração na pesquisa documental: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise (p.23).

A análise documental também se constitui num ponto que pode trazer algumas interpretações errôneas que podem levar a confundí-la com a Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (1977), é preciso se ter claro que a análise documental "tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação" (p.45). Existem ainda diferenças fundamentais entre elas, conforme nos lembra o mesmo autor:

1. *A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdos com mensagens (comunicação);*
2. *A análise documental faz-se principalmente, por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise do conteúdo;*
3. *O objetivo da análise documental é a representação condensada informação, para consulta e armazenagem; o da consulta do conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (p. 46).*

Laurence Bardin, professora- assistente de Psicologia na *Universidade de Paris V*, aplicou as técnicas de análise de conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massa. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Existem algumas fases para se realizar este tipo de análise

Pré-análise é a fase da organização, quando se estabelece um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, mas que apresentem uma certa flexibilidade. É o momento em que se escolhe os documentos a serem estudados, formulam-se hipóteses e elaboram-se os indicadores que orientarão a interpretação e a preparação do material.

Na fase da exploração do material, como o próprio nome diz, trata-se de se colocar em prática, o que foi planejado anteriormente, adotando-se procedimentos de codificação, classificação e categorização. Em seguida, determinam-se as categorias de acordo com a unidade de codificação escolhidas. Por sua vez, essas categorias irão confirmar ou modificar o que foi anunciado nas hipóteses e referenciais teóricos inicialmente propostos. Num movimento contínuo, da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando mais claras e apropriadas aos objetivos do estudo.

Na terceira fase, tem-se, então, o tratamento dos resultados e interpretação que se constitui no processo de análise de conteúdo. Através de técnicas quantitativas ou qualitativas, o pesquisador condensará os dados levantados, sempre levando em consideração a linguagem descritiva para, logo em seguida, entrar *com a* interpretação que está atrás das palavras empregadas.

Segundo Bardin (1977) a análise do conteúdo, inicialmente descrita por Berelson como técnica de investigação, tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação. Com o passar do tempo, seu conceito foi ampliado: atualmente, a análise do conteúdo não é mais considerada com um alcance exclusivamente descritivo, mas toma consciência que sua função/objetivo é a inferência e que esta pode acontecer com base em indicadores de frequências, ou com a ajuda de indicadores combinados. Na realidade, a inferência se dá na passagem entre a descrição e a interpretação (p. 19).

Inferência vem do verbo “inferir” que significa “tirar uma consequência de um fato, de um princípio. Concluir, deduzir” (Larousse, 1999). Feitas as devidas adequações decorrentes das inúmeras possibilidades que a análise de conteúdo traz ao pesquisador, Bardin (1977) amplia o seu conceito:

Um conjunto de técnicas de análise das comunidades visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 43).

Preocupado com a possibilidade de uma interpretação errônea a respeito da análise de conteúdo, Bardin coloca algumas diferenças básicas que existem entre este tipo de análise e a lingüística, tomando como ponto de partida a língua e a palavra, na definição de F. de Saussure, o fundador da lingüística: o objetivo da análise de conteúdo é a palavra; o da lingüística, é a língua.

A análise de conteúdo trabalha a palavra, tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, procura conhecer o que está por trás das palavras em estudo. A lingüística se preocupa com a descrição das regras de funcionamento da língua, estabelece o manual do jogo da língua, ocupa-se das formas e de sua distribuição. A sociolingüística está mais próxima da análise de conteúdo porque deixa a esfera dessocializada da lingüística e vai estudar a correspondência entre grupos sociais e linguagens.

A pesquisa do tipo etnográfico pode ser entendida a partir da definição apresentada por Bueno (1968) que afirma que etimologicamente falando, etnográfico deriva de: “etnografia” – (s.f.) é a parte da estatística que estuda os diferentes povos, tratando da língua, raça, religião, etc. Grego *ethnos*, povo; “*graphein*”, escrever; suf. “*ia*”. Derivado etnográfico, adj. Suf. *ico*” (1968).

Ludke e André (1986) ampliam o conceito em questão, esclarecendo que a etnografia é “a ciência da descrição cultural”, e envolve pressupostos específicos sobre a realidade e formas particulares de coleta e apresentação de

dados (p. 18). Esses pressupostos envolveriam dois conjuntos de hipóteses sobre o comportamento humano: a hipótese naturalista-ecológico e a hipótese qualitativo fenomenológico (p.15).

O estudo de caso é o tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e que se apresenta bem delimitado, distinto, com um interesse particular. Segundo Godoy (1995) não deve ser confundido com o “método de caso”, que constitui uma estratégia de ensino amplamente divulgada no curso de Administração e que teve origem na Escola de Direito da Universidade de Harvard, na segunda metade do século XIX e que vem sendo usado há muitos anos nos EUA e no Brasil (p. 25).

Yin apud Godoy (1995) diz que “é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência” (p. 25).

Esta definição de Yin vem completar as considerações feitas anteriormente, colocando dois dados de fundamental importância para uma definição clara e objetiva deste tipo de pesquisa. Trata-se de investigar fenômenos atuais contemporâneos, que, pela lógica, só poderão ser analisados dentro do contexto real em que estão inseridos.

Neste aspecto, este trabalho de pesquisa está completamente de acordo com esta definição, tendo em vista que se pretende estudar a função social de escola no contexto atual, tendo como objeto de pesquisa duas escolas da Rede Pública Estadual, pertencentes a duas comunidades diferentes e que possuem um histórico de vida semelhante. Como se trata do estudo de duas instituições, pode-se falar de casos múltiplos, que podem ser apenas “descritos” ou “comparados”. No caso específico desta pesquisa sobre a escola, o objetivo é descrever e analisar como acontece a função social dessa instituição.

O estudo de caso, de acordo com Godoy (1995) apresenta um enfoque exploratório e descritivo, e possibilita inúmeras descobertas que acontecem no decorrer do trabalho. Como leva em consideração, o contexto em que acontece o fenômeno que está sendo estudado, “a divergência e os conflitos tão característicos da situação social, devem estar presentes no estudo” (p. 25).

Mesmo sendo uma pesquisa científica de caráter qualitativo, o estudo de caso pode conter dados quantitativos elaborados de maneira simples com o objetivo de tornar mais claro algum aspecto da pesquisa. O pesquisador utiliza uma grande variedade de dados coletados em diferentes momentos,

especialmente os resultantes de questionários, entrevistas, observação e faz o relatório num estilo mais informal, narrativo e que pode ser ilustrado.

Ludke e André (1986) lembram que nem todo estudo de caso é necessariamente qualitativo. Os estudos de casos clínicos, de serviço social, de direito, os casos médicos e as biografias não são necessariamente qualitativas. Apontam, então as características de um estudo de caso qualitativo: o desenvolver-se numa situação natural, ser rica em dados descritivos, ter um plano aberto e flexível e focalizar a realidade de forma complexa e contextualizada, confirmando o que já foi anteriormente colocado a respeito desse estudo. As autoras em questão chamam os estudos de casos de “naturalísticos”, aproximando-os dos chamados estudos etnográficos, pela evidente semelhança que existe entre eles. São as seguintes características apontadas pelas autoras como específicas do estudo de caso naturalísticos:

1. Os estudos de caso visam à descoberta (...)

2. Os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto (...).

3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma concreta e profunda (...)

4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação; (...)

5. Os estudos de caso revelam experiência vicária (que faz as vezes de e permitem generalizações naturalísticas (cada um pega para si a experiência; o que eu posso aplicar deste caso na minha situação);

6. Os estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; (...)

7. Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem a uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (p. 18-20).

Partindo destas considerações a respeito do estudo de caso, pode-se dizer que, na realidade não importa se o caso em questão é típico ou representativo de uma população determinada porque “cada caso é um caso” e apresenta um valor especial, só seu.

Etapas do desenvolvimento do Estudo de Caso. Inicialmente usado por um tempo que lhe desperta o interesse, o pesquisador tomará uma série de decisões. Primeiro irá decidir a unidade a ser estudada, baseando-se para isso na sua própria experiência, na literatura existente a respeito do problema, nas suas observações ou em contatos mantidos com especialistas da área. Deverá ser

decidido se a unidade será escolhida por representar um caso típico ou por se tratar de um caso diferenciado, se o trabalho será centrado em uma só organização ou se será comparativo.

Esta fase é fundamental para uma definição precisa do objeto de estudo, momento em que o pesquisador irá estabelecer os pontos críticos, estabelecer os contatos iniciais, localizar os informantes e as fontes necessárias.

Ludke e André (1986) apoiadas em Nisbet e Watt, nomeiam fases do desenvolvimento de um estudo de caso. A primeira fase é a chamada fase aberta ou exploratória. Em seguida, vem a fase mais sistemática no que se refere à coleta de dados e, por último, a análise e a interpretação sistemática dos dados e a elaboração do relatório (p. 21).

Na segunda fase, o pesquisador deverá estar atento para determinar o foco de investigação e estabelecer os contornos do estudo, selecionando os aspectos mais relevantes, para atingir os objetivos do estudo de caso.

Para Godoy (1995), como se trata de um estudo naturalístico, é preciso que toda a pesquisa se desenvolva no ambiente natural que está sendo focado pelo pesquisador, onde a observação tem um papel preponderante tendo em vista que ela leva a apreender aparências, eventos e/ou comportamentos : "*os dados devem ser coletados no local onde eventos e fenômenos que estão sendo estudados naturalmente acontecem, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas*" (p. 27).

Ainda segundo o autor citado, a observação pode ser participante e não participante. Quando o pesquisador atua apenas como observador atento, acontece a observação não participante. Quando o observador se coloca na posição dos outros elementos envolvidos no fenômeno que está sendo estudado, acontece a observação participante. Este tipo de observação participante é indicado para o estudo de grupos e comunidades. A observação feita e registrada em língua escrita deverá conter uma parte descritiva do que ocorre no campo de observação e uma parte reflexiva, os comentários do observador (p.27).

A técnica de observação é freqüentemente combinada com a entrevista, que, neste caso deve ser rápida e curta, realizada no seu ambiente natural e da maneira informal.

É interessante que a análise dos dados esteja presente nos diferentes estágios da pesquisa. Assim, nesta segunda fase, este procedimento já pode ocorrer, facilitando e organizando o trabalho do pesquisador.



Na realidade, não existe uma linearidade na sequência dessas fases; elas estão envolvidas umas nas outras, num movimento constante no confronto teoria-prática.

A terceira fase, análise e interpretação, também já está presente na primeira fase, quando o pesquisador começa a juntar a informação, analisá-la e torná-la disponível aos informantes, "*para que manifestem suas reações sobre a relevância e a atividade do que é relatado*" (p. 22).

Esta fase é bastante complexa e exige uma metodologia da qual a Análise de Conteúdo faz parte. Em linhas gerais, a Análise de Conteúdo é utilizada para analisar a comunicação presente nos depoimentos das pessoas envolvidas com a pesquisa, procurando entender o significado que está por detrás das palavras presentes nas declarações feitas ao pesquisador.

É importante registrar que o investigador é o principal instrumento da pesquisa qualitativa e que a sua postura ética aliada a um conhecimento teórico é que vai lhe dar as possibilidades para abordar a realidade-objeto de sua pesquisa, compreendendo-a e a interpretando, com sucesso!

Analizando a teoria anteriormente apresentada, pode-se perceber que este trabalho de pesquisa sobre a função social da escola no contexto atual, se constitui num **estudo de caso** com duas instituições de ensino público estadual e é adequada para se alcançar o objetivo inicialmente proposto.

Trata-se então de se detalhar o caminho percorrido pelo investigador em busca da verdade presente na realidade estudada.

A BUSCA DO CONHECIMENTO

O tema deste trabalho foi inicialmente questionado e refletido com colegas de Supervisão de Ensino, com Diretores de Escola, colegas da UDEMO (Sindicato de Especialistas de Educação e do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), com professores de diferentes escolas, e os engajados em movimentos sociais, especialmente a equipe da Pastoral da Educação de Bauru. Jovens estudantes recém-saídos da escola pública do Ensino Médio também participaram das especulações iniciais. Também contribuíram para a escolha

deste tema as reflexões realizadas a partir de conteúdos de alguns cursos sobre as características da educação no novo milênio.

Iniciou-se, então, uma busca na literatura especializada, em palestras a cursos a respeito de sociedade globalizada e as implicações que este tipo de sociedade traz para a educação e em especial para a educação em um país emergente como o Brasil. Tentou-se ampliar os horizontes e ver, analisar essa temática do ponto de vista da América Latina. Concomitantemente, desenvolveu-se um estudo sobre a origem da escola, sua história e desenvolvimento no decorrer do século, seu papel na sociedade de diferentes épocas. Também procurou-se estudar o conceito de cidadania e os seus diferentes significados no decorrer do tempo.

Ao mesmo tempo estudou-se a metodologia da Pesquisa Científica com interesse mais aprofundado, com o objetivo de poder testar o melhor caminho para o trabalho em questão.

Na tentativa de produzir um trabalho eficaz que apresentasse um material rico e diversificado para análise, pensou-se nos seguintes fatores a serem observados para que auxiliassem na identificação das escolas a serem pesquisadas, tendo em vista serem eles fatores de diferenciação e caracterização das unidades escolares.

1. Dependência administrativa estadual;
2. Nível de ensino: Educação Básica com Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Ensino Médio;
3. Tamanho da escola – média (19 a 35 salas) ou grande (36 salas ou mais);
4. Localização geográfica na cidade onde está instalada a escola – central;
5. Nível sócio-econômico – médio/baixo;
6. Tempo de instalação – velho (mais de 20 anos);

Optou-se por escola pública estadual tendo em vista que é essa escola que acolhe a maior parte da população e que é exatamente essa parcela da sociedade, que, na escola vai buscar, conforme o art. 205 da atual Constituição Federal,

o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania" (BRASIL,1988).

Além do mais, segundo Silva Jr.(1993), é no interior da escola pública que "manifestam-se as tensões e as correlações de forças que atravessam todo o lado social" (p.15).

Quanto ao nível de ensino procurou-se o estabelecimento que contasse com Ensino Fundamental (quinta-oitava séries) e Médio, concomitantemente, porque assim, a escola poderia apresentar uma amostra mais abrangente do adolescente que nessa mesma escola iniciou seus estudos.

Também nesse caso, os professores já permanecem há mais tempo na escola com os alunos, podendo oferecer contribuições mais fundamentadas para a caracterização da educação escolar desenvolvido na vida desses adolescentes.

O tamanho da escola foi um dado considerado importante para esta pesquisa porque através dela dá para se ter noção da interação que existe entre alunos/professores/direção/funcionários: neste caso, acontece em escola grande, uma certa dificuldade no que diz respeito à unidade de pensamentos e ações devido a problemas de ruídos de comunicação. Além disso, classes numerosas, normalmente freqüentes em escolas consideradas de grande porte, dificultam o "ensinar" e o "aprender".

A localização geográfica da escola ,central, dentro da cidade, torna-se uma variável decisiva, porque nessa área a população estudantil é escassa em virtude do comércio que aí se instala. Normalmente ali estudam alunos oriundos dos diferentes bairros, que se dirigem a essas UEs (unidades escolares), tendo em vista que nos bairros periféricos as escolas estão lotadas e não há vagas para todos. Os alunos oriundos do entorno da escola existem em número reduzido. Assim encontra-se na escola central, uma amostragem ampla das diferentes camadas sociais, o que auxilia no objeto deste trabalho que é verificar a função social da escola junto à população que dela faz uso, dirigindo-se em especial ao nível sócio-econômico médio/baixo.

Outro fator considerado importante para a caracterização das escolas pesquisadas foi o tempo de instalação. A presença da escola no cenário educacional da cidade, participante da história local, é fator que, por si só, já garante o voto de confiança que a população deposita na instituição e que, de certa forma, vai influenciar também os alunos, no modo como enxergam o papel da escola em suas vidas. Assim, optou-se por escolher escolas com mais de 20 anos de instalação, procurando se estar atento às influências que esse aspecto

tradicional de escola exerce sobre os alunos e sobre a população em geral. Estaria o público alvo da escola vivendo a realidade de hoje ou estaria "deitado eternamente em berço esplêndido? "

Estabelecidos os critérios pensou-se então, que seria interessante realizar a pesquisa em duas escolas localizadas em diferentes cidades. Conversando com Supervisores de Ensino e com Diretores de Escola chegou-se à 1ª escola, pertencente à Diretoria de Ensino 1 - DE1, tendo em vista que esta se encaixava perfeitamente bem em todos os critérios previamente estabelecidos. Os primeiros contatos com a direção da escola, foram realizados no 1º semestre de 2.000, prosseguindo a pesquisa com levantamento de dados até 1º semestre de 2.002.

A escolha da segunda escola aconteceu durante as comunicações orais realizadas no Congresso Estadual de Educação/Unesp/Marília/2001, quando a escola apresentou o Projeto "Jovem, faça alguém feliz", cujo objetivo é a formação do cidadão solidário, crítico e participativo. Conversando com os professores e alunos ali presentes, constatou-se estar esta escola dentro dos critérios estabelecidos para a pesquisa e imediatamente entrou-se em contato com a Direção para que a sua participação, na pesquisa, ficasse assegurada. É importante registrar que esta escola está localizada em outra Diretoria de Ensino, a qual chamaremos neste trabalho de DE-2. Os trabalhos nesta escola se desenvolveram desde o 2º semestre de 2001 até junho de 2002.

Neste trabalho, tanto as escolas pesquisadas quanto os participantes envolvidos terão sua identidade preservada, através de nomes fictícios.

Para realizar este trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa através da pesquisa empírica, de modo que o levantamento de dados aconteceu nas próprias instituições pesquisadas. Para que ficasse bem caracterizado este estudo foram envolvidos todos os segmentos da escola na pesquisa de campo a fim de se conseguir os diferentes olhares sobre a mesma questão e, assim, se pudesse ter uma idéia mais abrangente a respeito do problema estudado. Deste modo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes dos diferentes segmentos da escola e com representantes da comunidade. Os alunos também responderam a um questionário.

A pesquisa também se desenvolveu em outras dependências do sistema educacional – as Diretorias Estaduais das duas escolas analisadas onde foram envolvidas outras pessoas diretamente ligadas à educação, Dirigentes Regionais e alguns representantes de sindicatos de professores e diretores, assim como pessoas da comunidade em geral, que têm o papel de representação das bases



sociais. Os dados levantados referentes à situação atual da instituição escolar, reveladores da postura que os envolvidos no processo educacional possuem em relação à função social da escola no contexto atual e as influências que o sistema exerce sobre essa instituição, foram apresentados sem manipulação do pesquisador.

É importante registrar que, anteriormente ao levantamento dos dados foi feito uma revisão da literatura que trata do estudo da evolução histórica da escola e das suas relações com a sociedade e o tipo de cidadão formado por essa escola.

Este trabalho foi feito de forma descritiva. O pesquisador também se preocupou em ouvir com atenção o ponto de vista de cada representante dos diferentes segmentos que compõem o universo escolar, o que permite *"iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessíveis ao observador externo"* (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.12) e que é típico de uma abordagem qualitativa.

Além de estarem inseridas dentro dos critérios estabelecidos no início deste trabalho, as escolas selecionadas possuem algo mais em comum, como é o caso do fator histórico: ambas passaram pela experiência de serem as principais escolas dos municípios em determinada época, se tornaram Instituto de Educação e nos anos mais recentes se tornaram Escola Padrão.

Ambas, apesar de estarem localizadas em cidades diferentes, são consideradas marcos históricos da educação pública local, onde era ministrado um ensino de alta categoria nos "anos dourados" da escola pública. Por essas escolas passaram nomes notáveis de pessoas que se destacaram na sociedade local, como que confirmando na prática a excelência do ensino ministrado nessas duas casas. Em ambas as escolas, ainda permanece esse "aura" de excelência, constituindo-se, inclusive num dos motivos pelos quais os alunos do Ensino Médio as elegem como preferidas.

A localização geográfica central dessas escolas dentro das cidades, com fácil acesso aos estudantes originários dos mais diversos bairros é outro motivo que faz com que a demanda exceda o número de vagas oferecido pelas escolas.

Como se pretende fazer uma interpretação qualitativa, foram utilizados questionários, entrevistas, observações e análise documental, para a coleta de dados.



Quanto à entrevista é interessante lembrar o que escrevem a esse respeito Ludke e André (1986). *"A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e correta da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos"* (p. 34).

As entrevistas foram gravadas e depois transcritas. Foi assegurado a todos o sigilo sobre sua identidade e, assim, os nomes dos entrevistados são fictícios.

Uma das vantagens da entrevista, segundo Ludke e André (1986) é que ela oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado através de seus gestos e reações. Ao mesmo tempo este fato torna-se uma dificuldade pois existe o problema da influência do entrevistador, do seu aspecto físico, atitudes ou idéias. O que sobressai, então, é a habilidade e a atenção / observação do entrevistador para poder detectar possíveis desvios do objetivo proposto ao se iniciar a entrevista. Ele, além de estar atento ao roteiro previamente estabelecido, deve captar o que os gestos e as atitudes do entrevistado estão revelando e que vão validar ou não aquilo que o entrevistado fala através de suas palavras... (p. 36).

Foram realizadas entrevistas diretas com os representantes dos diversos segmentos da escola: Diretor, Professores, Pais de Alunos e Alunos do Ensino Médio, Dirigente Regional, Representantes Sociais e da comunidade semi-estrutural, partindo de um esquema básico que serviu de orientação ao entrevistador, ao mesmo tempo que lhe deu oportunidade de fazer as necessárias adaptações. Segundo Ludke e André, a entrevista semi-estrutural é a mais adequada para o trabalho de pesquisa em educação, tendo em vista que os informantes, em geral, professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível (p. 34).

Optou-se por esta técnica de levantamento de dados porque ela fornece uma boa amostragem da população pesquisada e porque há maior flexibilidade na sua execução, podendo-se reformular as questões para melhor esclarecer o seu significado ao entrevistado e também porque se pode avaliar atitudes e condutas que se deixam observar nas atitudes e reações das pessoas.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas em função do objetivo do trabalho em questão. Desse modo, versaram sobre a função social da escola, nos dias de hoje, a formação do cidadão deste novo século, os aspectos positivos e negativos da escola, o tipo de cidadão formado, o atendimento à demanda do

mercado, a identidade da escola, a influência do sistema neoliberalista, assuntos que são considerados familiares para os entrevistados e, que, por este fator, dão validade às entrevistas realizadas.

Também foram propostos questionários de forma direta aos alunos do Ensino Médio do período diurno e noturno das duas escolas analisadas. As perguntas utilizadas no questionário foram pré-elaboradas, abertas, de opinião e versaram sobre as aspirações a respeito da escola, cidadania, escola e sociedade, evasão de alunos, escola ideal, técnica do funcionamento, do geral para o particular. O pré-teste foi realizado com cinco alunos do Ensino Médio de outras escolas, que conseguiram entender as questões e respondê-las de acordo com o objetivo com que foram pensadas. Os alunos responderam ao questionário todos juntos, na mesma sala, no mesmo horário, sob a supervisão do pesquisador após terem sido informados dos objetivos de tal procedimento. Notou-se grande interesse e envolvimento por parte dos alunos em participar de uma atividade diferente onde eles pudessem colocar a sua opinião.

Utilizou-se também a **observação assistemática** como instrumento de coleta de dados com todos os momentos em que se esteve participando da vida diária das escolas: nos encontros do corpo docente com a Direção (reuniões na sala dos professores), nos encontros da Direção com os pais – atendimento individual na Diretoria da escola; nos encontros da Direção com os alunos; no relacionamento da Direção com os funcionários; nos encontros dos professores, funcionários, alunos com representantes dos órgãos superiores – Secretaria da Educação de São Paulo; nos diferentes encontros com Dirigentes Regionais, sindicalistas, vereadores.

O objetivo da observação foi verificar o grau de envolvimento entre os diferentes segmentos da escola, a existência de um projeto comum em relação aos trabalhos desenvolvidos na escola e as relações da escola – seus segmentos – com a comunidade e também como esta comunidade se faz presente na escola. O registro da observação foi feito no momento em que ocorriam os fatos através de anotações escritas.

A respeito da observação, Ludke e André (1986) lembram que:

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto de perspectiva dos sujeitos, um importante alvo nas abordagens qualitativas [...] Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para descobrir aspectos novos de um problema. Isso se torna crucial nas situações em que não existe uma base teórica sólida que oriente a coleta de dados. (p. 26).



Quanto à análise documental foi feito o estudo da legislação no que se refere às funções da escola e também a análise do Projeto Político-Pedagógico das duas escolas, tendo em vista que são fontes estáveis de informação, contextualizados, são fontes não reativas, isto é, tornam o acesso do sujeito a eles muito mais facilitado e podem ser ponto de partida rico para novos estudos (p. 39).

As características da análise documental se transformam em vantagens do seu uso numa pesquisa qualitativa. Além do mais, podem completar qualquer outro tipo de informações recolhidas.

Partindo do pressuposto de que para se entender o tempo presente de uma instituição, é preciso conhecer a sua história, este trabalho ficou assim constituído. No capítulo I foram estudadas as diferentes teorias a respeito do relacionamento entre escola e sociedade, observando-se os vínculos daí decorrentes assim como o tipo de homem formado por essas teorias.

O capítulo II tratou do histórico da instituição escolar, estudando como surgiu, como evoluiu no tempo e qual o tipo de homem formado nas diferentes sociedades estudadas. Também procurou esclarecer quando nasceu a idéia de cidadão e a evolução de sentido pelo qual passou este conceito no decorrer do tempo. O objetivo foi ligar a evolução histórica de escola com as teorias sobre educação e sociedade.

O capítulo III apresentou o estudo de escola no contexto atual: o econômico, o social, o político, o cultural. Procurou estudar o sistema que domina a sociedade presente, assim como o relacionamento que existe entre o neoliberalismo e a educação brasileira em função desse pensamento neo liberal. Fez-se, então, um estudo de como deveria ser a escola atual para dar conta de sua função na atual conjuntura, qual o tipo de cidadão que ele deveria formar e o tipo de escola que temos hoje: reprodutiva? Neutra? Dialética? Aparelho ideológico do Estado?

Por fim, no capítulo IV, procedeu-se ao levantamento dos dados com a análise das entrevistas / questionários e dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas analisadas, tendo como base teórica a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977).

Nas considerações finais, procurou-se amarrar os dados levantados e dar direcionamento para possíveis aproveitamentos do que foi discutido.

Como processo metodológico de pesquisa, o procedimento inicial foi a pesquisa bibliográfica sobre os temas: Escola e Sociedade, Neoliberalismo,



Neoliberalismo e Educação, Escola e Cotidiano, Novos Paradigmas da Educação, Teorias Críticas e Educação, Globalização. Também foi consultada a legislação mais recente e os livros sobre Metodologia da Pesquisa Científica e revistas recentes que tratam sobre Educação.

Usou-se como base do trabalho a Teoria Crítica em Educação que, além de considerar o histórico do fenômeno em questão, entende a análise de forma crítica, objetiva, dialética, dando uma noção abrangente do problema estudado. Foi de grande valia para este estudo os textos que fazem parte do livro Teoria Crítica e Educação, organizado por Bruno Pucci, que conseguem passar uma idéia objetiva e atual do pensamento crítico a respeito da educação, servindo, inclusive de apoio logístico para a pesquisa realizada. Estudos realizados em aulas com o Prof José Carlos Libâneo, no curso de Pós-graduação, no ano de 1999, na Unesp/Marília, também foram de grande ajuda, pois ali foram enfocados textos de Adorno e outros autores que adotam esta postura crítica.

A Teoria Crítica tem como meta indicar que *"a educação compete a vinculação a um projeto emancipatório – construir o homem autônomo moral e racionalmente -, o vínculo com as projeções de uma nova sociedade, sem ingenuidade, sem voluntarismo"* (PRESTES, 1994, p. 100). É exatamente essa a postura que se pretende defender neste trabalho.

Tudo isso leva em consideração a necessidade da auto-reflexão e da libertação. A educação enquanto práxis, não pode desconsiderar a insuficiência do próprio progresso da razão; a direção da prática pedagógica deve ser articulada à luz dos interesses de um mundo melhor. É em função dessa postura que foi escolhida esta Teoria para este trabalho, pois se não se acreditar que a educação leva o mundo para uma situação melhor, fica mais fácil cruzar os braços e ver o caos se instalar de vez. A escola pode fazer algo. É preciso adentrar às brechas e não desanimar!

Para Prestes (1994)

A escola deve ter compromisso com a constituição das estruturas mentais, com a formação de sujeitos capazes de operar formalmente para que se criem as condições necessárias à tomada de consciência e de forma articulada com a prática, se dê a ruptura com o caráter ideológico, mistificador de uma racionalidade que se desumaniza (p. 98).

É possível à escola exercer o seu papel a fim de colaborar com a formação das estruturas mentais de todos os envolvidos no processo educacional. Isto não se refere só aos alunos, mas também àqueles que, trabalhando nessa instituição, se predispõem a participar da fantástica aventura

de modificar a sua prática , através da sua própria modificação como ser humano, presente no seu tempo e ocupando bem o seu espaço na vida.



CAPÍTULO I

HOMEM, ESCOLA E SOCIEDADE

“O projeto educacional é assim, necessariamente, um projeto político e pressupõe necessariamente um projeto antropológico” (SEVERINO, 1996, p. 18).

1 – Os Vínculos

O homem é o grande objetivo de estudo das ciências físicas, biológicas e sociais. Tudo o que se refere a este ser, ainda um mistério a ser desvendado, tem sido estudado, experimentado, especulado...

Já é senso comum se dizer que “homem algum é uma ilha” ... Hoje podemos afirmar com certeza que o homem é continental, é cósmico e que possui dentro de si a consciência de cidadão do mundo... Assim, este ser social, se agrega para melhor viver e constitui a sociedade.

Em contato com a natureza da qual faz parte, o homem modifica-a, com o objetivo de satisfazer suas necessidades básicas, garantindo sua sobrevivência, ou modifica-a para atender outras necessidades, resultando daí a cultura, entendida aqui além da identificação como educação ou acúmulo de conhecimentos.

Essa cultura precisa ser preservada e transmitida às novas gerações, e então, a sociedade se utiliza das instituições sociais para exercer esse papel, que, no caso específico da sociedade em que vivemos, é atribuído à escola, considerada o espaço de transmissão sistemática do saber historicamente acumulado.

A relação entre escola, sociedade e o indivíduo é muito profunda, pois existe um elo que perpassa todos esses elementos, tornando-os unidos e em profunda co-relação, promovendo sua co-existência. A escola, para poder sobreviver e cumprir o seu papel, precisa da sociedade e das pessoas e estas, por sua vez, não sobrevivem fora do seu contexto cultural e social. Permeando essas relações sempre está presente a ideologia, conjunto de crenças e valores utilizados para justificar as características de cada grupo social.

É certo que o fenômeno educativo se desenvolve com base numa determinada visão de homem inserida numa realidade social e num determinado



tempo histórico e que, por esses mesmos condicionantes, é portador de uma visão de mundo peculiar.

O processo educativo se realiza em função de valores, isto é, se realiza a partir de bases axiológicas, fundamentado em determinados valores, quer sejam estes considerados essências permanentes, eternos e inalteráveis – independentes do homem e de sua realidade existencial – quer sejam consideradas a partir da postura do ser humano, que, em vista de sua realidade de vida, lhe dá um determinado destaque, configurando-lhe uma determinada valoração (p. 70).

É em função desses valores presentes na sociedade que a escola se organiza.

2 – Os Diferentes Modos de se ver esses Vínculos

Para se compreender o papel desta instituição que se quer estudar – a escola -, considerada a portadora principal da cultura na sociedade, é preciso que se faça um breve estudo das diferentes posturas que a educação assume frente ao grupo social em que está inserida, lembrando sempre que as idéias pedagógicas são influenciadas por essas posturas.

Para realizar este breve estudo, optou-se pela técnica da sistematização descritiva, pois o objetivo é resumir as idéias e as práticas decorrentes destes conceitos.

Inicialmente, observa-se a posição adotada por Durkheim, citado por Freitag (1980), que declara que *“parte do conceito do homem egoísta, que precisa ser moldado para a vida societária”*. A citada autora afirma ainda que, neste caso, a educação é um fato social que se impõe “coercitivamente” ao indivíduo, levando-o a integrar-se no meio social em que vive; é um processo amplo, entendido como instrução – transmissão de conhecimentos – e está completamente associado à escola. Para os defensores desta abordagem conhecida como “tradicional”, a inteligência é a capacidade que o indivíduo possui de armazenar/acumular informações sobre o mundo físico, social, etc. Deste modo, o indivíduo que está adquirindo conhecimentos deve estar apto a memorizar tudo o que lhe é oferecido no processo formal de educação (p. 16).

Pode-se afirmar que, neste caso, o papel da educação e da escola, na sociedade, é considerado neutro. É como se a escola fosse algo “à parte” do mundo em que está inserida, não sofrendo e nem exercendo influência alguma.

Durkheim, apud Freitag (1980) apresenta uma visão conservadora da sociedade, onde a possibilidade de ascensão se dá através do mérito de cada um, como se as pessoas fossem “a priori” destinadas socialmente e como se nada, nem mesmo a educação pudesse mudar esses desígnios: trata-se da “meritocracia”. Ainda dentro deste pensamento, diga-se tradicional, Talcott Parsons, em seu *Social System*, vê na educação o mecanismo básico para a constituição de sistemas sociais e de manutenção e perpetuação dos mesmos em forma de sociedade. A educação é apresentada como socialização e como forma de manutenção do *status quo* da sociedade vigente (p. 17).

Esta é uma atitude completamente conservadora que não abre espaço para a crítica e a mudança. Neste caso, a escola seria um modo de repetir a sociedade indefinidamente, sem alterações, sem novidades, sem avanços. Como pode uma instituição que acolhe as crianças e os jovens permanecer inalterados como nos seus primórdios? A quem interessaria esta postura?

Freitag (1980), cita ainda Dewey e Mannheim que se contrapondo, em parte, a estas idéias, focalizam a educação e a sociedade dentro de um contexto dinâmico, onde acontecem constantes mudanças. A educação, para eles, é vista como modificação, crescimento, desenvolvimento. Ao se educar, crescendo e desenvolvendo ações novas, avaliando-se e reorganizando-se, o indivíduo detona o processo educativo, que, para ser eficaz, precisa de uma seqüência de experiências vividas, avaliadas e ampliadas. Dentro desta concepção a escola é o meio onde acontece o processo educacional que deve ser essencialmente democrático, tendo em vista que esta instituição vai se refletir de maneira perfeita nas comunidades imperfeitamente democráticas da sociedade (p. 21).

As diferenças entre os indivíduos ocorrem não pelas oportunidades diferenciadas oferecidas pelo meio social, mas sim, em função das diferenças naturais entre os homens, já que a sociedade apresenta igualdade de chances para todos, conforme o pensamento de Dewey.

Pode-se afirmar que Dewey acredita que a educação está ligada aos valores e normas da democracia e por isso não deve estar atrelada à manutenção das estruturas sociais anteriormente vigentes. É preciso construir a democracia na sociedade, iniciando esta vivência pela instituição escolar.

No entanto, uma vez instituído o sistema democrático, tudo deverá ser feito para que o mesmo se perpetue dentro da sociedade.

No mesmo texto de Freitag (1980), Mannheim complementa a idéia de Dewey, no que se refere à vivência da democracia iniciada na escola, argumentando que os alunos formados por essa escola, recorrendo à ciência, treinados pela inteligência e razão, conhecendo a realidade em que vivem, serão capazes de formular um planejamento altamente democrático para a sociedade, tornando-se assim, eles mesmos, uma “elite”, os arautos de uma sociedade altamente democrática. Para a autora mencionada, ficam aqui alguns questionamentos a esses dois autores: afinal, o que vem primeiro, a democracia ou o indivíduo democrático? A sociedade direcionada por “especialistas da democracia”, não estaria sendo oprimida por um autoritarismo democrático? (p.24)

Freitag (1980) analisando em profundidade o pensamento de Dewey e Mannheim, ressalta que, na realidade, o que eles defendem é a implantação de um sistema novo na sociedade – o democrático. Após a sua instalação, a sua perpetuação. Neste caso, suas idéias se assemelham àquelas inicialmente defendidas por Durkheim – a manutenção e o funcionamento de uma determinada sociedade. Em relação a Durkheim e Parsons a autora questiona: como fica o homem sem a sua dimensão histórica? Sem esta dimensão histórica, como pode o homem se ajustar à sociedade, à escola? (p. 24)

Desta forma, observam-se autores diferentes, com caminhos diferentes, chegando a um mesmo fim: a escola sendo considerada relativamente neutra diante da estrutura e conjuntura social de um determinado país, de uma determinada época histórica onde as diferenças no aproveitamento escolar decorrem das diferenças individuais. O trabalho maior da educação seria passar com objetividade, os conteúdos que o aluno deveria assimilar. Não haveria questionamentos quanto ao modo como deveriam os conhecimentos ser adquiridos pelas novas gerações.

É necessário esclarecer que, segundo Severino (1986), a educação nessa época, estava completamente atrelada à filosofia e o educar era concebido dentro das idéias que se tinha da natureza, do homem e de Deus. A partir do século XIX começam a se desenvolver as ciências humanas, dentre elas a educação e vai surgindo, então, uma postura completamente oposta ao que se acabou de ver, onde diversos autores estudam a influência das forças sociais sobre a escola, sobre o processo educativo (p. 40).

Embora divergindo em alguns aspectos existe um ponto que é fundamental para este grupo de autores: a escola mantém profunda relação de dependência com o contexto social. Na sociedade capitalista, dividida em classes, a instituição escolar reproduz essas diferenças. Os diversos níveis de



aproveitamento escolar dos alunos são entendidos como reprodução das diferenças das classes sociais de onde eles se originam.

Bourdieu e Passeron apud Freitag (1980), representantes desta corrente, têm uma visão histórica da sociedade e do homem e partem da análise e crítica da sociedade capitalista – no caso específico, da sociedade francesa do século XX. O que caracteriza esta sociedade é a sua divisão em classes, decorrente da divisão social do trabalho, oriundo das diferentes formas de apropriação dos meios de produção. Para estes autores, a escola / o sistema educacional, teria uma dupla função: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes. A primeira se manifesta no mundo das “representações simbólicas” ou ideológicas e a segunda, atua na própria realidade social. A escola, segundo os defensores desta teoria, cumpre estas funções quando incute em seus alunos, a ideologia da classe dominante, fazendo com que crianças de diferentes origens sociais sejam submetidas aos conteúdos programáticos considerados relevantes por uma determinada parcela da sociedade. Em decorrência desta postura, os educadores envolvidos com a escola pública brasileira, têm assistido a inúmeras situações de descaso a alunos que não conseguem acompanhar aquilo que lhes é proposto na escola, sem a preocupação básica de diagnosticar as causas que os conduzem ao insucesso. Inúmeros estudos e pesquisas têm sido realizados com o objetivo de esclarecer esta situação, mas, infelizmente, nem todos os educadores têm acesso a essas informações por diferentes fatores, entre os quais se destacam as dificuldades econômicas que, entre outras restrições, impossibilitam a compra de livros e revistas especializadas, os quais podem muito auxiliar na melhoria da competência profissional do professor. O sistema educacional, muitas vezes, não proporciona condições de esclarecimento aos professores, tendo em vista que para ele é muito cômodo e interessante manter o *status quo*.. Bourdieu explicita esta idéia, afirmando que, sob uma aparente neutralidade, o “sistema educacional continua uma transmissão hereditária do poder e dos privilégios” (p. 24 e 25).

Conforme se verifica na prática cotidiana junto às escolas, parece não haver interesse, por exemplo, da Universidade em se aproximar das escolas do Ensino Fundamental / Médio, com o objetivo de levar às bases do magistério, as inúmeras conclusões de diferentes pesquisas educacionais realizadas a nível científico. Por outro lado, quando a Universidade tenta desenvolver um Projeto junto às escolas públicas, não tem a receptividade que deveria ter. Assim, o sistema educacional, sobrevive fragmentado, sem ligação, numa sociedade que, também fragmentada, não consegue fazer da educação um processo coeso, único, que deve ser assumido pelos mais diferentes segmentos do corpo social. Continua deste modo, a diferenciação de classes, mesmo entre os professores, que, segundo o nível em que atuam, têm uma postura diferente, decorrente de

um maior / menor acesso ao conhecimento em sua área, e, conseqüente postura pedagógica frente aos seus alunos. Trata-se de uma postura “em rede”, que chega até os alunos da escola básica, discriminando-os em diferentes classes sociais, frente aos conhecimentos adquiridos, elaborados como essenciais por um grupo dominante.

Nas palavras de Saviani (1991), o professor torna-se, então, “*agente de exploração, porta-voz dos interesses dominantes*” (p. 14). No entanto, esse mesmo professor, explorado, desvalorizado, sente-se a primeira vítima de exploração. E ainda, segundo o mesmo autor, “o professor é explorado para elaborar, é dominado para dominar” (p.14). Quanto mais o professor se utiliza da sua boa-fé para, eficazmente, segundo seu ponto de vista, dar conta de seu trabalho, mais ele está cumprindo a sua “função de dominação”, e colaborando para que a escola exerça a função de reprodutora do sistema, tanto no que se refere às relações sociais, quanto no que se refere à reprodução cultural.

Há que se considerar ainda o aspecto do planejamento educacional, elaborado pelo Estado, em decorrência de constatações práticas que serviram de base para reflexões teóricas de pensadores preocupados com a sociologia da educação: nas sociedades em geral, fica clara a correspondência existente entre o nível do crescimento econômico e o nível educacional de um povo. Deste modo, o Estado deveria assumir sua responsabilidade no desenvolvimento educacional, tendo em vista que ele mesmo deve ser o beneficiado pelo processo.

Conforme Severino (1986), outra postura frente ao problema da educação / escola e sua relação com a sociedade, inspirada no estruturalismo é defendida por Althusser, em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Nela é colocada a questão da ideologia com um enfoque mais político do que epistemológico. Neste trabalho, Althusser explicita o seu pensamento a respeito do papel do sistema escolar na sociedade capitalista: para garantir a reprodução dos meios de produção, o capitalismo precisa garantir a reprodução da força de trabalho, o que é assegurado pelos valores transmitidos pelo sistema escolar totalmente contaminado pela ideologia dominante. Althusser distingue o *aparelho repressivo do Estado*, as instâncias do governo, tais como tribunais, prisões, polícia, e o *aparelho ideológico do Estado* – as instituições, tais como a escola, a família, a Igreja, sindicatos. Desta forma, ainda segundo o citado autor, a escola atua como aparelho ideológico do Estado - preservadora da hegemonia burguesa: “*a escola seria a principal responsável pela inculcação da ideologia dominante em todos os sujeitos das sociedades capitalistas e, conseqüentemente, pela reprodução das relações de exploração que caracterizam estas sociedades*”. Dentro deste contexto, ainda segundo o mesmo

autor, a ideologia é instrumento de luta política, é o cimento que consolida a sociedade política, assegurando com sua coerência, a dominação (p. 46 e 47).

Observando a prática educativa, percebeu-se como a escola se torna, realmente, local de inculcação ideológica da classe dominante, onde as classes menos favorecidas são consideradas inaptas para a escola, por não conseguirem corresponder às exigências educacionais elaboradas pelas camadas dominantes da sociedade.

Completando este estudo a respeito das diferentes formas de se observar o relacionamento entre escola e sociedade, Freitag (1980) focaliza, em seguida, o pensamento do filósofo italiano Antônio Gramsci, que, mesmo sem se dirigir diretamente às escolas, acrescenta fatos novos e esclarecedores ao problema em questão. Gramsci destaca a importância da História para a sociedade: os homens, ao mesmo tempo em que sofrem a influência da História, podem modificá-la e ser seus sujeitos históricos e, com isso podem, inclusive, mudar as relações de produção presentes na sociedade. Esta posição tem sido denominada “histórico-crítica” por propor uma análise crítica da escola, dentro do seu contexto histórico. Ainda segundo a citada autora, com Gramsci temos uma nova visão das relações sociedade/escola, uma análise dinâmica, concebida sob o ponto de vista das contradições enfocadas dentro do movimento histórico, mas ao mesmo tempo, focalizando os determinantes sociais do fenômeno educativo. Desta forma, a escola assim como outras instituições da sociedade civil possui uma dupla estratégia: conservar e minar as estruturas capitalistas. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que oprime as classes subalternas, a escola lhes oferece a chance de se apoderarem do saber para poder fazer frente a essa classe que os domina, modificando o seu papel dentro da sociedade (p.37).

Para Freitag (1980) Gramsci não é um teórico explícito da educação; dentro da tradição do pensamento marxista é considerado o “teórico das superestruturas” fornecendo elementos que permitem pensar uma teoria dialética da educação. Em sua teoria, Gramsci faz uma revisão do conceito de Estado diferenciando a **sociedade política** – onde se concentra o poder repressivo da classe dirigente – e a **sociedade civil**, que engloba a igreja, a escola, clubes, sindicatos, meios de comunicação de massa e que busca encontrar o consentimento dos governados, utilizando uma ideologia que mantém a união e que funciona como cimento de formação social. A sociedade civil expressa, segundo Gramsci, “*o momento da persuasão e do consenso que, conjuntamente, com o momento de repressão e da violência (sociedade política) asseguram a manutenção da estrutura de poder (Estado)*” (p.37).

Freitag (1980) declara ainda que quando a dominação acontece na sociedade civil, estamos diante da **hegemonia**; quando esta dominação acontece na sociedade política, estamos diante da **ditadura**. É na sociedade civil que se encontra o sistema educacional, mas é a sociedade política, lugar de direito e da vigilância institucionalizada, a encarregada de formular a legislação educacional e de fazer com que ela seja cumprida. Desta forma, a legislação da educação trará em seu bojo, as idéias da classe dominante, que se tornarão “senso comum” quando forem colocadas em prática no sistema educacional, acontecendo então, a **hegemonia** da classe que está no poder. Trazendo a novidade da dialética para a educação, Gramsci inaugura o que se pode chamar de “filosofia da práxis”, que, encontrando o contraditório no real, sabe fazer uso de suas indagações e se posicionar contra a ideologia dominante. E isto só acontece porque o acesso ao saber é concedido a todas as camadas sociais que, apropriando-se do conhecimento, têm condições de analisar a situação vivida com maior objetividade. Assim, a escola pode e deve exercer o seu papel de forma contraditória, reproduzindo a ideologia dominante e sendo instrumento de transformação (p. 37-39).

Homem, educação, sociedade... diferentes modos de viver esta relação, uma única constatação: todos estão completamente envolvidos no processo da vida, que pode ter diferente qualidade dependendo da relação que existe entre eles.



CAPÍTULO II

A EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E O HOMEM FORMADO POR ELA

“A escola é um produto do processo de modernização e, como tal, sempre esteve submetida à tensão entre as necessidades da integração social e as exigências do desenvolvimento pessoal”(TEDESCO, 1998, p. 11).

Para avaliar com maior profundidade a escola que se tem hoje, é preciso que se reporte à história do objeto de estudo a fim de melhor compreender o seu papel social. A perspectiva histórica dá a dimensão necessária para refletir sobre a realidade e definir em quê e como se pode atuar na prática, para se conseguir uma transformação que se aproxima mais do ideal que se pretende alcançar.

Nas comunidades primitivas os homens educavam-se em contato com a natureza, exercendo sobre ela as modificações necessárias para a sua sobrevivência. O seu aprendizado centrava-se na busca e apreensão do significado dos fenômenos naturais e então, conforme as suas necessidades, o homem primitivo ia aprendendo a conviver com a natureza, interagindo com ela a fim de obter uma melhor qualidade de vida.

Segundo Everett Reimer (1983) a educação surgiu da prática da devoção religiosa e do governo, sendo o seu primeiro lar o templo e seus primeiros praticantes os sacerdotes. Reimer ainda afirma que curandeiros e sacerdotes estão no início do desenvolvimento de professores e escolas. Pergunta-se, então, será por isso, que existe uma idéia dominante na sociedade de que magistério deve ser “sacerdócio”? De qualquer forma, é certo que não só os primórdios de escrita, mas também a contabilidade e a matemática, astronomia e química, música, pintura e poesia encontram suas origens nas “côrtes-tempos” e nas castas governamentais da Suméria e do Egito, onde as funções e sacerdote se encontravam combinadas” (p. 75).

Conforme Hidalgo (1999), com a lenta transformação dessa sociedade primitiva para uma sociedade um pouco mais estratificada, a educação foi se desenvolvendo e se fazia presente em momentos mais especiais, por exemplo, através das cerimônias de exaltação dos nobres, as quais reforçavam as relações de submissão e poder (p.39).



Para Saviani (1994) com o advento da divisão de classes sociais mais acentuado: os ricos – os que mandam, planejam, pensam – e os pobres- os que obedecem, realizam, executam- os homens perceberam que suas necessidades eram diferentes e que era preciso preencher o tempo livre que tinham. Assim, enquanto aqueles que não tinham dinheiro, preenchiam seu tempo trabalhando para os que eram ricos, estes, precisavam idealizar um local para vivenciarem o seu ócio – daí surgiu a escola, como o lugar do ócio Assim também surgiram os *gymnasion*, lugar de ócio para aqueles que queriam desenvolver atividades físicas, artes, música, oratória (p.148-149).

Observa-se aqui claramente definidos, os dois tipos de escola vigentes na época e que, às vezes de forma dissimulada, ainda chegam até os nossos dias: uma escola para os ricos, onde se aprende mais coisas relativas ao espírito e outro para os mais pobres neste caso, a escola da vida, pois esta camada da sociedade apenas aprende no trabalho que presta aos mais poderosos, quase sempre, serviços mais pesados, que envolvem mais as forças físicas: ressalta-se mais uma vez que este é o único aspecto da dualidade do ensino, que ainda encontra “ecos” dissimulados em nossos dias.

Segundo Ponce (1998) a escola teria sido fundada mais ou menos em 600 a.c., quando os sofistas ensinavam os nobres atenienses formando-os no amor à pátria, às instituições e aos deuses. Os sofistas foram considerados os primeiros professores remunerados e tinham como objetivo fazer de seus alunos, homens de negócios bem sucedidos. Nessa época não havia ainda um local determinado para a transmissão do conhecimento, que era feito, então, por uma pessoa que gozava de prestígio intelectual junto à comunidade. Historiadores costumam distinguir dois períodos, no que se refere à presença de sistemas educacionais em Atenas: uma fase anterior às guerras persas e outra posterior à elas. Na primeira fase, a escola era direito apenas da classe dominante e o seu objetivo era a formação do cidadão dentro de um espírito bastante austero. Após as guerras persas aconteceram profundas mudanças sociais, como por exemplo, o aumento do número de cidadãos livres e o intelectualismo substitui o praticismo cívico da educação anterior. Os primeiros a deixarem relatos escritos sobre escolas e salas de aula, foram Platão e Aristóteles. As escolas eram bastante rudimentares e enfatizavam o treinamento militar, o esporte, a música, e poesia e, posteriormente, ensinavam a escrita, leitura e aritmética. Outro exemplo deste tipo de relação educador / educando é encontrado no século II a.c., quando os romanos, filhos de grandes proprietário, possuíam um orientador que os educava nas tarefas típicas daquelas comunidades. Esses jovens de maior poder aquisitivo, recebiam também conhecimentos de leitura e escrita, que lhes eram ensinados por um escravo letrado (p. 49-52).

No ano 449 a.c., ainda segundo Ponce (1998), surgiram as primeiras escolas primárias em Roma, destinadas às famílias que não possuíam tantos bens materiais quanto aquelas que pagavam um “professor” particular para os seus filhos. Essa “escola” – loja de instrução – funcionava num pequeno compartimento, onde um “antigo escravo, velho soldado ou um proprietário arruinado” ministrava seus conhecimentos àqueles aluninhos desprovidos de muito dinheiro, mas providos de muita curiosidade e vontade de aprender (p. 67).

Existem muitos autores que analisam os preconceitos existentes na sociedade, com relação ao papel do professor. Oliveira (1995) analisa essas questões relacionando-as com o papel inicialmente exercido pelo professor, que, mesmo sendo considerado necessário à comunidade, já era uma pessoa socialmente desprestigiada – um escravo, um proprietário arruinado. O autor apoia-se em Adorno que afirma que essa idéia parece permanecer no inconsciente popular, predispondo as pessoas a considerarem a profissão / professor um “tabu, ressaltando que *“a sedimentação coletiva de representações que, como preconceitos sociais e psicológicos, persistem teimosamente e acabam por se tornar forças ativas na realidade, tornam-se forças reais”* (p.128).

Pergunta-se: os professores atuais ainda sofrem desse tabu? Será que o consciente coletivo ficou impregnado dessas idéias e até hoje não se libertou delas? É preciso estar atento à essas considerações para não deixar levar por “tabus” que influenciam o modo de ser e de agir dos professores.

Conforme exposto por Ponce (1998) as citadas escolas particulares romanas, eram localizadas em locais centrais e dispunham de cadeiras para o professor e bancos para os alunos que ali aprendiam o texto das Doze Tábuas, com o auxílio de poucos materiais didáticos. A educação romana ainda contava com o trabalho dos gramáticos, que se incumbiam de levar de casa em casa a “instrução enciclopédica e a cultura geral”, preocupando-se com questões filosóficas e de oratória, esta última ensinada pelos reitores. Os romanos se preocupavam muito com o preparo para a política, para os negócios e para as disputas nos tribunais. Essas escolas particulares romanas foram fechadas e reabertas mais tarde como públicas, congregando um grande número de professores-artesão, que fizeram do ensino uma grande indústria assumida pelo Estado no ano 362, objetivando os seus interesses, os da classe dominante e a formação de funcionários estatais. As escolas eram consideradas instituições cuja importância estava no preservar a memória e a cultura do povo da sua época (p. 67-72).

Segundo anotações em aula da disciplina *Supervisão Educacional* - Professor Paschoal Quaglio, baseando-se em Saviani (1999), declara que na Idade Média houve a junção de religião e educação onde as instituições escolares se centralizavam nos monastérios, que mantinham duas escolas: uma interior, dedicada aos noviços e outra, exterior, dedicada aos habitantes da região, às massas populares, as quais, nem sempre tinham acesso a estudos mais profundos, limitando-se aos conhecimentos das primeiras letras e ao catecismo. Desta forma se confirmava a submissão das classes subalternas que deveriam se manter afastadas dos assuntos mais profundos e assim, continuar em sua situação de dependência dos mais poderosos. Como pode-se confirmar, a história nos dá realmente uma visão mais ampla do momento presente que se está vivendo, objetivando analisar e melhor compreender o desenrolar dos acontecimentos. As diversas ordens religiosas que mantinham essas escolas durante a Idade Média, contribuíram com suas diferentes “regras” para a educação da época, cada uma dentro de sua especificidade, com o objetivo não só de preparar para uma vida futura, mas, principalmente de estabelecer um modo de vida. Assim é que os franciscanos procuravam viver a pobreza e o cuidado aos doentes, tendo um estilo próprio de vida e transmitindo esse modo de vida aos educandos. A idéia de educação como preparação para a vida foi resgatada com os jesuítas que, no século XVI, trabalharam na extensão do ensino escolar. Inicialmente pensado, em função dos membros da congregação religiosa, os jesuítas desenvolveram um currículo e um método educacional com o objetivo de preparar homens para uma vida de oportunidades e desafios sem precedentes. A escola era vista como uma maneira de se preservar um conjunto de valores cujo domínio era ameaçado e este foi o motivo pelo qual as idades, que até hoje são bastante conhecidas por prestarem relevantes serviços à cultura; são também consideradas as predecessoras diretas das modernas universidades. Ainda no período medieval, nos seus últimos tempos, as populações rurais começam a se mudar para as cidades em busca de novos tipos de trabalho, tendo em vista o aparecimento da propriedade privada que obriga os homens a procurarem novas formas de garantir sua sobrevivência. Os homens começam a viver na *polis*, cidade, desenvolvendo aí atividades manuais típicas urbanas, dando origem à fábrica. Alguns vivem sem trabalhar, são os proprietários; os outros, os não-proprietários, além de trabalhar para os proprietários, são obrigados a lhes vender sua força de trabalho.

Para Saviani (1994), com a modificação do tipo de vida – de rural para urbana – modifica-se também o objetivo de vida dessas pessoas que passa a ser a produção de bens materiais. Dessa forma, modificam-se também as relações sociais nessa sociedade que passa do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista: do direito natural hereditário passa-se a um direito positivo estabelecido formalmente por contratos. O desenvolvimento econômico fez com



que surgisse o comércio, “as trocas”, que mais tarde se transformaram em “compras”, daí a necessidade das pessoas aprenderem a ler / escrever / fazer contas... modifica-se, então, a escola, que era restrita a um pequeno número de pessoas, para se tornar mais abrangente, alcançando uma grande parcela da população urbana. As necessidades do habitante da polis, o cidadão, faz com que os objetivos da escola sejam revistos e atualizados. Com efeito, se uma instituição está a serviço dos homens de uma determinada época, para ser eficaz, é preciso que esteja totalmente inserida nos anseios e necessidades do povo desta época. Não se pode conceber uma escola à revelia dos objetivos que dela espera, o povo que dela faz uso. É nessa fase, então, que a escola começa a se preocupar com a formação do cidadão; o habitante da cidade, a polis grega. É justamente na polis grega que se encontra a origem da cidadania; ela era composta de homens livres, com participação direta na discussão da vida coletiva, em função dos seus direitos e deveres. Na “polis” tudo era discutido e tudo se resolvia sem violência, numa relação de iguais, com espírito democrático, embora fosse uma democracia restrita, pois dela faziam parte apenas os homens livres, deixando de lado as mulheres, crianças e escravos (p. 98-99).

Para o citado autor, essa valorização do cidadão no início da constituição da cidade, acontece justamente com a valorização do trabalho, numa sociedade que, aos poucos, vai se distanciando do imobilismo da sociedade feudal, adquirindo um novo *modus vivendi*. Realmente, a cidadania acontece em função da valorização do trabalho, que deve ter suas origens com a revolução protestante que, apontava a ética religiosa como motivo de salvação. Essa ética, prezava que o homem devia trabalhar e produzir, já que o homem seria o administrador dos bens divinos na Terra. Uma característica da sociedade de época é a “*incorporação da ciência ao processo produtivo por meio da indústria*”. A ciência se exprime por códigos escritos, daí mais um motivo urgente para se disseminar a escrita através da escola. Aliás, cumpre observar que, no plano ideológico, conforme ainda afirma Saviani, a disseminação da escrita foi impulsionada pela Reforma protestante que, pela doutrina do livre exame, previa que as Sagradas Escrituras fossem lidas diretamente pelos fiéis, em sua língua materna (p. 18 -19).

Em função, então, de todas essas necessidades da sociedade da época, a escola foi se institucionalizando e se tornando necessária para a melhoria de vida de toda a população e não só de uma determinada camada elitizada.

O século XVII, segundo Machado, (1998), traz novidades no que diz respeito às idéias pedagógicas, direcionando as escolas para desenvolverem seus trabalhos com base em três grandes idéias: o tempo de vida para aprender, o

lugar especializado para que isso aconteça e as razões diferentes para que o processo efetivamente aconteça. No que se refere à idéia de cidadania proposta pela escola nesse século, a autora focaliza os direitos civis ligados às liberdades individuais, o direito à liberdade de ir e vir, de pensamento e credo e de propriedade (p. 113).

Segundo Ponce (1998) o Estado começa a intervir nas escolas, com excessiva vigilância pedagógica, perseguindo as pessoas e os livros, dirigindo-se diretamente contra o controle mantido pela Igreja.(p.68). E, recordando o papel da Igreja na evolução da escola, é interessante constar, neste trabalho, a observação que Lobrot faz a respeito de uma outra função inerente à escola, de natureza transitiva e utilitária e que varia conforme a época. O autor em questão distingue três finalidades atribuídas à escola do tipo utilitário e que correspondem a três períodos da história do Ocidente. Num primeiro período, correspondente mais ou menos à Idade Média, entre os séculos VII e VIII até o fim do século XIV, atribui-se à escola a finalidade exclusiva de dar a conhecer a doutrina cristã, os dogmas cristãos, os grandes textos sagrados do cristianismo, os padres e teólogos cristãos. A escola, nessa época, é concebida a partir de um referente, os valores cristãos. Num segundo período, chamado clássico e que começa no século XV e vai até o século XVIII, a finalidade maior é a socialização do indivíduo. A escola agora é vista através da organização que é preciso por em prática, dos hábitos sociais e dos valores morais exaltados pelo protestantismo, como a civilidade, e decência, a moralidade. O terceiro período, que começa no século XIX e dura até hoje é chamado período tecnicista: a escola se direciona totalmente para o lado da ciência e da técnica, a sabedoria é o grande valor que deve ser transmitido pela escola.(LOBROT,1992,p.12e13) Sob a influência de Pestalozzi (1748-1822) e de outros educadores, a escola é planejada para todos e torna-se ponto obrigatório de frequência para as crianças (p. 102).

O fato é que, decisivamente, a escola sofre influência da época em que está inserida, porque é uma instituição social e, como tal, não pode, não deve e não consegue ficar alijada do processo vital, do qual faz parte.

Desta forma, inúmeras modificações vão ocorrendo e vão modificando a “cara” dessa instituição que vai tendo, cada vez mais, um papel essencial na sociedade.

A Revolução Industrial trouxe inovações que provocaram profundas mudanças na sociedade e em consequência os sistemas de ensino foram se

adaptando aos novos tempos, preocupando-se em dar, além da formação geral, uma preparação profissional aos educandos.

Nas palavras de Saviani (1994) “*à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional. Aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação*” (p. 163).

A escola, então, domina o cenário da educação e se preocupa com a formação do cidadão politizado, participando como eleitor, dos destinos políticos da sociedade.

No século XIX são inventados os sistemas públicos de ensino, com o objetivo de dar escolaridade àqueles que não podiam pagar por ele. Até, então, as escolas eram instituições freqüentadas quase que exclusivamente pelos privilegiados, aqueles que tinham condições de manter os filhos longe do trabalho para poderem estudar.

A escola era uma instituição que legitimava posições de direção do mundo político / cultural / econômico. Desta forma, as camadas mais pobres da população, viam nessa instituição a chance de deixar o trabalho braçal e ascender socialmente.

Esse acesso à escola foi garantido somente nos primeiros anos escolares, o primário /fundamental, garantindo assim o privilégio dos grupos que podiam continuar seus estudos e enfatizando a incapacidade dos menos privilegiados de freqüentar as mesmas escolas. Neste caso, os mais pobres precisariam procurar uma escola mais adequada a eles. Aqui então, inicia-se o dualismo do sistema escolar.

A função social da escola era certificar competências, selecionar uma minoria formada pelo “melhores” e ao mesmo tempo excluir os demais, os “piores”.

No final do século XIX, a idéia de cidadania vai ser acrescida da dimensão social, ou seja, da igualdade dos direitos sociais de todos os indivíduos, perante a lei. No entanto, o problema não está em dar igualdade de renda para todos os indivíduos, mas sim em dar o mesmo status, ou seja, melhores condições de vida para todos.

Em decorrência dessas idéias e do sistema de produção capitalista a educação escolar gratuita, universalizou-se para todos os cidadãos.



Machado (1998) afirma, citando Horta, que com a chegada do século XX, a idéia de cidadania vai ser acrescida de mais um elemento, o social, que se refere a

tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar” do processo político de uma forma completa. Isto quer dizer que, em relação aos direitos sociais, implica “obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um, fruto das necessidades da vida em sociedade. (p.144).

Como se pode observar, a noção de cidadania com o qual a escola vai trabalhar, vai também se desenvolvendo, de acordo com o tipo de sociedade na qual a escola está inserida, o que constata mais uma vez, a profunda relação que existe entre a sociedade e a educação.

Conforme relata Hidalgo (1999), nos anos 50, depois de um longo processo de expansão dos sistemas escolares, o educador brasileiro volta-se para o aluno e para os diferentes aspectos psicológicos de sua individualidade, com base nas teorias de Pestalozzi, Froebel, Herbert e Spencer (p. 46).

Saindo da escola para outros ambientes, a educação teve um papel destacado em diversos grupos sociais nos anos 60. A educação é então, considerada como processo individual a partir de história de cada um, com um currículo informal, onde as idéias passadas eram melhores do que os conteúdos estudados.

Nos anos 70, a educação passou por muitas discussões e reformas em sentido mais amplo do que aqueles especificamente direcionados para a prática da sala de aula.

A técnica, os métodos é que estavam em destaque. Já na década de 80, as atenções se voltaram para os problemas de aprendizagem.

Com o advento da política neoliberal nos anos 90, a escola fica à mercê da comunidade que é chamada a participar mais de todo o processo educativo, tendo em vista a mudança de foco da responsabilidade do Estado como provedor mor de todas as necessidades da comunidade.

Observa-se que a escola, nos anos 90, está procurando a sua nova identidade. Tentar delinear essa identidade através do estudo da sua função social é o objetivo do próximo capítulo.



Com toda essa caminhada histórica, como está se localizando no tempo e no espaço, a escola atual?

Está adaptada aos tempos novos, modernizando-se, deixando-se influenciar pela tecnologia avançada? Ou é uma instituição retrógrada que vive do passado e dos “bons tempos” e só mantém os alunos alienados? É o que se pretende estudar no próximo capítulo.



CAPÍTULO III

O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO-CULTURAL E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO INÍCIO DO SÉC.XXI

No exercício crítico de minha resistência ao poder manhoso da ideologia, vou gerando certas qualidades que vão virando sabedoria indispensável à minha prática docente. A necessidade dessa resistência crítica, pr exemplo, me predispõe, de um lado, a uma atitude sempre aberta aos demais, aos dados da realidade; de outro, a uma desconfiança metódica que me defende de tornar-me absolutamente certo das certezas. (FREIRE, 1999, p. 157).

1 – Esclarecendo Conceitos e Idéias

Vivemos um novo tempo! O Século XXI chegou trazendo no seu bojo uma série de características que o fazem especialmente diferente, com inúmeros e diversos modos de expressão, de ver, compreender e de ser. Há uma grande variedade de posturas diante dos fatos novos que ocorrem nesse tempo repleto de controvérsias, e que, alguns autores ainda querem classificar como tempo de modernidade, querendo significar com isto, ter o homem como o centro da vida humana – o antropocentrismo. Segundo este ponto de vista, o homem pode construir, por ele mesmo, um mundo perfeito, dominando a natureza e construindo relações entre si. Este pensamento é atribuído àqueles pensadores que acreditam que estamos ainda dentro da modernidade.

Em contrapartida existem aqueles pensadores que acreditam que já estamos vivendo a crise dessa capacidade do ser humano, de apostar que ele, por sua força exclusiva, possa construir um mundo perfeito. É este o pensamento pós-moderno, que discute esta visão otimista da história baseada somente na capacidade do homem, sem precisar de mais nada que o auxilie em sua tarefa.

Existem outros pensadores que não vão falar em pós-modernidade, mas em uma nova fase da modernidade, onde o homem toma consciência dos seus limites. É o caso de Habbermas, *apud* Assman, (2001). que afirma que nós continuamos na modernidade, porque em vez de termos uma única razão ou uma única voz, nós temos uma razão com várias vozes. Trata-se de uma idéia do plural de manifestações diferentes dentro de um mesmo fato, o que estaria incluído dentro da idéia de modernidade.(p.10)



Ainda existe outra corrente, chamada “modernização reflexiva” que defende a idéia de continuidade da modernidade, mas com um caráter mais consciente de si mesma: trata-se de uma modernidade da modernidade.

Há diferentes interpretações também para aqueles que defendam o pós-modernismo: alguns o consideram apenas como um período irracional, com predominância do absurdo, o qual tenta ser explicado por esses autores.

Outros pensadores, como Boaventura Souza Santos (1997) consideram a pós-modernidade como algo positivo, com novas formas de racionalidade que estão surgindo.

[...]a idéia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidade ao serviço de uma irracionalidade global, inabarcável e incontrolável. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passe a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência. (p. 102).

Mini-racionalidades para Santos, não quer dizer absolutamente racionalidade mínima, que vive à sombra de uma irracionalidade global, e que, vivendo desta forma, não consegue ver. Quer dizer, sim, que partindo da fragmentação legada pela modernidade, deve-se reconstruir um arquipélago de racionalidades locais, que não seriam consideradas nem mínimas e nem máximas, mas sim adequadas às necessidades locais, na medida em que forem democraticamente formuladas pelas comunidades interpretativas.

Como se percebe são várias e diferentes as posturas dos pensadores a respeito da conceituação modernidade / pós-modernidade, o que nos leva a concluir que, realmente estamos vivendo um tempo diferente que precisa ser analisado e avaliado dentro das mudanças que acontecem na prática e que, não importa a denominação que lhe dermos, o que importa realmente, é saber vivenciá-lo melhor, dentro da comunidade na qual se está inserido.

Moderno ou Pós-Moderno, o fato é que vivemos numa sociedade pluralista, com inúmeras manifestações culturais, que dão uma tônica diferente a este tempo em que estamos vivendo, um tempo que foi aguardado com apreensão, indagações, medos de distorções diante das inúmeras e rápidas mudanças pelas quais passava a sociedade.

O sistema mundial de comunicação, a tecnologia avançada, a unificação dos mercados, são dados contemporâneos que se fazem presentes no dia-a-dia de todas as pessoas deste “novo” tempo, transformando o agir e pensar das pessoas, a cultura, a educação.

Diante de tudo o que foi previsto para este novo tempo, como estamos nós brasileiros, cidadãos de um país considerado “emergente”, numa sociedade globalizada, regida pelas leis do mercado no atual sistema mundial capitalista?

2 – A Sociedade Atual e as Tendências Educacionais

Vivemos numa sociedade classificada como Pós-Industrial, a qual se baseia em uma observação empírica fundamental: a produtividade e o crescimento econômico ainda organizam as sociedades em função de sua lógica, no processo de trabalho e na distribuição da riqueza deste modo gerado, o que está de acordo com a tradição marxista. O que vai diferenciar este período pós-industrial do seu antecessor é a inovação na força de produção: na primeira metade do século XX, a ciência e a tecnologia foram as principais fontes de produtividade. Castells (1996) afirma que na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o conhecimento e a informação se convertem no elemento fundamental de geração de riqueza e de poder na sociedade (p.5).

Conhecimento e informação não têm o mesmo significado. Segundo o Grande Dicionário Delta Larousse, conhecimento, vem *"do latim cognoscere - conhecer pelos sentidos, é ato ou efeito de compreender, de conhecer as propriedades, as características, os traços específicos de alguma coisa, entendimento, intuição"* (1999).

Morin (2001) afirma que

o conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. O conhecimento, sobre forma de palavra, de idéia, de teoria é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento [...] ao mesmo tempo comporta a interpretação (p. 20).

O conhecimento não é portanto inerente ao ser humano; é preciso construí-lo. E é nessa construção que a informação tem a sua parte.

A escola deve ter claro essa diferença, para poder se colocar ao lado do conhecimento que deve ser construído a cada momento por professores e alunos. A instituição escolar precisa assumir o "aprender a conhecer". E saber que a transmissão de informações acontece a cada minuto, pelos mais determinados contextos, que, por sua vez, liga-se a outro conjunto e contexto. A escola não é mais o local onde uma geração passa para outra um acervo de conhecimentos, onde o foco é o conteúdo. Ao contrário, a escola deve estar

atenta ao desenvolvimento de habilidades e competências do aluno, servindo-se do conteúdo para alcançar esse desenvolvimento. Segundo Perrenoud (2000) *"a escola se preocupa mais com ingredientes de certas competências e menos em colocá-las em sinergia nas situações complexas"* (p. 1).

Segundo o Dicionário Larousse (1999), competência, do latim: *"competentia, é a capacidade decorrente de profundo conhecimento que alguém tem sobre um assunto; aptidão habilidade"*. Como se percebe, na teoria os termos competência e habilidade se confundem.

Trabalhando com competências e habilidades, a escola faz do conteúdo a ser estudado o meio. O fim é a pessoa. Já não se trata de estudar o conteúdo por estudar. O objetivo é o desenvolvimento da pessoa humana.

Nilson Machado (2002) considera que a idéia de competência possui

Três ingredientes básicos. Primeiro: relaciona-se diretamente à idéia de pessoa [...]. Segundo: a idéia de competência vincula-se à idéia de mobilização, ou seja, a capacidade de se mobilizar o que se sabe, para realizar o que se busca. A ação é sempre pessoal [...] E o terceiro é que a competência sempre está restrita a um certo âmbito. Sempre há um limite [...] A competência é sempre exercida dentro de um contexto (p.8).

O desenvolvimento das competências leva ao desenvolvimento da pessoa que, em síntese, é o que a educação se propõe a fazer.

É preciso considerar que a avaliação do aluno pela escola também deve ser feita levando-se em consideração as competências desenvolvidas. E, para isso, é necessário que o professor contextualize as tarefas e os problemas propostos para serem resolvidos pelos alunos. Para que efetivamente se concretize essa mudança, é necessário que os envolvidos no processo educacional escolar modifiquem suas estruturas mentais e atitudes em relação a escola. Os professores, principalmente, devem se conscientizar de que seu trabalho deve feito em função da pessoa humana e não em função dos conteúdos a serem transmitidos.

Estamos pois, na sociedade do conhecimento, - *learning society*- como alguns autores a denominam, onde quem detém a informação e o conhecimento, detém o poder. Esta sociedade aprendente, sociedade da informação, decorre das transformações trazidas pelas tecnologias da informação e da comunicação, que atuam de maneira profunda e rápida na vida cotidiana, alterando-lhe o ritmo, dando-lhe a cada dia uma feição diferente.

Para Assman (1998) o avanço tecnológico é irreversível; não há como “segurar” o desenvolvimento. No entanto, não se pode apenas contemplar tudo o que acontece com admiração e falta de direção. O que se deve questionar, segundo o autor, é o manejo econômico-político da revolução tecnológica, que, gera, para a sociedade, a exclusão (p. 17).

Estaria o aprimoramento da tecnologia destinado a promover a exclusão? Ou seria a lógica do mercado predominante em nossa sociedade atual, a responsável pela exclusão? A quem seria direcionada esta culpa?

Diante deste questionamento, urge que se façam reflexões a respeito da doutrina econômica do país, para se aprofundar, a análise das questões levantadas e apontar as possíveis práticas para um novo direcionamento mais eficaz.

Aos poucos vai se delineando a sociedade brasileira no tempo e no espaço: nós, brasileiros, do século XXI, estamos inseridos numa sociedade que apresenta um estilo pós-moderno de viver, historicamente está classificada dentro do período Pós-Industrial e economicamente falando faz parte do processo em que se desenvolve o sistema capitalista.

O sistema capitalista não significa apenas uma forma de ver a economia e também não se resume à existência de trabalhadores assalariados a serviço de uma classe proprietária dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, terras, etc.). Além de todo esse aparato externo o sistema capitalista tem um conjunto de idéias, de formas de agir e de pensar nas quais se apóia, e que foram desenvolvidas de forma progressiva com o objetivo de justificar esse sistema. Esse conjunto de idéias, geralmente aceitas sem discussão, formam uma doutrina político-econômica chamada de liberalismo.

3 – Neoliberalismo: “Isso” Pega?

Quando o assunto é liberalismo John Locke é o nome que se destaca: este pensador inglês viveu no século XVIII, na época da Revolução Industrial promovida pela burguesia, que se tornou um marco decisivo da vitória do



capitalismo, que por sua vez, colocou o trabalho assalariado como o aspecto divisório das classes sociais.

O liberalismo é, então, o conjunto de idéias que se baseia nos princípios do individualismo, da liberdade, da propriedade, da igualdade, da democracia. As características do pensamento liberal, na área econômica são: liberdade de empresa, liberdade do comércio, direito à propriedade privada, livre concorrência, extinção de monopólio.

O neoliberalismo é o velho liberalismo reelaborado, como o conjunto de idéias que vê o homem e a sociedade como sujeitos e produtos da construção de livre concorrência, da ação dos mais competentes e eficazes, que assim o são, em função da liberdade proporcionada pela existência plena do livre mercado.

O neoliberalismo preza que a atual crise econômica é o resultado da excessiva intervenção do Estado na economia praticada desde a crise mundial dos anos 30. Parte do pressuposto de que a economia internacional é auto-regulável, capaz de vencer as crises e, progressivamente, distribuir benefícios pela aldeia global, sem necessidade da intervenção do Estado.

O liberalismo tem como base o indivíduo; o neoliberalismo está na base das atividades do FMI, do Banco Mundial, dos grandes conglomerados e das corporações internacionais. A liberdade em que o neoliberalismo acredita, é a liberdade econômica das grandes organizações, uma liberdade desprovida do conteúdo político democrático proposto pelo liberalismo clássico.

Quando se fala em liberdades, no que se refere à educação, entende-se escolha dos pais no que se refere à matrícula dos filhos em escola pública ou privada. No entanto, esta é uma pseudo-liberdade tendo em vista que, os pais que não possuem condições econômicas, não podem pagar por uma escola privada, portanto, não tem outra escola. Para sanar este aspecto existe a idéia de se conceder aos pais uma determinada quantia em dinheiro, para ele poder matricular o seu filho na escola que ele escolher.

A revista Educação (2002) informa que nos Estados Unidos esta tem sido uma prática comum: com o intuito de melhorar a escola pública, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush determinou alguns objetivos para serem atingidos por esta escola e também tem concedido “vouchers” aos pais que querem matricular seus filhos em outras escolas privadas (p. 25). No entanto, a experiência brasileira no que se refere à liberdade de escolha, tem acontecido em relação à escola pública mais perto da residência do aluno. E este fato tem gerado muitas discussões e muitos problemas práticos para os pais que não

possuem condições econômicas para transportar seus filhos para escolas fora da comunidade em que vivem. Em geral, estes problemas têm sido solucionados pela Prefeitura Municipal, que oferece o transporte para esses alunos. Mesmo assim, acontece um outro fator que influencia o aproveitamento escolar desses alunos que é a adaptação ao meio totalmente desconhecido por ele.

O neoliberalismo sugere a privatização e liberalização da economia trazendo como consequência o desaparecimento de: programas de seguridade social; programas de construção de moradias; leis de salário mínimo; legislação a favor dos sindicatos – Teriam sido os sindicalistas cooptados pelo sistema? Antes das medidas neoliberais, os representantes dos professores tinham dispensa das aulas para participarem das reuniões do CPP - Centro do Professorado Paulista, órgão representativo dos professores, conhecido por todos os que militam no magistério.

Atualmente isso não acontece. Participam das reuniões somente aqueles professores que possuem horário livre e este número é muito reduzido, em função do número de aulas que todo professor precisa ter para “tentar” ganhar um salário digno. De acordo com a professora Lúcia, Diretora Regional do CPP/Bauru,

cada vez mais a participação dos professores fica a desejar, cada vez mais os professores ficam alienados de tudo o que acontece no sistema educacional, porque estão centrados em suas salas de aula, isolados do “mundo real”, sem noção de que fazem parte de um segmento da sociedade importantíssimo pelo trabalho que realizam com as novas gerações e pelo poder transformador que possuem em suas mãos.

No entanto, “ilhado” em sua sala de aula, sem organizar-se como representação, o professor faz o jogo que o sistema quer: dividir para reinar, separar para não criar e para não desenvolver a idéia de classe. Assim, o sistema pode reinar sozinho, direcionando a educação ao sabor das suas teorias.

Segundo representantes do neoliberalismo, deve-se usar o seguinte raciocínio para implantar as medidas do sistema: se há desemprego, abaixa-se o salário. Para abaixar os salários devem desaparecer os sindicatos que são uma ameaça para o sistema.

Em função desse raciocínio, temos as seguintes consequências para a sociedade:

- ♦ mercado não garante a satisfação e necessidade da população;
- ♦ não se consegue evitar a destruição dos recursos naturais;
- ♦ Estado deve reprimir manifestações contrárias ao neoliberalismo;

♦ como sempre a classe trabalhadora é a sacrificada.

Como se pode deduzir, há um profundo desrespeito pela pessoa humana que, neste caso, se transforma apenas em um número a mais, no contexto da sociedade. Esse número apenas existe como pano de fundo para os acontecimentos que se desenvolvem dentro dos objetivos do sistema e só tem valor no momento presente porque ali está exercendo seu papel; esse “ser-número” não têm história, não tem objetivo de vida. É como se fosse um “mineral” enfeitando uma paisagem: estático, sem movimentos próprios, sem idéias, amorfo, apenas ocupando aquele lugar que lhe foi determinado por uma outra pessoa, que não participa do seu contexto social, mas que veio “de fora” para colocá-lo no seu lugar. Assim acontece com a classe trabalhadora que vai precisar estar alerta no seu lugar, fazendo a sua parte, servindo àqueles que estão num patamar social mais elevado.

O sistema neoliberalista prevê alguns modos de atuar na realidade com o objetivo de colocar sua ideologia de tal forma que se instale a hegemonia na sociedade atual. Trata-se do programa de ajustes estruturais que visa melhorar a estrutura produtiva, podendo até se falar em “síndrome da imunidade”, o que significa estar constantemente em reformas. Essas políticas de estabilização controlam o aumento dos preços, o déficit do comércio com os demais países, a política fiscal (redução de gastos), estabilização e liberalização cambial. Em decorrência dessas políticas acontecem a demissão de funcionários, a privatização e há menos dinheiro para a prestação de serviços sociais.

As chamadas políticas de ajuste pregam uma maior diversificação da economia – quando acontece a queda de um produto, isto não afeta os demais e pregam também a obtenção de uma maior eficiência econômica para competir no mercado mundial, com a redução da intervenção do Estado na economia. A eficiência econômica é conseguida através da liberalização de preço, das taxas de juros, do preço da força de trabalho que se quer ser auto regulável, onde cada um dá o preço ao seu serviço, do preço do dólar, da liberalização do comércio exterior, da privatização dos bancos, dos serviços públicos e das empresas para poder competir a nível internacional. As políticas de ajuste ainda pregam a redução dos impostos para as importações, as taxas de juros reais positivos para incentivar os investimentos internacionais e o incentivo de exportações não tradicionais para a diversificação de produtos.

Essas medidas visam superar os problemas da economia e conseguir o crescimento mediante eficiência e produtividade, as duas palavras-chaves para o sistema em questão.



Analisando-se as políticas econômicas percebe-se que, nos programas de ajuste estrutural estão as raízes da dívida na América Latina, problema que se torna mais sério a partir de 1982. O FMI e o Banco Mundial fornecem empréstimos mas também impõem as condições para concedê-los, que são os Programas de Ajuste Estrutural sugeridos e direcionados por eles mesmos. A dívida externa é que vai fazer pressão para a adoção das “recomendações” constantes desses Programas, tais como a venda de empresas estatais para as empresas transnacionais. As consequências dessas medidas, estamos cansados de verificar na prática: delapidação do patrimônio nacional, concentração de renda e desvio de verbas de programas sociais para grandes empresas.

Tudo o que foi exposto sobre políticas neoliberais cabe perfeitamente para o Brasil: a cada dia observa-se o desmantelamento do país, através da privatização de grandes empresas, atendendo as pressões do F.M.I, do Banco Mundial e de alguns países, principalmente os Estados Unidos da América.

Para Azevedo (2002) muitas das privatizações realizadas estão envoltas em grandes escândalos, com altos custos sociais e esbanjamento de recursos públicos em favor de interesses privados, como é o caso da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que ainda continua tendo a injeção de recursos públicos (p. 33).

O jornal A Folha de São Paulo (2002), em sua página Editorial, assim se referia ao assunto: *“Entre as razões deste desconfortável paradoxo da privatização está a pressa com que foram feitas algumas vendas das empresas estatais. Pressa causada por razões financeiras e por considerações político-ideológicas”*(p.2). Ainda discorrendo sobre o mesmo assunto, o citado jornal considera que as privatizações no Brasil têm servido para o governo fazer caixa a curto prazo e, ao mesmo tempo, atender a urgência político-ideológica que visa *“tranqüilizar os investidores e credores internacionais quanto à adesão do governo ao consenso de Washington”* (p. 2).

Essas medidas que, no fundo reduziram o papel do Estado em função dos interesses do mercado, trouxeram inúmeros problemas para a sociedade tais como o desemprego e, conseqüente agravamento das condições de vida de milhões de pessoas.

Diante da atual situação, é importante, então, conhecer e melhor analisar o mercado. Quem é este todo-poderoso em torno do qual se movem todas as ações? Não se pode mudar o enfoque atual sobre a sua importância?



3.1 – O Mercado

A palavra chave do neoliberalismo é o mercado; tudo gira em torno do mercado, tudo existe em função do mercado. Se se olhar atentamente os jornais, ver-se-á que somente em torno do mercado é que as notícias acontecem, é em função dele que a mídia trabalha. Um dos expoentes do neoliberalismo, Hayeck, citado por Moraes (1999) faz apologia das “virtudes práticas do mercado livre” e afirma a “justeza ética da liberdade individual”. Segundo ele, as ações humanas advém da adaptação constantes a situações que mudam. Esta adaptação é gerada por conexões conhecidas e transparentes entre meios e fins e também consiste em seguir sinais redutores e sintéticos, como por exemplo, os valores monetários. Essas conexões também consistem em obedecer a hábitos e costumes, normas e valores morais, leis e instituições cujas origens, às vezes, desconhecemos. Um exemplo importante desse comportamento silenciosamente gerenciado está nos sinais do mercado – oscilações salariais, fechamento de fábricas, perda de empregos e reordenamento das qualificações profissionais requisitadas – dizem se nossas ações estão ou não ajustadas à existência e aos interesses dos outros, isto é, ajustadas à “sociedade”, identificada com “mercado e empresas” (p. 524).

No que se refere “a justeza ética da liberdade individual”, Hayeck, ainda citado por Moraes (1994), reflete que, para que o conhecimento disperso na sociedade seja plenamente utilizado, é, exigida uma considerável liberdade de ação, onde os indivíduos, usando os conhecimentos para os seus propósitos, maximizam o uso do conhecimento fragmentado. Desse modo, mais conhecimento é disponível para uma sociedade livre do que numa sociedade planejada, onde apenas o conhecimento possuído pelo planejador central é utilizado. O mercado, que se torna o grande motor do qual tudo se desenvolve, tem três méritos que lhe são exclusivos. Ele é guardião da justiça, pois recompensa aos méritos, em especial a habilidade e o esforço. É matriz da riqueza, tendo em vista que garante eficiência na alocação dos recursos e disponibilidade de bens e serviços. É ainda, mandatário da liberdade, pois impede que a distribuição de posses e oportunidades seja submetida ao arbítrio e à ação deliberada de qualquer pessoa (p.526).

Em Rouanet apud Azevedo (2002) observa-se que, embutido nesses três méritos, encontram-se manifestações do ideário neoliberalista, tais como, a conquista de bens que o mercado oferece como prerrogativa daqueles que se “esforçam” para alcançar seus objetivos. Esse esforço se revela eficiente, na medida em que produz os resultados previstos pela lógica do lucro e na medida em que dá a ‘liberdade’ para que todos os indivíduos tenham acesso ao que o



mercado oferece já que ele é o “todo poderoso”, em torno do qual a sociedade deve se desenvolver. Em consonância com esta idéia própria do sistema neoliberalista, George Soros, financista multimilionário, declara: “Os mercados voltam todos os dias. Eles forçam os governos a adotar medidas certamente impopulares, mas indispensáveis. São os mercados que têm a direção do Estado (p. 22).

Essa exaltação ao mercado pode influenciar as idéias e práticas educacionais. Como fica, então, a educação frente ao sistema vigente?

3.2 Globalização: um bem ou um mal para a sociedade?

Conceituando o termo globalização, muitos cientistas o utilizam para atribuir tudo o que ocorre na sociedade e na economia. Também é empregado como sinônimo de liberalização, privatização e de maior abertura da economia.

Segundo o professor Castrogiovanni (2001) o termo globalização é associado à existência dos blocos econômicos, que surgem a partir da articulação de diferentes organismos no pós-guerra. O objetivo principal dos blocos é o fortalecimento das relações econômicas, através da cooperação e criação de instituições próprias, priorizando os mercados internos para concorrer/disputar novos mercados. Para o autor, trata-se de um mercado único global onde as relações econômicas tanto produtivas quanto financeiras, ultrapassam as fronteiras nacionais, desregulam os chamados “mercados nacionais” construindo a “macroeconomia”. Tudo pode ser comprado ou vendido em qualquer parte do mundo. Uma empresa pode estar presente em vários países trabalhando com a mão de obra mais barata, em diferentes países, com o objetivo específico de lucro. Por um lado, os blocos econômicos dominantes interessam-se pelas “zonas de rentabilidade” que se caracterizam por estarem distribuídas ao longo do globo e por não serem controladas por nenhum país; por outro, não há interesse pelas “zonas de influência” constituídas por áreas onde co-existem a miséria e a violência social, consequências do desemprego, do avanço da pobreza e da violência social (p. 08).

Configura-se então, uma sociedade global que, por um lado, conta com a minoria dos “ganhadores globais” contra a maioria dos “perdedores globais”. Esse processo de globalização da economia tem sua origem no capitalismo.

A história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização, da globalização do mundo. Este processo pode, por um lado, privilegiar somente os países super desenvolvidos e gerar mais exclusão dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.



Com certeza, hoje têm-se muito mais pobres excluídos no mundo inteiro, muito além do que confirma o relatório da ONU apresentado no artigo intitulado: *Pobreza Absoluta* (1997). O texto informa que a miséria castiga 1,3 bilhões de pessoas, ou seja, 22,8% da população mundial, que na época, sobrevivia com menos de um dólar por dia (Folha SP, 17.10.1997).

O problema da exclusão social está presente em todo o planeta, mas, nos países periféricos é muito mais acentuado. Em consequência, acontece a explosão da violência urbana, o controle de territórios inteiros pelo crime organizado, o aumento do terrorismo e o aparecimento de movimentos etnicistas e separatistas.

Mas será esta globalização essencialmente negativa???

É claro que precisa se analisar um fenômeno sob óticas diferentes, pois é na contradição que se consegue obter uma visão do real. Dentro desse posicionamento é que se entende que existem aspectos positivos dentro do processo de globalização. Não se poderia imaginar a construção de uma sociedade mais solidária e democrática sem os avanços científicos e tecnológicos que a globalização traz. O relacionamento entre os povos diferentes, também é importante para se conhecer e viver a alteridade. O que precisa ser mudado é o enfoque dos blocos economicamente mais fortes sobre a situação atual: passar de uma situação de domínio dos grandes avanços científicos e tecnológicos, para uma democratização desses bens em favor de participação dos excluídos desse processo, gerando melhor qualidade de vida para todos. É possível mudar? Se houver empenho de todos, sim. Enquanto não acontecem as mudanças, a cultura atual, cria “homo globalis”, consumidor ideal no âmbito mundial de uma nova cultura, que vê o mundo como um grande mercado, as pessoas como clientes e a qualidade total como uma meta a ser atingida a qualquer preço. Para reverter este quadro é preciso globalizar não só a economia, mas os direitos, a cidadania, a integração cultural, o acesso às conquistas da humanidade.

3.3 – Neoliberalismo e Educação

3.3.1 – Idéias Dominantes

O contexto neoliberal em que está inserido a sociedade atual direciona o papel de educação dentro do ideário que sustenta o sistema vigente.



Existem algumas idéias presentes no contexto que dão a noção exata de como a educação é entendida dentro do sistema em questão: mercado, escolha, direitos do consumidor.

Essas idéias são colocadas como formas de combater o grande problema da educação, que do ponto de vista dos neoliberais, é a má administração. Dentro desse pensamento, o mercado será o grande impulsionador de uma melhoria na educação, tendo em vista que os interessados em maior / melhor lucro, estarão atentos para mais completamente usufruírem dos possíveis lucros alcançados.

A escolha é colocada como uma forma de se dar a liberdade para cada um escolher a escola que melhor atende os seus anseios. É claro que por trás dessas idéias, já por si mesmos, tendenciosas, pode se constatar o fato de que as classes mais favorecidas no aspecto econômico e social teriam melhores condições da escolha porque já teriam um melhor “background” que lhes daria chances maiores de realizar escolhas mais sensatas e melhores. Em contrapartida, aqueles que estiverem em posição menos favorecida, estariam continuando nessa posição, tendo em vista os condicionantes de sua escolha. Desta forma estaria sendo ampliada a verticalidade da pirâmide social, que se mantém, pois as desigualdades sociais aumentam.

Outra idéia, **“direitos do cidadão consumidor”**, está intrinsecamente ligada à possibilidade de escolha. O termo consumidor é utilizado em função da idéia do mercado estar sempre presente no ideário social. Neste caso, o direito do cidadão consumidor foi ligado à condição social.

Do ponto de vista neoliberal a referência que se toma para avaliar a educação atual e suas conseqüentes soluções é a necessidade de competitividade e lucro das empresas. Deste modo, a tendência é tratar a escola como se fosse uma empresa onde o fator-lucro estaria condicionado a um aspecto diferenciador e cooptador da clientela.

Com este pensamento é que acontece a crítica ao “gerenciamento” da escola. O diretor de escola atual, deve ser um gerente, aquele que produz. A escola vai mal porque é mal administrada, esta é a conclusão do sistema. Dentro deste raciocínio é que o ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes**, expressa o seu pensamento: *“Dêem-me um bom gerente e eu lhes darei uma boa escola”* (CNTE, 1995, p. 5)

Outro aspecto típico do modo de encarar a educação no sistema atual é vê-la como treinamento. Este é mais um ponto que concorre para acentuar as diferenças das classes sociais. É claro que as classes que detêm o poder e

recursos, continuarão a luta por melhores condições nos currículos e por melhor pedagogia para garantir sua posição na estrutura econômica e social.

Aqui pode se considerar que as camadas populares também se interessam por “mais educação”, mas, como estão num patamar inicial, nunca vão conseguir estar no mesmo nível que os outros, com mais chances concretas na vida.

A respeito da discrepância entre condição social e aspiração educacionais existem várias análises. Serão citadas apenas duas: os enfoques funcionalistas-ortodoxos ou os crítico-reprodutivistas – caracterizam este problema como desajuste ou como resultado do engano ideológico. Rama (1985) reverte essa interpretação afirmando que

por detrás dessas discrepâncias figurariam elementos motivacionais específicos do estilo do desenvolvimento sócio-político-cultural das sociedades latino-americanas”. Segundo o autor, deve-se ler as contradições e os conflitos presentes nessa situação: assim, “o reverso da auto-culpabilidade, por não conseguir ascender socialmente via sistema educacional, é a demanda por mais serviços educativos, para exigir que o discurso político se torne realidade” (p 16).

Esta afirmação explica a procura cada vez maior por parte da população por índices mais altos de escolarização, levando em conta aquilo que o governo quer que o povo acredite: que está proporcionando condições de escolaridade para todos os segmentos da sociedade.

Analisando esta citação, entende-se que é através do desenvolvimento das contradições que se dá o movimento na sociedade capitalista, pois, conforme Cury (1985).

a consciência da contradição é o momento em que a contradição se torna princípio explicativo do real e a reflexão sobre o real, torna-se o momento em que o homem descobre a contradição aí existentes. Pela reflexão, a natureza dialética do real encontra, na consciência da contradição, sua expressão subjetiva e também a possibilidade de uma interferência no real (p. 32).

Deste modo, conforme o autor citado, contradições são consideradas o papel motor da luta de classes na transformação social (p. 33).

Assim, os problemas detectados na educação precisam ser analisados através das contradições ali presentes para que aconteça a reflexão-ação-reflexão, mola propulsora de toda ação educativa.

Enfatizando mais os direitos do cidadão consumidor do que as liberdades públicas e democráticas, o sistema atual contesta o papel do Estado como maior

provedor da educação e tenta transferir para outras instâncias as suas obrigações, privatizando também a educação.

Dentro deste ideário, quais seriam os objetivos para a educação? Estariam os objetivos da escola pública inseridos dentro dos objetivos do sistema?

3.3.2 – Objetivos para a Educação

Dentro deste quadro, segundo Marrach (1996) pode-se detectar alguns objetivos centrais para a educação de acordo com as idéias do sistema atual. Atrelar educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica à demanda do mercado, é um deles. Este é considerado um objetivo importante, tendo em vista que o mercado de trabalho vai estabelecer as qualidades que o aluno deve desenvolver para ter melhores chances profissionais. O aluno deste tempo atual deve sair da escola com condições de concorrer no mercado nacional / internacional. Para tanto, necessita de uma formação geral, aquisição de técnicas e linguagens da informática, conhecimentos de matemática e ciências. São valorizadas as técnicas de organização, o raciocínio de dimensão estratégica e a capacidade de trabalho criativo (p. 16).

Na óptica empresarial, o aluno deve estar *treinado* para exercer bem sua função. Na óptica educacional, o aluno deve ter desenvolvido habilidades e competência para poder resolver uma situação problema com o seu modo específico de ser, mesmo que não seja a forma convencional esperada. Ele está livre para dar sua resposta, independente de treinamento direcionado para essa situação.

No que se refere a este objetivo – preparação para o trabalho – há que se considerar as posturas teóricas dos diferentes especialistas que estudam a educação sob diferentes enfoques. Os economistas de índole ortodoxa, que se articulam com a teoria do capital humano, consideram a escola como “forma específica do capital”, tendo em vista que sua acumulação se materializa nos seres humanos, cuja produtividade se expressa no trabalho desenvolvido por eles. Nesta teoria são destacados os aspectos positivos da escola na preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Por outro lado, os economistas radicais denunciam os aspectos negativos da escola, na preparação para o trabalho e enfatizam o seu papel de reprodução da ordem social.

Os sociólogos e cientistas políticos de inspiração funcionalista, afirmam que, no que diz respeito ao mercado de trabalho, a educação não só promoveria e legitimaria uma diferenciação e discriminação global baseado nos anos de estudo. Também proporcionaria valores, atitudes e esquemas de comportamento para o desempenho “disciplinado” nos postos de trabalho.

Esta postura é questionada por Tedesco (1985) que encontra, na América Latina, duas tendências contraditórias que dão respaldo à idéia de que estaria acontecendo uma desarticulação entre qualificação escolar e postos no mercado de trabalho. Para ele, estaria acontecendo a homogeneização do nível de escolaridade das camadas populares urbanas, o que estaria levando o mercado a reformular seus diferenciadores independentes da variável educacional (p. 40).

Esta constatação é muito importante na medida em que a diferenciação social perde um dos seus principais suportes de legitimação, que é a escolaridade. No entanto, para Marrach (1996), o sistema educativo não perde facilmente seu poder e recria formas e mecanismos para se manter como legitimador das diferenças sociais. O primeiro é conhecido como fuga para adiante.

e consiste em passar para o nível seguinte, o ponto da discriminação. O segundo mecanismo é o esvaziamento do conteúdo dos níveis educacionais que estão se generalizando. Desta forma, o que vai se tornar mais importante é a escola onde se estuda e não o número de anos e grau de escolaridade. Em função desse diferenciador é que muitas vezes é solicitado pelo mercado, um profissional formado em determinada escola em depreciação de outras, o que leva à competitividade proposta pelo sistema. No que se refere à associação da pesquisa científica ao mercado, é importante recordar que, segundo Michel Apple, na sociedade contemporânea a ciência transforma-se em capital técnico-científico. As grandes empresas controlam a produção científica e a colocam a seu serviço. A integração da universidade à produção industrial está baseada na ciência em capital técnico-científico (p. 16).

Em recente reportagem a respeito do nível de desemprego no país, a Revista Educação do mês de março (2002), apresentou uma entrevista com Marcio Pochmann, economista que deixa patente que existem mais desempregados com nível universitário do que com os demais níveis de escolaridade. Este fato vem comprovar que o nível educacional não é o único fator de diferença para a aquisição de emprego. Hoje, as empresas medem a competência profissional, também pela criatividade, flexibilidade, capacidade de trabalhar em equipe (p. 7-9).

O que se observa na prática é que as pesquisas educacionais só atendem os interesses do mercado, pois nunca chegam às bases, aqueles que trabalham com educação nos níveis iniciais. Isso gera a desatualização de professor com consequências inevitáveis na sua prática cotidiana. Deveria haver maior preocupação em socializar os novos conhecimentos para que, efetivamente uma nova postura acontecesse. O pensamento de que a pesquisa só é valorizada na Pós-Graduação é que pode interferir no desinteresse do professor no que diz respeito a eles. Além disso, o próprio desconhecimento de que a pesquisa constrói o conhecimento pode se tornar outro fator de desvalorização. Será que essa atitude não é intencional?

Um dos objetivos do neoliberalismo, destacado por Silva (1994) é tentar fazer da escola, realmente o meio de transmissão dos seus princípios doutrinários, tendo em vista que, segundo alguns autores, a escola é, por sua própria condição dentro da sociedade, o local propício à inculcação ideológica. Este objetivo pode ser dificultado por diferentes situações, tais como a presença de idéias críticas difundidas entre os professores. Na realidade, o que pode acontecer é a cooptação por parte do sistema daqueles que estão envolvidos por essas idéias. Uma pergunta se faz necessária: até que ponto a escola – entendida como o universo formado por diferentes segmentos – possui convicções fortes a respeito de seu posicionamento dentro da sociedade como órgão de transmissão da ideologia dominante? E até que ponto ela pode resistir e ir contra a corrente? Ressalte-se aqui, a importância da formação do educador preocupado com os problemas econômicos, políticos e sociais de sua época. Se o educador tiver uma formação sólida conseguirá, com certeza, discernir sua postura frente às investidas do sistema. A formação sólida implica em estar conectado com o mundo atual, ser conhecedor e usuário das novas tecnologias e estar em constante estado de aprendizado (p.12).

Ainda para Silva (1994) outro objetivo é o que mais salta aos olhos, pois está totalmente inserido na ideologia que domina a sociedade atual, que é a supervalorização da economia, do mercado. A escola é idealizada para funcionar como um mercado onde são vendidos os produtos da indústria cultural e informática. No entanto, o discurso neoliberal que condena a participação direta do Estado no financiamento de educação, na prática, vai aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. Dentro desta perspectiva de “mercado”, os alunos são os compradores e os direitos de cidadania se localizam nos direitos do consumidor. O Banco Mundial enfatiza esta postura, quando recomenda a redução da contribuição direta do Estado no financiamento da educação. Uma parte do que é atualmente, gratuito, deveria se tornar pago e para pagar isso, o aluno poderia realizar empréstimos do Estado ou conseguir bolsas.(p.14) É dentro dessa perspectiva

que a Caixa Econômica Estadual do Estado de São Paulo abre, em determinadas épocas do ano, financiamento para os alunos da universidade, liberado somente depois de uma excessiva burocracia, o que chega a causar uma desistência por parte daqueles que necessitam desse benefício .

Na realidade, além de aumentar as barreiras sociais para o ingresso na universidade pública, as medidas neoliberais querem levar as escolas a funcionar de modo competitivo, dentro das leis do mercado, onde a qualidade é que será o marco diferenciador entre elas. Como na empresa, a Qualidade Total deve ser o objetivo a ser perseguido pela escola que precisa copiar as formas que a empresa usa para chegar ao fim proposto. Assim, são valorizadas a memorização e a capacidade de “reutilização da informação”, em detrimento do desenvolvimento de outras potencialidades que existem no ser humano.

O que está acontecendo com a educação no campo do mercado hoje é fruto da Revolução Industrial que trouxe um novo modo de ser e de viver para toda a humanidade através dos avanços das máquinas e do desenvolvimento das fábricas. As inovações tecnológicas, as diferentes teorias sobre o conhecimento, as inúmeras e rápidas transformações pelas quais passa a sociedade fazem com que todos os envolvidos com a educação estejam em constante processo de aprendizado.

Os objetivos do sistema para a educação estão postos. Serão atingidos ou não? É o que se pretende demonstrar no decorrer deste trabalho.

3.4 - Neoliberalismo e Educação no Brasil

A educação num país depende das políticas educacionais adotadas pelo governo. Estas, por sua vez, estão impregnadas pela ideologia dominante e vão ser implementadas na sociedade civil, onde se encontra a escola, que torna-se então, o aparelho ideal para reproduzir esse pensamento.

No Brasil, tem-se atualmente, a conciliação da social-democracia com o neoliberalismo.

Conciliação, segundo Marrach (1996) "*é um acordo entre parceria desiguais, entre dominantes ou donos do poder e os menos poderosos convertidos ao credo dominante*". Desta forma, o neoliberalismo torna-se ideologia dominante no Brasil, numa época em que os Estados Unidos da América detém a hegemonia do planeta (p.10).



A Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei Federal 9394/96, elaborada entre o final dos anos 80 até a metade dos anos 90, passou por diferentes fases da vida social-política-econômica do país.

Segundo Silva (1994) *a crise do capitalismo se acentuava, porém as respostas de cunho neoliberal eram atenuadas pela resistência de um país em estado de efervescência social, no qual ala política considerada mais progressista era fortalecida pelos movimentos sociais*. Com a eleição do Presidente Collor, firmou-se a aliança do governo brasileiro “com seus credores” e deu-se início ao processo de inserção do país na “nova ordem mundial“. Assim, a nova Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1996, ainda não se constituiu como expressão de uma concepção neoliberal, mas os “vazios”, deixados em seu texto, dão a abertura necessária para que isto aconteça. O espírito da nova Lei de Diretrizes e Bases, então, deve ser apreendido em função do conjunto da legislação que a complementa e que vai sendo elaborado já de acordo com os princípios neoliberalistas (p. 25).

É interessante, então, localizar nas políticas educacionais brasileiras, os aspectos indicativos desses princípios.

Quadro 1 - As Políticas Educacionais frente às Tendências Neoliberais

Tendências Neoliberais	Políticas Educacionais
Centralização	Parâmetros Curriculares Nacionais Avaliação: SAEB / SARESP / Provão / Avaliação Institucional T.V. Escola: Treinamento à Distância
Descentralização	Fundo de Desenvolvimento de Ensino e Valorização do Magistério – Municipalização; Parcerias com empresas; Verbas repassadas diretamente para as escolas.
Desarticulação dos Sindicatos	Flexibilização formas de contratação; Escassez de concursos para as diferentes classes do magistério.
Leis do Mercado	Escola Empresa = Qualidade Total

Segundo Gentili (1994), pode-se reconhecer que um governo é neoliberal quando, em sua proposta se combinam e articulam duas lógicas aparentemente contraditórias: a centralização e a descentralização (p.34). Dentro da centralização, os neoliberais destacam: a) a necessidade de desenvolver mecanismos nacionais de avaliação dos sistemas educativos, através da verificação do rendimento dos alunos com provas estandarizadas. Não seria essa a função do Provão, do ENEM, do SARESP? Este mecanismo é desenvolvido porque o sistema educativo precisa enfrentar um grande desafio, que é o desafio da qualidade; b) a necessidade de desenvolver reformas curriculares colocando os conteúdos básicos para todo o país. No Brasil temos os Parâmetros Curriculares Nacionais que são dados como sugestão, mas que são “cobrados” na avaliação do sistema educacional, portanto, devem ser adotados por todos; c) associada ao currículo, há a necessidade de desenvolver estratégias de formação de professores, a nível central, com o objetivo de atualizá-las para o desenvolvimento do plano curricular. Temos no Brasil, a TV Escola, que realiza um treinamento dos professores à distância a fim de centralizar as ações pedagógicas em torno dos objetivos propostos pelo sistema (p. 35-36).

No Discurso Oficial, de 30.05.95, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou a TV Escola: *“a TV Escola não vai substituir os mestres da escola primária. A TV Escola vai treinar e apoiar, na aula, mais de um milhão de professores...”* (CNTE julho/95 p.11).

Como se percebe no mencionado discurso, fica clara a noção de centralização e a noção de treinamento, também, compatível com o ideário atual. Outro fato que se pode questionar a respeito dessa programação é a respeito das escolas que são apresentadas no vídeo: só aparecem aquelas que estão se desenvolvendo dentro das propostas centralizadoras. Por outro lado, trata-se de um grande avanço tendo em vista que muitas localidades são atingidas por essa programação diferenciada.

A TV Educativa e a reforma curricular constituem os meios para controlar pedagogicamente os professores e regular de forma autoritária o cotidiano da sala de aula. No entanto, há que se considerar que existem professores que são capazes de discernir e direcionar os seus trabalhos de forma democrática.

No que se refere à descentralização, baseando-se em aparente falta de recursos financeiros, o Estado/UNIÃO deixa de ser o maior responsável pela educação e transfere essa responsabilidade para o governo estadual e municipal.

Objetivando garantir a distribuição mais eqüitativa da capacidade de



investimento de Estados e Municípios e induzir políticas de remuneração do magistério nos Estados e Municípios, o Governo Federal instituiu o FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento de Ensino e Valorização do Magistério – Lei 9424/96. Um elemento importante colocado de maneira implícita no texto, é a municipalização do ensino fundamental. As prefeituras estão estimuladas a aumentar o número de alunos matriculados no primeiro grau, deixando de priorizar a pré-escola e colocando os municípios na dependência de repasses dos Estados e, eventualmente da União. Passando essa responsabilidade para o nível mais micro, o Estado alega que está evitando o centralismo estatal.

Outra medida é desarticular os sindicatos e associações de representação de classes e, para impedir ainda mais o coletivo, flexibilizar as formas de contratação e dos salários dos professores, assim não há chances de, juntos, refletirem a respeito dos problemas encontrados. Em outras palavras “...dividir para reinar...” Este aspecto já foi mencionado anteriormente neste trabalho.

Esta ideologia produz um currículo homogêneo com base na cultura dominante para todas as escolas, não levando em consideração as diferentes classes sociais. Este fato, naturalmente, gera a exclusão daqueles que não se encaixam no modelo proposto. Aqueles que ficam, são avaliados freqüentemente com critérios do sistema. O sucesso alcançado por eles, nessa avaliação, denuncia a adesão à nova cultura estabelecida, a “nova ordem”.

E o todo-poderoso mercado como influencia a escola?

3.4.1 – A Mercoescola

Textos oficiais do MEC – Ministério da Educação e Cultura, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, estão de acordo com um vocabulário que revela o novo conteúdo cultural, o novo sentido para uma escola que deve se adaptar às condições exigidas pelo ideário dominante. Assim termos como: competitividade, vantagens comparativas, produtividade, eficiência e eficácia, são constantes nos textos oficiais que falam sobre educação.

O objetivo da mercoescola é descaracterizar a escola como espaço público onde o conhecimento é construído, onde o homem pode ser formado nos seus valores, como sujeito histórico, cidadão consciente do seu papel no momento em que está vivendo. Poder-se-ia dizer que o objetivo é apagar a imagem de que a educação é um direito social. Para este tipo de escola, é interessante haver igualdade, que se torna um valor positivo e natural, tendo em vista que a

ideologia dominante estimula a liberdade de competição onde o melhor é o que vai vencer.

Na mercoescola o que está acontecendo é a continuidade de uma política educacional que tem como objetivo reduzir custos e não melhorar a qualidade do ensino. É a lógica neoliberal na educação: tudo que é proposto, é feito sem articulação alguma com um projeto pedagógico, sem pensar na aplicabilidade nas escolas e sem levar em consideração as condições de trabalho. Como as condições de trabalho são alteradas apenas com o objetivo de reduzir custos, os resultados só poderão conduzir ao fracasso escolar. Assim, por exemplo: 1 – a divisão em ciclos cumpre o papel de acabar com os índices de evasão e repetência sem preocupação da melhoria de ensino / aprendizagem; 2 – o aumento do tempo de escolaridade estabelecido pela LDB, não se traduz em mais aprendizagem, mas se tornou uma importante arma para reduzir os turnos das escolas, aumentando o número de alunos por sala de aula, diminuição de vagas e sobrecarga do trabalho dos professores; 3 – a universalização do ensino fundamental, obrigatório pela lei para todas as crianças dos 7 aos 14 anos e, para os jovens e adultos, garantido como direito subjetivo, tem como pré-condição a redução do custo – aluno, e, como consequência, a desqualificação ainda maior da educação brasileira. O que os jornais e a TV mostram, é uma realidade otimista e cheia de resultados positivos; o que acontece dentro da sala é uma realidade triste, desestimulante, negativa... Faz parte do sistema destacar a imagem positiva das reformas que ele mesmo realiza, criando a ilusão de que tudo vai bem e o que ele realiza é o melhor para toda a sociedade...

As medidas educacionais tomadas pelo governo, só poderão ser enfrentadas, rompendo – se com os fundamentos econômicos e com as políticas que as sustentam. Se o compromisso de educação está em atender as necessidades dos alunos, aprender a ler, escrever, fazer contas, entender o mundo, e a melhoria das condições de trabalho dos educadores, os recursos deveriam se adequar às necessidades e não as necessidades se adequarem aos recursos como quer o governo.

As políticas educacionais adotadas atualmente, são baseadas na lógica do mercado, no jogo do poder onde:

- 1 – prevalecem as relações de custo – benefício;
- 2 – a taxa de retorno é medida pelo aumento da produtividade da força do trabalho de quem se educa;
- 3 – só considera relevante as variáveis quantificáveis.

Nesta ótica, a Pedagogia e os educadores são colocados como insumos secundários, transformando a escola em uma empresa e comprometendo a qualidade do ensino.

3.4.2 – Banco Mundial / Educação / Tendências

Na atual conjuntura política / social / econômica brasileira, o Banco Mundial é a principal agência de assistência técnica para a elaboração de projetos educacionais e a maior fonte de fundos externos para a educação, para o acesso, qualidade e redução da distância entre a reforma educacional e a reforma das estruturas econômicas.

Segundo uma publicação da APEOESP- Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo- (1998), o Banco Mundial coloca como prioridade para o ensino fundamental trazer maiores benefícios sociais e econômicos e aliviar a pobreza. O retorno do investimento na educação básica é maior do que o retorno na educação superior, relacionando-se a escolaridade e o aumento do salário de quem se educa. A melhoria da qualidade de educação é colocada como eixo da reforma educativa, centrando-se nos resultados que são verificados no rendimento escolar. O que vai ser levado em conta é o benefício do aprendizado como possibilidade de uma atividade geradora de renda. Como se percebe, a prioridade é dada sempre aos aspectos financeiros; é o econômico que está por detrás das diretrizes do Banco. O aspecto administrativo aparece também como prioridade quando se fala em descentralizar, mantendo centralizadas quatro funções: a) fixar padrões; b) facilitar insumos que influenciam o rendimento escolar; c) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; d) monitorar o desempenho escolar. Outra diretriz fixada pelo Banco Mundial é a convocação para uma maior participação dos pais e comunidades nos assuntos escolares, deixando de ser o Estado o único responsável pelo aspecto educacional. Além disso, o Banco Mundial dá impulso ao setor privado e ONGs, diversificando a oferta educativa com o objetivo de introduzir a concorrência no terreno educativo. Novamente retorna-se ao mesmo assunto: percebe-se que em nenhum momento o Banco Mundial dá prioridade ao professor e à pedagogia. O ensino é considerado como um conjunto de insumos, sendo o professor um deles e a aprendizagem o resultado possível da presença ou combinação desses insumos. Cada ensino se valoriza em separado e é priorizado ou não em virtude de duas questões: sua incidência sobre a aprendizagem e seu custo. Como exemplo pode-se citar o livro didático, que tem alta incidência e baixo custo e o professor que tem alta incidência e alto (p. 25).

Fica claro, com essas medidas que o que importa é realmente somente o custo, o econômico; o professor é colocado em segundo plano, assim como as condições em que ele desenvolve o seu trabalho. É a educação na lógica do mercado!

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -CNTE- (1995), também afirma que o atual projeto neoliberal aplicado à educação encontra antecedentes em outros países, que pouco avançaram em matéria de eficiência e de qualidade de serviços educativos: Estados Unidos da América, Inglaterra, Argentina, Chile. Pouco foi alcançado quando se trata de combinar quantidade com qualidade, democracia com produtividade, igualdade com justiça social.

Dentro desse ideário encontram-se alguns “esquecimentos” do governo quando se refere à crise da educação:

- ◆ não se menciona o problema do analfabetismo;
- ◆ não se mencionam as terríveis condições de exclusão social e da pobreza existente em nossa sociedade;
- ◆ os professores são considerados os responsáveis pela crise e pela improdutividade do sistema, sem que se mencione as terríveis condições de trabalho que eles enfrentam nas escolas;
- ◆ os órgãos governamentais não são culpados pela falta de recursos financeiros – este é um problema que a comunidade deve resolver (p.14).

Marrach (1996) declara que para a educação, o discurso neoliberal parece propor um tecnicismo reformado. Os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da educação se convertem em problemas administrativos, técnicos, de reengenharia. A escola ideal deve ter uma gestão eficiente para competir no mercado; o aluno se transforma em consumidor do ensino; o professor é treinado para ser competente e preparar o aluno para o mercado de trabalho a fim de fazer pesquisas práticas e utilitárias a curto prazo (p.23).

Este é o quadro que temos!

É este o quadro que vivemos?

4 – A Função Social da Escola no Contexto Atual

Após se constatar as diversas formas da escola se relacionar com a sociedade, de acordo com as diferentes interpretações de estudiosos da questão,



verificou-se o desenvolvimento dessa instituição através do tempo procurando se identificar a função social que exerceu em cada época, assim como o cidadão que pretendia formar, em função das necessidades dessa sociedade.

Chegamos à época atual, época de contrastes e mudanças, ciência e tecnologia, globalização ... Brasil, São Paulo. Qual é a "cara" específica que a escola deste novo tempo deve ter? Qual é a função social que a atual sociedade reclama desse fenômeno social? Qual é o cidadão que essa escola precisa formar para atuar na sociedade do conhecimento?

Antes de se discorrer a respeito da função do objeto estudado, é preciso ter o conhecimento da natureza desse objeto, para poder compreendê-lo melhor, e entender o seu posicionamento às diversas manifestações sociais.

Conforme Sierra (1996), do ponto de vista habbermassiano, a natureza da instituição escolar, enquanto instituição social é dupla: por um lado, trata-se de uma instituição de natureza simbólica, isto é, "o mundo da vida escolar", fenomenológico. Por outro lado e, simultaneamente, esta reconstrução simbólica é que contribui para a reprodução funcional da sociedade. A partir do momento em que a sociedade legitima a reprodução do mundo da vida escolar, ela (a escola) contribui para a integração sistêmica da sociedade (p. 118).

Caracterizada a natureza da instituição escolar, faz-se necessário identificar sua função.

No Grande Dicionário Larousse (1999), a palavra "*função (do latim functio)* significa atividade normal, propícia ou natural de um órgão, de uma máquina etc; são as atribuições de determinado organismo ou entidade". Fica bem caracterizado, com esta definição, que o exercício da função da escola é que vai lhe dar a sua identidade. Se essa função se descaracterizar, descaracteriza-se a escola.

O que se tem presenciado atualmente é que, pelas condições da sociedade atual e, levando-se em conta a escola pública estadual, muitas vezes, o prédio escolar tem sido usado para outros fins. Em vez de se preocupar com a construção do conhecimento, a escola torna-se posto de vacinação / local de alimentação e outras utilidades mais. Isto não quer dizer que essas ações não sejam educativas, mas perde-se o objetivo principal da escola.

A identidade da escola vai se formar, então, quando ela, especificamente, está exercendo essas duas funções, de maneira clara e explícita no contexto em que está inserida.

Segundo Sierra (1996), para completar essa identidade, o estabelecimento de ensino tem algumas características que lhe são inerentes e que contribuem para a sua definição, tais como:

- ♦ ser um fenômeno ideologicamente configurado;
- ♦ ter noção de que o saber não é uma exclusividade sua;
- ♦ saber que os “grupos sociais” presentes no seu meio, reúnem atitudes e capacidades suficientes para uma legítima autocrítica;
- ♦ e, em consequência disso tudo, ser considerado um objeto de estudo, de investigação, de atividade e de participação, no sentido de uma discussão – negociação. Pode-se defini-la como: um fenômeno social que desempenha funções não tangíveis, mas efetivas para manter o “status quo” – transmissão, seleção, reprodução, legitimação (p. 118 e 119).

Para Kruppa (2001) esta definição de escola a coloca como reprodutora do sistema hegemônico, transmissora de ideologia dominante... e isso efetivamente acontece se os professores que atuam, nesse estabelecimento não possuem uma visão crítica do contexto em que se encontram. Existem dois elementos necessários para que a reprodução aconteça: a alienação e o preconceito. Para explicar o conceito de alienação é preciso se reportar ao fato de que, todo indivíduo é, ao mesmo tempo, um ser particular e um ser genérico. Assim, o ser humano (genérico) vive e atua num determinado tempo e espaço com características próprias e diferenciadas dos outros (particular). Em outras palavras, pode-se dizer que Maria (mulher, portanto, humana – o genérico) é professora em uma escola da rede pública estadual no ano letivo de 2001 (o particular). Essas duas formas – particular e genérica – são necessárias ao pensamento e à ação na vida, cotidiana. Segundo a autora, quando o homem perde a visão do genérico, centralizando-se no seu modo particularizado de ser, acontece a alienação e, conseqüentemente, este homem pode ser tornar um elemento reprodutor do sistema. A sociedade capitalista atual propicia a alienação do ser humano ao privilegiar o que o homem tem, em detrimento do que ele é; ao apegar-se a uma particularidade – o ter -, ao invés de se centrar no genérico – o ser. Ainda na sociedade capitalista, segundo Marx, a divisão do trabalho, que separa o pensar do agir, gera a alienação do trabalho. Quando os homens agem em função dessa visão particularizada, vivem de forma conformista o seu papel. *“Vivem de estereótipos. Isto é, de idéias ou definições parciais, provisórias, que usam indiscriminadamente, generalizando-as como verdadeiras”* (p. 64).

Os estereótipos, que preconizam tomar a parte pelo todo, estão na base da alienação e do preconceito. Estes, por sua vez, estão presentes na sociedade como um todo, assim como nas instituições sociais, como é o caso da escola.

4.1 – Escola: Local de Mudanças ou Conservação do *Status Quo*?

Inserida no contexto atual, numa sociedade em profunda mutação, a instituição escolar vive a contradição, tentando discernir a sua função social, num mundo complexo, multifacetado. Seria esta instituição, como já foi visto, no início deste capítulo, apenas fator de conservação do “status quo”? Ou haveria possibilidade / alternativa para esta instituição, se tornar fator de transformação, um centro irradiador de um novo modo de pensar, de agir, de ser?

Ligada à função da escola está a questão da cidadania.

As duas idéias básicas que definiram a formação do cidadão do século XX – democracia e nação – acham-se em processo de revisão em função da organização política em grandes blocos supranacionais o que, praticamente exclui a noção de nacionalidade implícita no conceito de cidadania. Qual seria, então, o cidadão a ser formado pela escola, para este novo século? A educação tornou-se indispensável ao sucesso econômico / social de qualquer país; o cidadão criativo, inteligente, capaz de gerar, selecionar e interpretar informações, com grande capacidade de se ajustar tais mudanças é fator essencial para o desenvolvimento do país.

Sarup (1980) informa que existem autores, como Illich, que, situando as escolas nas condições de economia capitalista, analisam que o ensino escolar se tornou anti-educacional, anti-social. As escolas moderam o potencial subversivo da educação numa sociedade alienada, onde vários métodos são usados. Como exemplo é citado o fato de que somente os que foram instruídos para o conformismo nas classe iniciais é que são admitidos às classes mais adiantadas e depois recebem o “certificado ritual”. O ensino escolar é uma forma de doutrinar a criança para a aceitação de uma ideologia que a mantém democraticamente no seu lugar. Em seu livro “Deschooling Society”, Illich argumenta que as noções que as escolas estão inculcando nos alunos ao as seguintes: primeiro, naturalizam a origem divina da estratificação social com muito mais vigor do que as igrejas jamais o puderam fazer. Segundo, as crianças são instruídas no consumo disciplinado, o mito do consumo interminável. Terceiro, as escolas iniciam os jovens num mundo em que tudo é medido. Parece que, ao ser inculcado nas pessoas a idéia de que os valores podem ser produzidos e medido elas tendem a aceitar todos os tipos de classificação (p. 126).

Ainda conforme Sarup (1980) essa seria também uma forma de educação alienada. No entanto, Illich não traz uma solução prática. Ao apontar que a mudança social fundamental deve começar com uma modificação de consciência individual, ele se omite de dar importância ao fato político e se atém ao problema pessoal (p.127).

Questiona-se: de que adianta mudar as estruturas internas pessoais se as instituições básicas do capitalismo continuam as mesmas? Que formas podem ser usadas para superar a alienação presente na escola?

Para Oliveira (1994) a escola não foi historicamente instaurada e constituída para a população que hoje a frequenta e que está presente especialmente nas séries iniciais, que é, a classe dos trabalhadores. Este fato lhe dá uma característica peculiar para a qual, nem a escola como instituição – nem os professores que ali trabalham –, estão adequadamente preparados. Esses estudantes que chegam à escola, trazem uma nova forma de ser e de pensar, diferente daquela para a qual o professor foi preparado, visto que o professor *“embora orientado por um movimento de elevar os estudantes à formação, tende a aderir às idéias e valores da classe dominante, transmitindo-os como idéias e valores absolutos”* (p. 125).

Esse confronto de idéias se dá às claras, de maneira objetiva. No entanto, para Cândido (1974), além dessa situação, existe o fato de que a diferenciação de valores / idéias, produz a formação de uma multiplicidade de grupos dentro da escola e que

constituem, porventura, o aspectos mais interessante e menos estudado da vida escolar. Sob a aparente tranqüilidade desta, eles subsistem e agem com uma força constante que, por exercer geralmente às encobertas e contra a superordenação legal, lhes confere um poder integrador raramente alcançado por outras formas de convivência (p. 110).

Em tais grupos, circulam outros valores – o chamado currículo oculto –, o conjunto de interações cotidianas, que, mesmo não explicitadas, revelam-se poderosas, ensinando e transmitindo valores que suplantam os conceitos e valores oficialmente expostos.

Dentro desse entendimento é que se pode considerar a escola não só como conservadora / reprodutora da ideologia dominante, mas também como um foco de idéias novas – nascidas da inter-relação de diferentes posturas / valores vivenciados pelos diversos atores sociais presentes na escola.

Conforme Cury (1985) é pela reflexão que a natureza, dialética ou real,

encontra na consciência da contradição, sua expressão subjetiva e também a possibilidade de uma interferência no real (p. 32).

Para Oliveira (1994), apesar de todas as heranças que lhe são atribuídas – enclausuramento do homem dentro de um molde de pensar e agir típico do capitalismo, fator de aprovação e incentivo ao alheamento dos seres humanos diante da natureza, da história, do trabalho como atividade vital / reprodutora, diante dos seus semelhantes e diante de si mesma e apesar das diferenças sociais a escola é uma agência poderosa para a emancipação do homem. Na verdade, é a única agência especializada para tal fim. Para o citado autor, "como todas as instituições criadas pelo homem, a escola é ambígua, porque acima de tudo é uma realidade dialética. Tem plasticidade. Pode ser transformada . "Pode transformar também" (p.137).

Para que exerça o seu papel transformador, é necessário que a escola se analise dialeticamente como instituição social responsável pela educação formal dentro da sociedade e que reflita sobre a sua função social dentro de uma perspectiva democrática. No entanto, para que a escola, efetivamente, seja fator de transformação, é preciso que os professores e todos os demais profissionais que nela atuam, o façam de maneira reflexiva, com compromisso político e com competência técnica.

4.2 – Uma Nova Escola para um Novo Tempo: a Qualidade Total

Um novo tipo de sociedade requer que a escola forme um novo homem com raciocínio lógico, autonomia, articulação verbal, capacidade de iniciativa, comunicação e cooperação, capacidade de tomar decisões, conforme prevê a lei sobre educação. Segundo Machado (1998), este novo homem preciso desenvolver um estado de alerta para mudanças, pois o “único fator permanente é a mudança”; capacidade de operar em condições, ou em horizontes, geográficos e temporais distintos; uma visão integrada que leve a uma maior flexibilidade; postura favorável à maior cooperação, a receber e a ouvir informações, a valorizar informações e opiniões independentemente de postos hierárquicos (p.97).

Qual a escola necessária para que, efetivamente, se forme o cidadão adequado para este tempo, e aí aconteçam as condições de apropriação do conhecimento considerado socialmente relevante?

É importante se considerar que, atualmente, não é só a escola que oferece acesso ao conhecimento, mas, mesmo assim ela ainda ocupa um lugar



estratégico nesta sociedade tecnológica e da informação. Segundo Libâneo (2001), ela cumpre funções que não são providas por nenhuma outra instância: formação geral básica – capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, desenvolvimento de capacidade cognitivas e operativas (p. 40).

Por não deter o monopólio do saber, a escola precisa ser repensada. Ela não vai se preocupar exclusivamente em passar a informação sobre as matérias, mas vai ser uma síntese entre a cultura que acontece nos diversos ambientes sociais e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento.

É na escola que o aluno vai aprender a interpretar e decodificar todas as informações recebidas dos diferentes meios de comunicação, através do conhecimento e das habilidades cognitivas. Também é na escola, que o aluno, sujeito do seu próprio conhecimento, vai produzir a informação, além de recebê-la e interpretá-la. Desta forma entende-se que a escola deve exercer a sua competência de maneira eficaz para que possa cumprir a sua missão na sociedade.

Libâneo (2000) propõe um novo modo de conceber a escola – espaço de síntese no exercício de seu papel na construção da democracia social e política – que traz desafios implícitos nos objetivos propostos:

1 – Desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, habilidades do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares (p.41). Trata-se de levar o aluno a pensar, de modo que ele possa lidar com problemas e resolvê-los da melhor maneira possível.

Este objetivo proposto está de acordo com um dos pilares do conhecimento, proposto por Delors (1998), no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI: trata-se de aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão, exercitando a atenção, a memória, o pensamento. O processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado e pode enriquecer-se com qualquer experiência ao longo da vida da pessoa.

2 – Desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação (p.41) Trata-se de se dar valor e respeitar os sentimentos dos alunos, cuidar para que tenham auto-estima positiva, que sejam auto-confiantes. Este objetivo se encaixa no “aprender a ser”, outro princípio da educação, apresentado no Relatório para a UNESCO.

Essas capacidades, muitas vezes em outros tempos, não foram tão valorizadas pela educação, que se preocupava mais com o homem racional, deixando as emoções em segundo plano. Com os estudos desenvolvidos sobre a inteligência emocional descortinou-se um novo modo de ver o homem em sua totalidade e, hoje, este é um aspecto essencial na educação do ser humano. Observa-se que, na atualidade, em situação de classificação para conseguir um emprego, o que é analisado com muito rigor é o aspecto emocional do candidato.

A escola pública estadual paulista já começou a se preocupar com a auto-estima do aluno, tanto é que foram introduzidos no sistema escolar o Projeto de Progressão Continuada e Recuperação nas férias, com o objetivo (às vezes não entendido) de proporcionar ao aluno uma oportunidade de se auto-afirmar, de conseguir uma auto-estima positiva.

3 – Preparação para o processo produtivo e para o mundo tecnológico e comunicacional (p.41). Neste objetivo está perfeitamente delineado *o aprender a fazer*: o aluno precisará estar desenvolvendo capacidades que o habilitem a desenvolver tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas ou tarefas de concepção, de estudo, de organização, à medida que as máquinas se tornam mais “inteligentes” e que o trabalho se “desmaterializa”.

4 – Formação para a cidadania crítica, isto é, um cidadão – trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para integrar o mercado de trabalho (p.42).

Trata-se do aprender a viver junto, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades.

É preciso formar o aluno para uma cidadania do cotidiano, do “aqui e agora”; uma cidadania que articula o conjuntural e o estrutural, que lhe dá condições de discernir e intervir no processo social de maneira concreta.

É preciso que o aluno participe de movimentos sociais, lutando por melhoria das condições de vida da população. Para isto, a escola deve trabalhar em parceria com entidades sociais.

Na prática da vida escolar, o que se percebe é que as escolas que possuem projetos de participação em entidades assistenciais, possuem um grupo de alunos mais conscientes de seu papel social e, em consequência, mais “antenados” com os problemas que afligem a comunidade em que vivem.



No decorrer deste trabalho, haverá a oportunidade de se verificar este aspecto com as entrevistas / questionários / observação, desenvolvidos nas escolas pesquisadas para o desenvolvimento desta dissertação.

5 – *Formação ética* (p.42). Este aspecto tem sido deixado a desejar nas escolas, como que por influência da sociedade atual que vive uma crise de valores. Mas, diante das perplexidades de que este “novo tempo” traz, é urgente que a escola se preocupe com o desenvolvimento dos valores e critérios de decisão e ação frente aos inúmeros problemas que se apresentam em todos os campos: econômico, político, social.

O desenvolvimento ético está completamente ligado com o “aprender o ser”, que engloba as outras três palavras – aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos.

A Comissão Internacional sobre Educação para o século XVI (Delors, 1998), entende que uma nova concepção ampliada de educação “devia fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. *“Para que isto efetivamente aconteça, é necessário que se desvincule a visão puramente instrumental da educação, considerada como “via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser”* (p. 20).

Trata-se, efetivamente, de se colocar a pessoa humana e o seu desenvolvimento completo como objetivo de toda a ação educativa.

Na prática, é possível vivenciar este ideal de escola para o novo século? Como está a legislação a respeito?

4.3 – Possibilidades: L. D. B.

Uma nova escola não é simplesmente obra de uma nova legislação. O que conta mais é o cotidiano da escola, o modo como ela vai vivenciar aquilo que a lei prevê. Isto significa que, ao invés de representar um sistema ideológico estável e coerente, as concepções sociais contidas na prática diária das escolas recolhem, conservam e reordenam elementos das sucessivas conjunturas da história do país, assim como noções diversas que expressam os próprios atores

do processo escolar.

Este aspecto do cotidiano escolar ganha destaque e importância diante da nova L.D.B.-LEI DE Diretrizes e Bases que, por um lado, deixa espaços abertos para muitas questões e assim potencializa as ações do MEC – fortalecido, frente às atribuições conferidas à União – e por outro lado faz com que as lacunas, aberturas e omissões possam resultar em portas abertas para a emergência de novas perspectivas, sobretudo nas orientações de flexibilização nas formas de organização do tempo e espaço escolar.

Mas para aproveitar essa flexibilização de maneira coerente e produtiva, é preciso ter em mente que uma pedagogia do nosso tempo exige, um educador formado com critérios firmes e conhecedor do tempo em que vive.

Assim a escola inserida no contexto atual, deverá estar atenta para modificar a sua prática passando de uma “educação – preparação” para uma “educação – formação”, onde, o aluno deverá aprender a fazer a ciência, em vez de aprender a ciência; compreender o mundo do trabalho, em vez de preparar para um trabalho.

A escola pode se tornar um lugar onde se criam idéias, perspectivas e diversidade de pensamento. O professor poderá respeitar as diferenças de raciocínio e de lógica ou seus diferentes alunos.

Os caminhos diferentes podem chegar ao mesmo lugar e o grandioso é que o caminho é mais importante que a chegada. O foco da escola passa a ser o caminho e não a chegada. Trata-se de mudar o paradigma, o modelo de escola que estamos habituados a vivenciar.

A escola, nos próximos anos, segundo Candau (2000) deverá ser muito mais do que um *locus* de apropriações do conhecimento socialmente relevante, o científico. Ela deverá ser um espaço de diálogo dos diferentes saberes – científico, social, escolar, etc. – e de linguagens. Deverá ser um espaço de análise crítica, estímulo ao exercício da capacidade reflexiva e de uma visão plural e histórica do conhecimento, da ciência, da tecnologia e das diferentes linguagens. A escola está chamada a se situar no cruzamento, na interação, no relacionamento da dimensão histórica e social do conhecimento (p. 14).

Dentro deste pensamento, muito questionamentos se fazem necessários à escola, principalmente no que se refere à rigidez presente na organização e à dinâmica pedagógicas escolares, assim como ao caráter monocultural da cultura escolar.



É necessário que a escola desenvolva seus trabalhos levando em consideração a dinamicidade, a flexibilidade, a diversificação, as diferentes formas de expressão, o debate e a construção de uma perspectiva crítica plural.

Outro aspecto a considerar para a “reinvenção” da escola, ainda conforme Candau (2000), é o que se diz respeito à articulação entre igualdade e diferença. A cultura escolar sempre levou em consideração a questão da igualdade, o que, na prática, significou a afirmação da hegemonia da cultura ocidental européia em relação às outras culturas também presentes no cotidiano escolar brasileiro. É preciso se valorizar a cultura de outros grupos étnicos, questionando-se os estereótipos sociais vinculados pela escola, promovendo uma educação *“verdadeiramente intercultural, anti-racista e anti sexista como princípio configurador do sistema escolar como um todo”* (p. 15).

Para se construir essa nova escola é preciso se construir relações novas, pois estas se constituem no fundamento necessário para que ocorram as mudanças dentro de um determinado contexto.

A escola deve construir relações novas entre as pessoas, levando os envolvidos no processo educacional a saírem do individualismo para a solidariedade vivida no cotidiano, promovendo a participação dos alunos como sujeitos ativos do seu próprio conhecimento e a participação dos professores também como sujeitos de sua prática e não apenas como dependentes de leis “superiores”.

A escola deve construir relações novas com o conhecimento entendido como construção social; um Projeto Político Pedagógico que objetiva construir uma alternativa ao projeto hegemônico neoliberal. A escola precisa desenvolver novas relações com o poder, tendo clara que, para ter poder, é preciso construir competência, uma competência de construir alternativas concretas, inclusive metodológicas, tecnicamente eficazes, que se contraponham ao sistema vigente.

Essas novas relações vividas no dia-a-dia é que poderão construir uma alternativa educacional que faça frente à força do projeto neoliberal em educação. Há possibilidades positivas para que isto possa acontecer? Há. Mas é preciso vigilância constante para que não se perca a vivência dessas relações. Se não se conseguir vivenciar essas novas relações na escola, como se pode convencer os alunos de que é possível vivenciá-las na sociedade?

A escola que o novo século demanda deve ser um espaço onde tudo o que foi acima descrito, possa ocorrer de fato, de forma a formar o cidadão do século XXI. Este é o sonho... Mas ... e a realidade como está?

CAPÍTULO IV

APROFUNDANDO O TRABALHO DE PESQUISA

"Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência?" (BARDIN, 1977, p.29)

Este trabalho partiu de um estudo sobre as relações existentes entre escola, homem, sociedade, procurando entender os diferentes modos como essa relação se concretiza. A escola foi estudada em sua evolução histórica até chegar aos nossos dias – anos 2000 – quando, então, foi desenvolvido o estudo sobre o sistema que prevalece na sociedade atual e sobre a legislação vigente sobre educação. Através de pesquisa empírica, com interpretação qualitativa se procurou, então, identificar a função social da escola e a formação do cidadão necessário para essa sociedade, do ponto de vista das pessoas mais envolvidas com a educação escolar: diretor de escola, professor, alunos, pais.

Procurou-se analisar duas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, da Rede Estadual Paulista, situadas em cidades diferentes, mas que estão dentro dos critérios inicialmente estabelecidos para a seleção das unidades objetos de pesquisa. É necessário esclarecer que os nomes dos municípios, das escolas e dos entrevistados são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos.

Também a comunidade externa à escola foi ouvida na pesquisa empírica visando entender como os atores externos percebem o papel dessa instituição, lembrando que, para Ludke e André (1986), *cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez e inserido em uma realidade histórica que sofre toda uma série de determinações* (p.5).

Assim, procurando situar a pesquisa empírica dentro de um contexto para melhor entender os documentos analisados e os depoimentos colhidos, tentou-se encontrar o sentido que os atores sociais quiseram atribuir à sua experiência de escola. A partir desses indicadores, conforme Bardin (1977), aconteceu um processo *dedutivo ou inferencial* do conteúdo das comunicações emitidas pelos atores sociais, tendo em vista que

a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principal, desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem



primeira. (1977).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas: com os Dirigentes de Ensino das Regionais em que estão inseridas as escolas pesquisadas e com os Diretores de Escola. Estes, por sua vez, indicaram os representantes de outros segmentos a serem entrevistados. Deste modo, foram entrevistados dez professores, dez pais de alunos e dez alunos. Também foram entrevistados oito representantes da comunidade externa, escolhidos por sua atuação comprometida com a educação, sendo quatro dessas pessoas envolvidas com os movimentos representantes do magistério. Dois são vereadores das cidades onde estão localizadas as escolas e se destacam pelo seu trabalho em favor da educação popular. Uma pessoa é o Presidente da Associação Comercial da cidade e foi escolhida por ter possibilidades de verificar a formação dos alunos que saem da escola e a sua atuação profissional. A outra pessoa é psicóloga e professora da rede estadual de outro município atuando em dois pontos opostos da sociedade: na escola e como psicóloga de uma penitenciária do interior de São Paulo, tendo pois, condições de analisar a falta que a escola faz na vida das pessoas que se tornam marginalizadas, que, certamente, se tivessem vivido a oportunidade de acesso ao conhecimento e à vida de relações sociais que a escola proporciona, seriam diferentes.

Aplicou-se também um questionário a 31 alunos das duas escolas sobre a mesma temática. O pré-questionário foi realizado com 12 alunos de outras escolas.

Foram inicialmente analisados os seguintes documentos: Proposta Pedagógica, o Plano de Escola, os Projetos Especiais, Atas de Reuniões de Conselho da Escola, da Associação de Pais e Mestres – A. P. M. e o Regulamento Escolar, das duas escolas envolvidas nesta pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS

Desta forma, a escola pública estadual pertencente à **DE-1** será chamada de **Escola Alfa**; a pertencente à **DE-2** será chamada de **Escola Ômega**.

1 – Escola Alfa

Escola Alfa, pertence a Diretoria de Ensino de ... , DE 1, localiza-se na área central da cidade de ..., Estado de São Paulo, local de fácil acesso para todos os alunos que vêm dos mais diferentes bairros da cidade. Atende alunos de 5ª à 8ª



série e do Ensino Médio, funcionando nos três períodos, manhã, tarde e noite. Também conta com o Supletivo do Ensino Médio.

É uma escola de tradição na cidade. Construída nos anos 50, abrigou inicialmente o Ginásio do Estado e, depois, o famoso Instituto de Educação, escola de renome pela sua qualidade de ensino: ali só estudavam os considerados os mais inteligentes da cidade no senso comum, pois a seleção do exame de admissão era rígido.

Nos anos 90 participou do Projeto Escola-Padrão e tem até hoje um papel destacado no cenário educacional da cidade, pela postura inovadora da Direção da escola e também por ser uma escola aberta à comunidade.

Atualmente conta com 1.700 alunos provenientes dos mais diferentes bairros da cidade, alunos esses que consideram um privilégio estar estudando nessa escola, pelo nome e tradição que ela comporta.

Os alunos do período da manhã já estudam nessa escola há alguns anos e em geral, residem no próprio bairro e / ou circunvizinhanças. Alguns alunos da escola são também alunos do SENAI- Serviço Nacional da Indústria.

O período da tarde acolhe alunos de origens diversas, a maior parte dela veio transferida de outras escolas concluintes do Ensino Fundamental – iniciantes no Ensino Médio.

O papel sócio-econômico-cultural da clientela, segundo informações do professor coordenador do período diurno, é bastante diversificado: vai de classe média, cujos pais possuem escolaridade superior, até os considerados provenientes de classe mais baixa, com pais com pouca escolaridade.

Os alunos do período noturno, em grande número trabalham principalmente no comércio local e, mesmo morando em bairros distantes da escola, optam por ela, levando em consideração a sua localização geográfica e a facilidade de transporte.

A escola conta com cento e catorze professores, incluindo os eventuais, sendo cinquenta e seis que atuam no Ensino Fundamental e cinquenta e oito no Ensino Médio. Possui dois vice-diretores e dois professores coordenadores. Dos professores, quarenta e seis são efetivos com sede nessa escola e outros dois têm sede em outra Unidade de Ensino. Ainda existe um professor estável na casa.

A escola ainda conta com um secretário, cinco oficiais da escola, cinco



inspetores de alunos e seis serventes de escola.

Destaca-se também esta escola pela sua fanfarra, composta por alunos da escola e que abrilhanta inúmeros eventos culturais e sociais da cidade.

Entrevistando a Diretora da Escola Alfa, Professora Deusa, pudemos observar inicialmente ser ela, pessoa muito envolvida com todas as atividades da escola, sendo até centralizadora, tendo em vista que a todo momento ocorriam interrupções por parte do pessoal da escola, com o objetivo de pedir orientação sobre o trabalho. Falando sobre as dificuldades encontradas para desenvolver um bom trabalho na escola, a Professora Deusa centralizou o discurso na falta de trabalho coletivo: *"[...] se todos tivessem a mesma meta.[...] além do mais há poucos funcionários e cada um não faz a sua parte. [...] essas dificuldades poderiam ser sanadas se cada um fizesse a sua parte. [...] se houvesse autonomia verdadeira, descentralização."* Já se pode verificar aqui a tendência que existe em todos os grupos / pessoas de se colocar a culpa "no outro", de se justificar através de "incompetências do outro". Esta postura se projeta ao individualismo, característico de época em que vivemos, e que tanto emperra o trabalho em equipe que deve existir em uma instituição social.

Questionada sobre o tipo de homem que a escola que dirige pretende formar, a Professora Deusa esclareceu que pretende desenvolver o *"ser humano completo, espírito e corpo, ter sentimento solidário, saber estar de acordo com sua época, saber dos seus direitos e deveres, verdadeiro cidadão consciente, criativo"*.

Apontando uma dificuldade para conseguir esse objetivo, a Diretora falou que *"os professores não sabem desse objetivo e não querem saber... há falta de estudo, estão fechados em sua sabedoria"*.

Tem-se dois pontos a considerar a respeito dessa fala: novamente há um retorno à "incompetência do outro – como já foi comentado anteriormente. Por outro lado, se o professor não sabe desse objetivo principal que a escola deve ter, é porque não participa ativamente do Planejamento; parece que o objetivo já vem pronto e já foi definido "a priori". Isso leva ao problema da divisão do trabalho: uns pensam ... os outros escutam... Em tempo: será que retrocedemos? Em que época estamos?

Seguindo o raciocínio de Cardoso (1999), há que se refletir, sobre o ato de planejar, até que se chegue à conclusão de que: *"O planejamento passa a ser pensado como uma forma de relação dialética entre "pensar e fazer"... que depende de ações de indivíduos, se concretiza numa ação coletiva e*

compartilhada da comunidade escolar (interna e externa)" (p. 27).

A escola Alfa desenvolve alguns projetos especiais, conforme informa a Diretora Deusa:

1. **Adolescente sim, mas consciente.** – Este projeto é realizado por alunos do Curso de Enfermagem da USC – Universidade do Sagrado Coração e através de palestras ministradas em período de aula, sobre doenças sexualmente transmissíveis e orientações sobre a vida sexual do adolescente.
2. **Releitura das obras de arte** – Um aluno de Educação Artística da UNESP / Bauru é o responsável por este projeto que tem por objetivo levar os alunos a aprenderem a olhar o mundo através das obras de arte. As atividades são desenvolvidas uma vez por mês, no horário da H. T. P. C. (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo).
3. **A comunidade presente** – A F. D. E. (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) é a responsável por este Projeto que caracteriza de reunião / orientação realizadas pelo pessoal de D. E. sobre o papel da comunidade na escola.
4. **A OAB vai à escola** – Este projeto é desenvolvido por representantes da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil -, que realiza palestras sobre temas provenientes escolhidos pelos alunos da terceira série do Ensino Médio. Até o momento em que entrevistei na escola os temas mais votados e já apresentados eram: Leis Trabalhistas e Aborto. É interessante notar que os projetos são todos provenientes de fora da escola, como se fossem todos estratégicos, não há um projeto elaborado pela escola, seus professores e seus alunos. Talvez este fato explique o não envolvimento total dos alunos em todos os projetos desenvolvidos na escola.

O Conselho da Escola Alfa está constituído de acordo com o que o texto legal propõe, o mesmo acontecendo com a A. P. M. e o Grêmio Estudantil.

Para o levantamento dos dados empíricos o trabalho em questão foram entrevistados: a Diretora da Escola, cinco professores – a professora coordenadora do diurno, uma professora de Português, duas professoras de Matemática e uma professores de Geografia, todos efetivos no cargo com mais de cinco anos na escola, cinco mães de alunos, cinco alunos do Ensino Médio, período da manhã, entre 15 anos. Dezoito alunos de Ensino Médio noturno, idade entre 15-17 anos, responderam ao questionário elaborado com o objetivo de levantar dados para este trabalho. Como já foi anunciado, o Pré-Questionário

foi realizado com dez alunos de outras Unidades de Ensino.

As questões abordadas no questionário e nas Entrevistas foram elaboradas em cima do tema deste trabalho – a função social da escola, o tipo de cidadão formado pela escola, as relações entre escola e sociedade.

Os pais, professores e alunos escolhidos para as entrevistas foram indicados pela Direção da Escola.

Os representantes sindicais são os dirigentes locais do CPP- Centro do Professorado Paulista, APEOESP- Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, UDEMO - Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, mais o dirigente da UDEMO Central. O vereador da cidade foi escolhido por seu trabalho em favor da educação popular e por estar sempre envolvido com os projetos educacionais que necessitam dos trabalhos da Câmara Municipal.

2 – Escola Ômega

A Escola Ômega está localizada no centro da cidade de ..., Estado de São Paulo. Faz parte da Diretoria Regional de Ensino de ..., DE 2.

Instalada na década de 40 como antigo Ginásio do Estado, logo passou a Instituto de Educação, gozando de excelente reputação quanto ao ensino ali ministrado. O corpo docente sempre foi muito prestigiado e os seus alunos, exemplo de estudantes que, depois de passar pela escola, ocuparam postos de destaque na sociedade local. Toda essa história, conferiu à escola um prestígio que não definhou nem mesmo quando a escola abriu suas portas a uma clientela maior e o seu nível de ensino precisou se adaptar à nova realidade.

Nos anos 90, passou pela experiência de participar do Projeto Escola-Padrão, recuperando, então, um pouco do seu “brilho”.

Hoje, com corpo docente ativo e comprometido, com projetos novos elaborados pelos próprios professores e alunos, a escola ganha destaque no cenário educacional da região e também no nível de estado. Idealizadores do Projeto “Jovem... faça alguém feliz” os professores e alunos desta escola encontraram um objetivo maior para suas vidas, ao se colocarem a serviço da comunidade, e à serviço dos mais desvalidos dentro do sistema excludente em que vivem: os idosos e as crianças órfãs. Levando a essa parcela de comunidade um pouco de vitalidade da juventude e dividindo o conhecimento que possuem, conseguiram elevar a auto-estima dessas pessoas que se encontram à margem da



sociedade.

É uma escola da qual todos se orgulham. Local de trabalho, produção de conhecimento, convivência, onde a alegria dos que ali vivem, contagia os que chegam.

Atualmente a escola conta com setecentos e sessenta alunos no Ensino Fundamental, 5ª / 8ª série e quatrocentos e quarenta e dois alunos no Ensino Médio, divididos nos turnos manhã, tarde e noite. Os mil, duzentos e dois alunos são provenientes de diversos bairros da cidade, conforme dados obtidos no Plano Escola/2001.

A escola conta com um CEL – Centro de Estudos de Língua – onde são ministradas aulas de francês – treze turmas – e de espanhol – quinze turmas – e conta com a participação de quatrocentos e sessenta alunos. Este é um dado diferenciador de escolas, tendo em vista que, na cidade de Garça, é a única escola que conta com este benefício.

A clientela em sua maior parte é composta por alunos de classe média que provém de bairros próximos. No entanto, existem alguns mais pobres que provém de bairros mais distantes, com baixo poder aquisitivo. Alguns desses alunos são oriundos de famílias que vivem em extrema pobreza.

A escola conta com um professor coordenador e vinte e cinco professores efetivos – sendo oito afastados. Possui também Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil funcionando normalmente.

De acordo com sua Proposta Pedagógica, a escola viabiliza e incentiva a participação de todos em programas que visam a formação continuada, desde a participação efetiva em Congressos e Cursos sobre educação. Outro dado ao qual a escola está atenta é proporcionar alguns momentos de integração para toda a comunidade escolar, colocando os envolvidos na escola em sintonia entre si, possibilitando que objetivos comuns sejam alcançados. Isto é possível de se alcançar, tendo em vista que a escola proporciona um ambiente de trabalho acolhedor proporcionando um excelente desempenho de toda a equipe escolar, apoiando o desenvolvimento profissional, valorizando e reconhecendo o esforço de todos.

Clara, Diretora de Escola afirma que

o Projeto Pedagógico foi pensado a partir da função que a escola pode desempenhar nos dias de hoje. Para que seja eficaz, toda ação escolar está baseada nos princípios da escola, que são: "... humanização da seleções escolares; valorização da escola pública, participação; compartilha responsabilidade com a



comunidade escolar.

Estes princípios se revelam no cotidiano escolar, pode-se comprovar este fato ao participar de algum evento promovido pela escola, como foi o caso deste pesquisador.

Existem vários projetos sendo desenvolvidos na escola:

1. Projeto-Jovem ... faça alguém feliz. Este projeto nasceu por incentivo da Professora Maria do Céu, de Educação Física, há quatro anos e inicialmente foi chamado “Criança... faça alguém feliz”. A Professora Maria do Céu conta que: *sentia que havia um clima de insatisfação entre os alunos... eles estavam inquietos, sem rumo, sem motivação...* Então, pensou em fazer com que esses alunos pudessem enxergar, conhecer centros e conviver com pessoas que tinham menos ainda do que eles – nos asilos, nos orfanatos – que pudessem oferecer a essas pessoas um pouco de carinho, atenção, conversa, alegria, entusiasmo. *Foi assim o início...*

O entusiasmo tomou conta dos alunos e dos professores e então o movimento foi crescendo... Segundo Maria do Céu, professora de Educação Física:

aos poucos aquele Projeto que havia sido pensado para a Educação Física, começou a envolver os professores de Português, de Geografia, de Matemática... e, cada um dentro de sua disciplina começou a levar contribuições para a convivência com aquelas pessoas mais desprovidas da sociedade.

Este Projeto deu à escola vários prêmios: Escola Cidadão em 2000; Primeiro Prêmio Kick Educação; Primeiro lugar Prêmio Rádio Bandeirantes – SP – Escola Voluntária em 08.10.2001.

Contando com maior números de participantes, o Projeto inicial se subdividiu em outros, mas sempre com o objetivo de atender as entidades assistenciais da cidade. Atualmente, são eles:

- a) **Aprender, relembrar, brincar... Quanto prazer isso dá.** A Coordenação é da Professora Antonia, de Educação Física, que trabalha com um grupo de alunos que desenvolve atividades recreativas, jogos de raciocínio e de regras, cantos, contos, danças – no Lar dos Velhos, Frederico Ozanam.
- b) **Renascer com as letras.** A professora Livia de Português, juntamente com um grupo de alunos, inicia a alfabetização para alguns idosos que residem no Lar dos Velhos.

- c) **Ler é Prazer.** A coordenadora, professora Silvia, de Português, trabalha com alunos monitores, a socialização da leitura de vários autores, junto aos demais alunos da escola e junto às entidades assistenciais.
 - d) **Ouvir e contar histórias... momentos de emoção.** A professora Telma, de Português, coordena um grupo de alunos que conta histórias para as classes da escola nas entidades assistenciais.
 - e) **Questão ambiental para crianças.** A Professora Maria Adélia, de Ciências, coordena um grupo de alunos que trabalha a questão ambiental através de teatro de fantoches, paródias, dramatizações que são apresentados aos demais alunos da escola e também às entidades assistidas pelo Projeto.
 - f) **Aprender, plantar, cultivar... uma união salutar.** O Professor Horácio de Ciências e sua esposa Bernadette coordenam um grupo de alunos que desenvolve trabalho sobre técnicas de plantio, cultivo e coletas de plantas com a orientação de um grupo de monitores do Patronato Juvenil... Este grupo também trabalha com informações sobre dieta alimentar com os alunos e com as entidades assistenciais.
 - g) **Espanhol para niños.** Claudina e Carmem, professoras de Espanhol do CEL – Centro de Línguas – coordenam um grupo de alunos que desenvolve atividades na Creche Maria Leonor, em torno do aprendizado do espanhol.
2. **Projeto Ponto de Encontro.** A professora coordenadora do curso noturno, Gláucia, é a responsável por este projeto, que oferece inúmeras atividades, aos alunos e à comunidade em geral. São oferecidas diversas oficinas:
- a) **Culturais:** plantão de dúvidas, capoeira, músicas, danças;
 - b) **Trabalho Informal:** como fonte de renda alternativa – confeitaria, caixas de presentes, cosmética natural, etc.
 - c) **Esporte e Lazer:** futebol, basquetebol, damas, xadrez, tênis de mesa.
3. **A linguagem do movimento corporal.** A Coordenação está com os professores Zélia, de Artes e José Luiz, de Educação Física. É dirigido aos alunos de quinta e sextas séries.
4. **O meio ambiente em questão.** Com o objetivo de sensibilizar alunos para a necessidade de se preservar o meio ambiente, este projeto é integrado pelos



professores Selma, de Educação Física; Vera, de Ciências; Rita, de Artes e Glória, de Português.

5. **Identificando as áreas profissionais.** Endereçado aos alunos do Ensino Médio, este projeto coordenado pelo Professor Antonio, procura detectar os interesses e habilidades dos alunos, através de testes gráficos, orientando-os para a vida profissional.
6. **Educação de jovem para jovem, um exercício de cidadania.** A professora Maria Antonia coordena este Projeto que tem como objetivo analisar e discutir os problemas ambientais sob a ótica do jovem, levando-os a buscar soluções e desenvolver ações na escola, envolvendo e estimulando os demais colegas à participação.
7. **Ensinar também pode ser assim.** A Professora Alzira, de Matemática, coordena um grupo de monitores que trabalha a Informática aplicada na área de Matemática, com o objetivo de melhorar o desempenho escolar dos alunos e, conseqüentemente, elevar-lhes a auto-estima.

A escola Ômega é mais envolvente do que a Alfa. Quando se adentra aos muros da escola, já se percebe uma diferença no ar. De onde vem essa diferença? É algo palpável... é diferente! A nosso ver, essa diferença vem das relações sociais que se desenvolvem nessa escola, que, por serem claras, abertas, acolhedoras, gentis, dão um ar mais agradável ao estabelecimento escolar.

Afirma Rodrigues (1987) que *"há... uma relação básica, fundamental... Trata-se da relação educador / educando, e das relações sociais dela decorrentes... É essa relação que deve determinar as demais no interior da escola"* (p. 65).

A Proposta Educacional da Escola Ômega contempla os princípios básicos da democracia, onde os problemas são levantados e discutidas alternativas de soluções. As parcerias necessárias para o desenvolvimento de um bom trabalho, se iniciam no próprio espaço escolar, com o colega de trabalho, os profissionais da educação, com o próprio abuso, com as famílias e só então com empresas, instituições e com pessoas da comunidade em geral.

Tudo o que acontece na escola, vai trazer a marca desse relacionamento. Assim é que, nesta escola, chamada Ômega já existe essa pré-condição para um bom trabalho. Observa-se logo na entrada do prédio o modo como os funcionários tratam as pessoas, como são recebidos aqueles que chegam à escola.

para qualquer fim, quer se trata de pais, visitantes ou alunos. A escola possui os mecanismos de segurança (chaves, portões, etc), mas dá para perceber que estes existem somente para guardar a segurança das pessoas, não é para separar a escola da vida. Aqui... a escola ainda é um espaço privilegiado onde o conhecimento e a cultura, as relações, estão presentes, onde há a valorização do ser humano que aqui vive um tempo de sua vida.

Foram entrevistados a Diretora, cinco professores, sendo uma de Educação Física, uma de Português, uma de Ciências e uma de Matemática, todas efetivas, com mais de cinco anos de escola; cinco pais e cinco alunos do Ensino Médio, período manhã, idade entre 15 e 17 anos. O Presidente da Associação Comercial da Cidade e um vereador.

Foi aplicado um questionário a treze alunos do Ensino Médio / manhã; o pré-questionário foi aplicado em cinco alunos de outras Unidades de Ensino. As entrevistas e os questionários, como já foi dito anteriormente, tiveram questões em torno do tema deste trabalho.

ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

Estudar a teoria, conhecer as diferentes tendências é fundamental para um bom trabalho. Melhor ainda é conseguir reconhecer na prática, como essa teoria se manifesta. É o que este capítulo objetiva fazer. Verificada a realidade diante da teoria estudada, é urgente que se reflita as condições dessa prática para poder retornar à teoria e voltar à prática com novos olhares, com novos entendimentos.

Diante de tais reflexões, é interessante se iniciar já, esse exercício, verificando o que os atores sociais envolvidos têm a dizer sobre a escola e sua função social no contexto neoliberalista e sobre a formação do cidadão necessário para a sociedade atual.

Partindo das questões propostas nas entrevistas e questionários e dos depoimentos dos atores sociais envolvidos na pesquisa, procurou-se adaptar às diferentes representações presentes, organizando-se em categorias conforme a incidência / frequência com que apareciam nas afirmações. Buscou-se trabalhar tendo como embasamento teórico, a análise de conteúdo cuja intenção, segundo Bardin (1977) *é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)* (p. 38).

No caso específico deste trabalho os indicadores são as categorias que



surgiram dos diferentes depoimentos dos envolvidos na pesquisa e que foram inicialmente descritas em quadros, inferidas pelo pesquisador e, finalmente interpretadas. A inferência, conforme Bardin (1977), é uma " *operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições, já aceitos como verdadeira*" (p. 39). Conforme o Dicionário Larousse, *Inferência* se origina do verbo inferir, "do latim *inferere*, tirar uma consequência de um fato, de um princípio, concluir, deduzir" (1999).

No presente estudo a inferência foi realizada a partir do emissor e a situação na qual ele se encontra tentando-se estabelecer uma correspondência entre as estruturas semânticas e as ideologias presentes nos depoimentos, pois, segundo Bardin (1977).

a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira (p.41).

Deste modo, as categorias surgiram das questões propostas aos participantes da pesquisa sobre a função social da escola, sobre o que é ser cidadão (e sobre a coerência entre o que o aluno aprende na escola e o que ele vive na sociedade). Os depoimentos dos diversos segmentos representativos da escola foram então organizados em quadros para um estudo mais didático permitindo uma visualização mais abrangente para a análise dos mesmos.

A primeira questão formulada tanto nas entrevistas quanto nos questionários perguntava: **Qual é a função social da escola no contexto atual?** As respostas foram classificadas em quatro categorias:

1. Formação da cidadania.
2. Competência profissional.
3. Complementação.
4. Interação.
5. Integração.
6. Ensino/Aprendizado.

Os dados levantados foram assim interpretados:

1. Formação da cidadania.

Afirmando que a escola tem como função "*resgatar cidadão para viver em sociedade [...]*", a Dirigente de Ensino - DE2- se posicionou decididamente a

favor da escola pública que nas condições atuais "*forma cidadãos cada vez mais de acordo com suas potencialidades [...]*". O enfoque principal parece ser colocado naquilo que a escola possui de positivo, naquilo que, na teoria, deveria ser, realmente a função da escola na atualidade. Compondo este quadro, o Dirigente de Ensino de Bauru, colocou que "*a escola pública está cumprindo o mais geral*". Ambos conseguem defender a posição de escola como formadora de cidadãos e, pelo modo como falam sobre a questão, estão completamente convencidos de que é positiva a atuação da escola na sociedade atual.

A Diretora Deusa, da Escola Alfa, quando questionada a respeito do ponto responde prontamente, como se o discurso estivesse pronto em sua cabeça: *a escola deve formar o cidadão crítico, consciente, criativo*. No entanto, pergunta-se, será esta definição apenas teórica ou realmente envolvidos no processo escolar estão empenhados em conhecer o significado de cada uma dessas palavras e atualizá-las na sua vivência diária? O que se observou durante as inúmeras visitas a essa escola é que, muitas vezes os alunos querem criticar, dar sua opinião a respeito de inúmeros fatos e, dificilmente eles são ouvidos. Ou, muitas vezes, os alunos queriam criar algo diferente e eram impedidos pela Direção, direcionados para outro objetivo. Há que se pensar que *o cidadão crítico, consciente, criativo* também deve exercitar essas características dentro da escola, para depois vivenciá-las na sociedade.

A Diretora Deusa completa ainda dizendo que "*a escola vai dar a formação de cidadania dentro daquilo que eles estão vivenciando [...]*". É certo que os alunos participam de inúmeros projetos, são incentivados a levar o nome da escola a diversos locais participando de concursos, eventos culturais, mas muitas vezes são apenas direcionadas a isso. Percebeu-se nos diversos encontros durante a pesquisa, atitude centralizadora da Diretora Deusa, que não consegue abrir espaço para a participação de outros segmentos.

A Diretora Clara, da Escola Ômega, considera que "*a função social da escola deve estar ligada aos princípios de cidadania que começa sempre no modo como o professor trata o seu aluno, incentivando a sua participação nos Projetos, tratando-o com respeito, sabendo das atitudes contraditórias que esse aluno pode apresentar no decorrer das aulas [...]*". Este discurso se revela portador da idéia de que quem não sabe e não vivencia os seus direitos e deveres como cidadão, não pode e não consegue deixar o outro vivenciar esta situação. Assim, é necessário que o professor-educador tenha essa vivência de cidadania para poder passá-la para seus alunos.

Conforme o que consta da Proposta Educacional da Escola Alfa, os alunos não podem ser tratados apenas como "*cidadão em formação*". *Elas já fazem parte*

do corpo social e, por isso, devem ser estimulados a exercitar sua condição de cidadania, desenvolvendo expectativas e projetos em relação ao conjunto de sociedade". (Plano Escolar, 2001). Percebeu-se que, nesta escola, a vivência da cidadania já participa efetivamente do cotidiano escolar, tendo em vista ser a Proposta Educacional conhecida e levada a sério por todos os segmentos da escola, conforme ficou constatado na participação das reuniões e eventos com os professores e durante o tempo da pesquisa nessa escola.

Analisando os depoimentos dos professores da Escola Alfa, percebe-se uma característica comum: são todos muito críticos, cientes das imposições que o sistema faz à escola pública e conseguem perceber que a Direção da escola é centralizadora, mas se sentem impotentes para modificar a situação, eles se sentem amarrados... O que se depreende dessa situação é que o individualismo característico desta época também presente entre os docentes desta escola, faz com que eles percebam problemas mas assim mesmo não se sentem encorajados a se unir, para mudar o que está posto. Segundo a professora Chiara " *o professor deve ser criativo, dinâmico, todas as áreas devem estar coordenadas, isso é difícil acontecer porque a formação fica na teoria. Sabe-se que, sozinhos não somos nada, mas juntos podemos tudo, no entanto, é preciso dar o primeiro passo*".

Um fato interessante ocorreu durante a entrevista: os professores queriam participar porque viam aí a oportunidade para serem ouvidos em suas considerações e reivindicações e não se sentiam ameaçados por expressar seus pensamentos tendo em vista que se estabelecia um elo de cordialidade e respeito nas entrevistas.

A professora Cássia, de Matemática, acredita que "*a função da escola é formar o cidadão crítico, consciente, capaz de discernir... mesmo nas aulas de Matemática se consegue passar essa idéia*".

Há no professor a consciência concreta do trabalho de formação a ser desenvolvido com os alunos. Quando é forte essa conscientização, o professor faz o máximo que pode para passar essas idéias, mesmo se a disciplina que estiver lecionando aparentemente não tiver nada a ver com o valor que pretende passar... porque neste caso, como pode haver um cidadão se ele não souber bem utilizar os números? Ainda na disciplina Matemática é provável que o aluno exercite bem o seu discernimento vai depois extrapolar para a vida fora da escola.

A professora Helena, de Português, tem a firme convicção de que "*a função da escola é formar o cidadão, desenvolver suas habilidades, levar o aluno a ser participante*". Um dado novo acrescentado nesta declaração, quando se fala em

cidadão – a participação. Essa característica que é própria da democracia, torna-se fator fundamental para que a cidadania se concretize. No entanto, percebe-se que, muitas vezes, o próprio professor não permite que o aluno participe adequadamente de suas aulas, pois quando começa a questionar por interesse de aprender mais, o professor pode julgá-lo inconveniente e não lhe dá a atenção devida, podando-o em sua motivação e participação. Na realidade, há necessidade de também o professor ser formado para atender essa participação do aluno, tendo em vista que o papel do professor está mudando – daquele que sabe e ensina tudo, para aquele que é o facilitador da aprendizagem. São novos tempos. Cabeças novas são necessárias. A professora de Português que detém o maior número de aulas, com certeza, pode treinar participação dos alunos.

A professora Alda, de Geografia, discorrendo sobre a função da escola na atualidade, conclui que *"do ponto de vista da formação, hoje a escola é melhor do que alguns anos atrás. Hoje, procura se formar o cidadão e não só transmitir o conteúdo"*. Em sua fala, percebeu-se uma modificação do papel da escola: em tempos passados a escola deveria se preocupar apenas com os conhecimentos formais porque toda a formação, a educação, no sentido de Ter boas maneiras e valores, eram dadas em casa, pelos pais, pela família. Com as modificações sociais deste século, a família já não detém a prioridade sobre essa formação e já não tem estrutura suficiente para bem exercê-la. Assim, essa formação acaba passando para a escola, que, tenta dar conta desse papel também, lutando contra muitas adversidades, entre elas a própria formação do professor. Os tempos mudaram, mas a formação do professor ainda continua como se ele fosse tratar com alunos bem formados na família e que possuem todas as condições para o estudo.

No entanto, o cidadão precisa, em primeiro lugar, dominar o conteúdo, ter acesso à leitura, aos números para poder ser inserido na sociedade. Quem tem o conhecimento tem o poder nesta sociedade do século XXI. Não há cidadania sem o acesso aos conhecimentos básicos.

Os professores da Escola Ômega têm uma atitude de abertura e participação em todos os Projetos e eventos realizados pela escola. Entre eles e a Direção existe diálogo, acolhida, entendimento. Na realidade, formam um coletivo que funciona bem, graças às diferenças individuais que são colocadas à serviço da comunidade escolar e que são encaradas como motivos de enriquecimento mútuo e aglutinação e não como pontos de divisão. Na verdade, percebe-se que todos trabalham em função de um mesmo objetivo e que discutem as melhores formas de se alcançar esse objetivo. Todos estão envolvidos com os Projetos da escola e assumem o tipo de homem que a escola deseja formar: o cidadão participativo solidário, ciente de seus direitos e deveres, que saiba agir dentro do

seu ambiente, criticando e modificando aquilo que julga estar errado. O que é que determina essa postura tão diferente da outra escola? Um dos fatores analisados e que se sobressai é a postura da Diretora da escola: ela chama à participação, co-ordena os trabalhos, não é centralizadora e tem a cabeça aberta a novos projetos, pesquisa e participação.

Essa Diretora acredita no que faz e, principalmente, acredita nos seus professores e faz parcerias com eles. É claro que os professores assim tratados e valorizados pela Direção vão confiar mais em si mesmos e vão desenvolver o seu trabalho dando o máximo de si para poder alcançar objetivos propostos. A alta auto-estima é fator decisivo para se realizar um bom trabalho.

A verdade é que a Diretora Clara sabe liderar. Conforme Jornal do Projeto Pedagógico da UDEMO (2001).

O Diretor de Escola precisa ser um líder, precisa ser diferente... Líder é aquele que tem consciência dos desafios que enfrenta e que serve os outros. Um verdadeiro líder é dinâmico e tem habilidades e aptidões para fazer as coisas... o melhor tipo de liderança é pelo exemplo! (p. 33)

A Professora Dulce considera a função da escola *"formar o cidadão crítico e consciente na sociedade [...]".* A professora reforça essa idéia quando afirma que a função da escola é *"formar essas pessoas, o cidadão, capaz de arcar consigo próprio".*

Percebe-se que a grande preocupação dos professores é com a formação da pessoa humana com consciência de cidadão, alguém que seja capaz de arcar com a própria vida. É claro que, o jovem que sair da escola, sabendo ser, terá muito mais condições de conviver.

A respeito da cidadania, a professora Lúcia *destaca a participação em Projeto".* Pode-se observar que nessa escola acontecem Projetos elaborados pelos alunos e professores, visando a inserção na comunidade e a modificação de comportamento em relação aos excluídos do processo social. A modificação que estes projetos provocam nos alunos e na escola é que leva à afirmação de que, quando um Projeto é elaborado em parceria com todos os que vão fazer parte dele, fica mais delineado para os participantes a importância de bem executá-la para atingir o objetivo proposto e fica mais fácil para cada um assumir a sua parte. Neste sentido, o que se depreende das conversas com os professores é que eles acreditam que esta escola está realmente formando o cidadão para este novo tempo, tendo em vista que é a vivência da solidariedade é que vai nortear a formação de uma nova sociedade.

A Escola Ômega tem sua identidade no serviço à comunidade.



Entrevistando alunos do Ensino Médio, do período da manhã, da Escola Alfa, constatou-se que, muitas vezes, o adolescente não tem noção certa sobre o que está fazendo na escola e a finalidade dessa instituição social. Eles parecem desconhecer os Projetos desenvolvidos pela escola e também os Projetos desenvolvidos com adolescentes na comunidade em que está inserida a escola. Isto se explica pelo fato de que a escola está localizada numa área central e muitos dos alunos não são moradores dessa região: estudando fora do contexto onde têm sua residência, esses alunos não conseguem interagir / entrosar com esses Projetos. Esses adolescentes oriundos de outros bairros mais distantes, perdem sua identidade de origem e não conseguem formar a identidade da escola. Em consequência disso, encontra-se uma escola sem vida "a mais", sem compromisso dos seus alunos em participarem das atividades propostas.

O aluno da Escola Alfa, Antonio, coloca seu pensamento a respeito da função social da escola: *"é encaminhar a pessoa para ter um bom preparo e boa consciência"*. O encaminhamento aqui, parece estar relacionado com o processo de aprendizagem que se desenvolve na escola e que vai encaminhar, conduzir o aluno para exercer o seu papel na sociedade. Ter boa consciência está, com certeza, relacionada aos valores que ele deve aprender na escola para ser um bom cidadão fora da escola. Quando Alfredo, outro aluno da mesma escola, solicitado a dar a sua opinião a respeito do tema estudado, diz que *"a função da escola está em tornar os alunos em cidadãos para os dias atuais para que possamos ser iguais aos alunos da escola paga"*, depreendem-se dois fatos importantes que devem ser motivo de reflexão para todos os envolvidos no processo educacional: primeiro, a escola precisa estar atendida com os dias atuais e formar o cidadão para esta época e *"isto se faz necessário para que o aluno esteja em igualdade com aqueles que estudam em escola paga"*. Quer dizer que, segundo ele, a escola que frequenta ainda está em outra época, formando cidadãos para um tempo que não este em que está vivendo. Pode-se observar aqui a presença do *mito da superioridade da escola paga*, que povoa o imaginário do adolescente, que se sente em uma situação desprivilegiada e que, muitas vezes, na realidade, não corresponde à verdade.

Guilherme, aluno do Ensino Médio da Escola Alfa, acrescenta que é preciso *"formar cidadãos competentes, quer dizer, é ter opinião própria, direitos e também deveres"*. Este aluno toca num ponto muito estudado atualmente – as competências. Segundo o Dicionário Aurélio pode-se definir competência como *"qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certos assuntos. Assim, competente é que aquele que pondera, aprecia, avalia, julga e depois de examinar uma situação ou um problema por ângulos diferentes encontra a solução ou decide"*. Quando Guilherme explica dizendo que *"ser competente é*



ter opinião própria", de certa forma atinge o âmago da questão, porque para chegar a esse ponto é preciso discernir, ponderar, apreciar... Para ser cidadão competente é preciso que o aluno enfrente as situações, usando tudo o que for aprendido e vivenciado na escola e suas habilidades para resolver os problemas enfrentados.

Daniel e André, alunos da Escola Alfa, Ensino Médio, têm a mesma idéia a respeito de escola: dizem que ela deve ensinar o que é ser cidadão. É necessário e importante observar a colocação do verbo "ensinar", que vem do latim *insignare* - colocar um sinal. Quer dizer, a escola deve colocar no aluno um sinal de que ele é cidadão. Será que este sinal está sendo realmente colocado pela escola? Ou será que o sinal é tão fraco que não se percebe sua presença?

O aluno Caio, também da Escola Alfa, ainda insiste nessa idéia dando uma noção de que o sinal deve ser contínuo ao dizer: ... *"ensinando o que é ser cidadão"*. Entenda-se que, neste caso, é preciso viver essa situação na escola, o aluno deve ser ensinado, vivendo essa cidadania. Quando Gustavo, Ensino Médio, Escola Alfa, fala em *"formar verdadeiro cidadão"* com certeza não está querendo dizer que é para colocar todos numa forma para que saiam todos iguais. Formar aqui está sendo usado no sentido de educar.

E, quando Eduardo e Gabriel, alunos do Ensino Médio da Escola Ômega, novamente citam que *"o papel da escola é nos formar cidadãos (sic) [...]"* ... estão também querendo passar a idéia de que a grande responsabilidade da escola é realmente dar condições aos seus alunos de participarem efetivamente da sociedade, inclusive, fazendo-os passar de "cidadões" a "cidadãos", pessoas que conseguem usar a língua materna sabendo distinguir a forma culta e coloquial. Já Rafael, também Ômega, Ensino Médio, completa dizendo que *"é formar pessoas qualificadas, verdadeiros cidadãos [...]"*. Já está presente neste depoimento, que é preciso se ter qualidades para ser um cidadão; para bem exercer a cidadania.

Estas são as considerações dos atores internos à escola, aqueles que mais estão ligados ao cotidiano escolar.

Passa-se agora à interpretação dos dados levantados com os atores externos – aqueles que vão confirmar na prática, a eficácia da escola no contexto atual.

Inicia-se, então, com os pais de alunos, que, mesmo sendo atores externos locais, têm uma ligação muito profunda com a escola, tendo em vista que os filhos estão aos cuidados dessa instituição, durante uma boa parte do dia.

Os pais da Escola Alfa apresentam-se com muita disponibilidade para a entrevista e procuram se colocar de forma a não ferir a instituição onde seus filhos estudam. São pessoas esclarecidas com capacidade de discernimento e crítica, atuantes na escola. Quer dizer, “atuantes”, “participantes” da forma tradicional, só no “fazer coisas” em benefício da escola. Como estão sempre na escola, ajudando em venda de camisetas ou em outras ações, foram indicadas pela Diretora da escola para a entrevista. Pessoas conscientes de seu papel de pais / orientadores dos filhos, colocaram em questão como podem sobreviver na atual conjuntura educacional, as crianças / adolescentes cujos pais não têm condições de orientá-las em casa, que pelo baixo nível de escolaridade, quer pela falta de tempo disponível para os filhos. Esses pais entendem a escola como “complementação da educação dada em casa e, acreditam que a escola deve se preocupar em ensinar atualidades, já que a formação vem de casa. Assim, quando fala em educação, pode-se entender que, em casa, a criança deve ser orientada quanto aos modos de se comportar, quanto aos valores que devem nortear sua vida. À escola, cabe a transmissão dos conteúdos. Então, tudo funciona como se a criança fosse um depositário e o professor, o depositante, no estilo da “*educação bancária*” tão criticada por Paulo Freire.

Falta-lhes a percepção de que informações são recebidas aos milhares e pelos mais diferentes meios de comunicação, a cada momento, e que a escola não deve se centrar apenas nesse aspecto. É preciso muito mais!

É interessante notar que os pais entrevistados se preocuparam mais com detalhes mais concretos da escola – ensinar, aprender – do que em falar sobre a cidadania que deve ser desenvolvida. Talvez porque, para eles, que estão em contato direto com os filhos, salte mais aos olhos os fatores de aprendizagem que são aqueles que determinarão o sucesso ou não do aluno na sociedade.

Os pais da Escola Ômega são receptivos, aberto, participantes de uma forma mais abrangente, não só no “fazer” mas também no “discernir e decidir”. Isto se explica pela postura da Diretora Clara que partilha sua administração, ouvindo e levando em consideração as diferentes contribuições daqueles que, junto com ela, se responsabilizam pela escola.

O Sr. Leno entende que a escola deve se preocupar com a formação do cidadão, que segundo ele “*é aquela pessoa que vai conseguir ser bem sucedido na vida porque tem todos os atributos que a sociedade exige que ele tenha para ser um vencedor*”.

Os pais da Escola Ômega se sentem felizes com a escola que os seus filhos freqüentam, sabem das suas responsabilidades como pais – participam da escola

e incentivam seus filhos a aproveitar bem o período em que estão na escola.

Ampliando o leque para a comunidade externa local, mas que ainda possui uma certa ligação com a escola, esta pretende analisar agora os depoimentos dos representantes das entidades do Magistério.

Inicialmente, a representante da UDEMO / Regional, Professora Maria Alice, ao discorrer sobre a função social da escola no contexto atual declara que: *"Por mais absurdo que seja, acho que a escola ainda está para resgatar a cidadania, tenho essa convicção. Só através da escola é que o aluno carente pode ter discernimento para reivindicar os seus direitos para a sociedade".*

Realmente a classe mais desprovida de recursos só vai ter condições de subir na escala social se for através da escola, porque é ali que ela possui uma certa dignidade de vida, com horários corretos, aprendizado, alimentação, convivência social. No entanto, é necessário lembrar que não é só ter acesso, é preciso permanecer na escola com sucesso.

Neste aspecto entra a questão da qualidade da escola que é oferecida às camadas mais pobres da população. Para ser, realmente, fator decisivo na vida dessas crianças, é preciso se acabar com o dualismo que ainda existe na educação: ensino bom para os bons; ensino de péssima qualidade para os pobres, ainda mais nesses tempos em que a educação é contada entre os bens que o mercado pode adquirir, tendo em vista que quem tem o poder é quem detém o conhecimento.

O Presidente da UDEMO/Central, Professor Roberto Farol, coloca também a cidadania como função de escola atual: *"a formação do cidadão crítico para a convivência social"*. Ele ressalta que esta cidadania deve ser construída, ela não é outorgada, é adquirida a partir do momento em que a criança / o adolescente tem acesso aos bens culturais. Identifica-se, nesta afirmação os quatro pilares da educação, pois para ser cidadão crítico é preciso aprender o aprender; é preciso aprender a fazer, usar as habilidades desenvolvidas; é preciso aprender a ser pessoa responsável, ter valores que direcionam sua vida e é preciso enfim, aprender a "con-viver", viver no coletivo, na sociedade.

Um representante da APEOESP da DE1, Cuca, declara que *"a função social da escola pública é proporcionar a qualquer pessoa, principalmente das camadas populares, condições dignas e humanas para ser um cidadão, uma cidadã"*.

Além disso, pode-se lembrar neste momento, o Pronunciamento Latino-

Americano no Fórum Mundial da Educação / 2000, em Dacar quando cita entre os valores essenciais à identidade latino-americana, que devem ser preservados no contexto atual de globalização: *"o valor supremo da pessoa e a busca de um sentido da existência humana. Valorizamos o respeito à pessoa e a seu desenvolvimento acima de um progresso material fincado exclusivamente no aumento do consumo e do conforto"* (Cadernos de Pesquisa, 2000, p. 217).

Ampliando a participação da comunidade externa, procurou-se ouvir pessoas que passaram pela escola, mas que atualmente não têm laços com essa instituição. Assim é que se ouviu o Sr. Orozimbo, vereador da cidade de ... DE1, eleito pelo povo e, portanto, representante de uma boa parcela da sociedade. No seu entender a escola precisa formar o cidadão do ponto de vista do conhecimento... se a criança não tem o conhecimento, como pode ter cidadania? Este é realmente o primeiro passo para a cidadania.

O vereador da cidade de ..., DE 2, Carlos, acredita que, na sua cidade *"a escola resgata a cidadania, no sentido de participação"*.

Segundo Machado (1998),

atualmente a idéia de cidadania vincula-se intimamente à idéia de participação, o que se traduz numa relação entre o Estado e a sociedade civil. Inclui a consideração os direitos de natureza civil, política e social. [...] nos três últimos séculos, esses direitos surgem como elementos configuradores da cidadania, iniciando-se no século XVII com os direitos civis – liberdades individuais; no século XIX surge o elemento político – participar do exercício do poder; no século XX o elemento social (p. 99).



Figura 1

A função social da escola

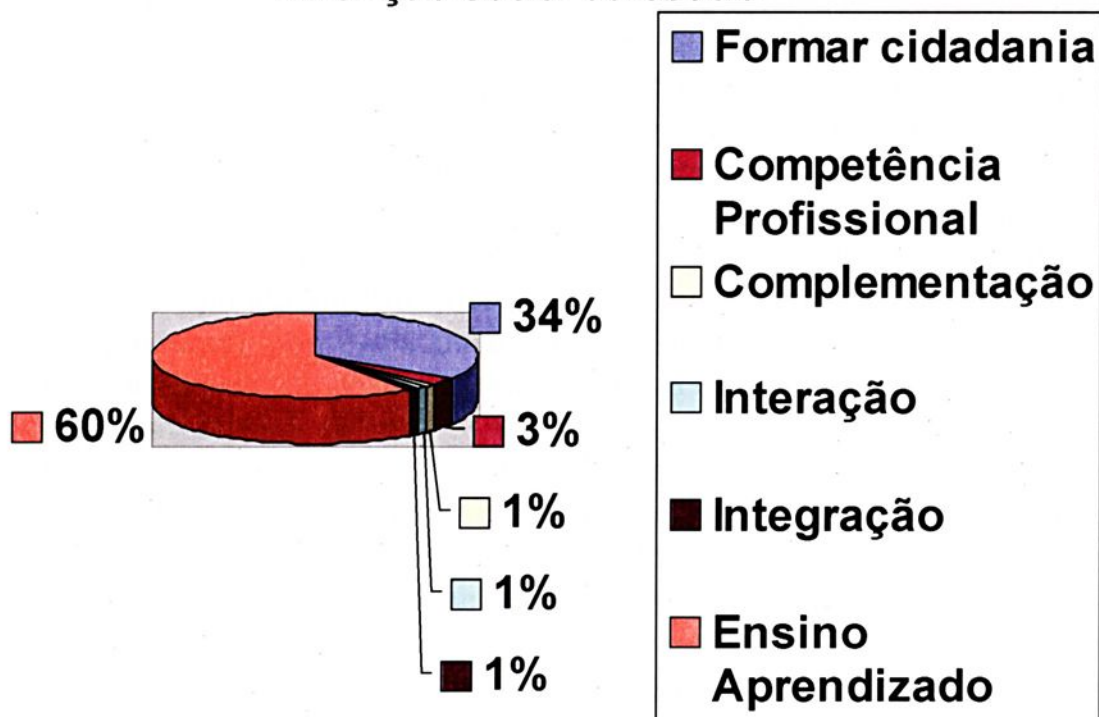


fig.1-demonstrativo das respostas obtidas na questão a respeito da função social da escola.

2.Competência Profissional

Esta categoria ficou muito bem explicitada na fala do Dirigente de Ensino da Escola Alfa que discorreu sobre o fato de que a escola vai formar pessoas qualificadas pois "agora a escola está sendo procurada por empresas que oferecem estágio para alunos de escola pública".

O Dirigente comentou, então, a respeito do CIEE – Centro de Integrado Empresa Escola – instituição não governamental que tem um programa de parceria com as escolas públicas de Ensino Médio no sentido de aprimorar a qualificação para o mercado de trabalho, inclusive através de estágios nas empresas conveniadas.

De posse desta informação, foi necessária uma visita até o local onde funciona o CIEE para obter melhores informações a respeito da parceria com as escolas públicas. Logo de início, a responsável pelas informações ao público,

senhorita Rosimeire informou que o objetivo do CIEE é promover a integração do jovem estudante ao mercado de trabalho, o que ficou mais claro com a leitura de informes, o CIEE é uma entidade filantrópica que trabalha para desenvolver habilidades, conhecimentos e disseminar competência. Questionada a respeito da escola pública, ela prontamente explicou que todas as escolas públicas de Ensino Médio fazem parte dessa parceria. Os alunos que se interessarem, se inscrevem, e, se o perfil dele combinar com o que a empresa está solicitando, ele é encaminhado para esse estágio. Mas, antes do aluno começar a estagiar, ele participa de alguns *workshops* com o objetivo de melhor se preparar para essa nova fase de sua vida. Os temas desses workshops vão desde o modo de apresentação do candidato a um emprego até curso de idiomas e informática. Segundo informações de Rosemeire, muitos alunos da escola pública já passaram por esses cursos e já estão estagiando nas empresas. Questionada a respeito da postura desses alunos e o aproveitamento nos cursos, Rosimeire informou que são alunos que levam a sério o que estão fazendo e desenvolvem muito bem o seu trabalho. As empresas dão retorno de que os alunos da escola pública estão com ótimo desempenho. Rosimeire também confirmou que, mesmo quando chegam diretamente das escolas para o CIEE, os alunos têm bom desempenho nos cursos que lhes são apresentados.

Parece então que a escola de certa forma está preocupada com a qualificação profissional do aluno e procura através desta parceria, desenvolver esta competência tão importante para o jovem estudante. Mas este aspecto vem à tona quando se conversa com o Dirigente de Ensino que tem uma visão mais ampla da Rede Estadual e do que ocorre em seu interior – as partes positivas e negativas. Quando se conversa sobre este assunto com outros segmentos da escola, se constata um completo desconhecimento dessas inovações. Mesmo assim, nas entrevistas realizadas, apenas um aluno da Escola Ômega citou o fato da escola ter como função "*desenvolver alunos para ser algo na vida*", isto é, quando tiver a idade adequada para isso.

Um representante da comunidade externa, Ângelo, da Associação Comercial, acredita que "*a função da escola é oferecer cursos para a profissionalização da mão-de-obra [...]*". É interessante notar que o entrevistado em questão vê o problema do ponto de vista de quem está envolvido com a empresa, com o comércio. Então ele vai querer que a escola funcione para qualificar mão-de-obra para o seu campo de trabalho. É difícil alguém conseguir abstrair do seu próprio interesse e conseguir enxergar a questão como ela é realmente, com a amplitude de quem está trabalhando com a educação do jovem educador, sim, precisa ter tal postura.

3.Complementação - Interação - Integração

Dentro desta categorização que tem um foco importante na comunidade, na família, é interessantes notar que os alunos não conseguem enxergar esta função para a escola. Somente um Dirigente, alguns pais e alguns atores externos é que vão citá-la.

Assim, uma mãe da Escola Alfa muito conscientizada do seu papel de educadora vai dizer que *"a escola é para dar complementação à educação dada pelos pais"*. Este depoimento se reporta a um outro comentário já feito anteriormente quando ficou claro que os pais entendem que eles são importantes para a educação informal e que deixam para a escola a educação formal.

Outro pai da Escola Ômega declara que *"a escola deve buscar integração maior na sociedade..."* e completa o seu depoimento ao explicar como se daria essa integração: *seria mais interessante se os pais fossem mais participativos"*. Muitas vezes os pais não sabem como participar, como entrar na instituição escolar, têm receio de serem mal interpretados. Segundo este pai, *"a escola tem buscado fazer algo por eles (os pais), promovendo a integração escola-família através do Projeto Jovem... faça alguém feliz"*. Apesar de todo esse empenho por parte de alguns pais, existem aqueles que acham que o fator família não tem importância e mandam os filhos para a escola para se livrarem deles. Do ponto de vista deste pai, *"isso traz prejuízo para a criança e para a escola como um todo"*.

Essa interação entre escola e família é fator que decide, muitas vezes, o sucesso escolar da criança ou do adolescente, pois se o educando se sente apoiado e com o mesmo direcionamento nos dois ambientes em que está centrada sua vida, com certeza seu rendimento será melhor, porque ele se sentirá mais seguro.

Uma mãe da Escola Alfa faz uma reflexão a respeito sobre esse aspecto:

participo da escola, mas não estou muito satisfeita com a escola... tenho que ajudar muito minha filha em casa [...] a turma toda "roda"... o professor não volta para fazer revisão... dúvidas vão crescendo cada vez mais e eu fico pensando como é que fazem as crianças sem pais.

Observa-se neste depoimento dois pontos importantes: primeiro o bom desempenho do aluno depende do apoio da família; segundo, os pais não podem substituir o trabalho do professor, pois nesse caso, a função da escola estaria sendo distorcida.

Quanto a ausência da família em relação a sua participação na escola, é possível detectar inúmeros fatores que levam à essa atitude: o ritmo da vida

moderna que obriga os pais a saírem em busca de trabalho e dinheiro para prover a família de suas necessidades faz com que quando chegam em casa, estão cansados, sem ânimo para ir até a escola participar de algum evento. O cansaço domina o físico e o mental. Às vezes, existe também o receio do novo, o fato de não conhecer e não estar acostumado com o mundo cultural que a escola representa, como afirma o pai da Escola Ômega: "*muitos pais não estão preparados para assumir o seu papel por causa do nível baixo*". Nota-se a discriminação. De um lado os pais com um bom nível, com participação. Do outro, os pais com nível baixo, sem participação. Quer dizer, o critério para a participação é o nível ou o interesse dos pais? Muitas vezes o mais simples de todos é o que melhor participa, é o que tem noção do que é viver em comunidade, participando dos problemas e soluções. É preciso também saber despertar o interesse. Que tal uma reunião de pais mais interessante, com música e atividades diferentes? Se o pai for até a escola e só ouvir falar mal do seu filho por causa de suas atitudes inadequadas, é claro que nunca mais vai voltar, afinal, as pessoas gostam de ouvir coisas boas, agradáveis, que tragam um pouco de alegria à sua vida tão sofrida.

Enfim, existem ainda algumas explicações sobre a falta de participação dos pais.

Paro (1995) apresenta a hipótese apoiada nas idéias de Marx de que, na sociedade capitalista, as regras de compra e venda que regem as relações do nível da produção e distribuição das mercadorias tendem a perpassar todas as instâncias da sociedade. Assim, a educação escolar dos filhos é vista pelos pais como um "*produto pronto a ser adquirido no mercado*" e, portanto, livre de um envolvimento maior por parte deles. Na escola particular isso acontece porque o pai paga por ela. Na escola pública essa relação acontece porque se trata de usufruto de um "direito social" (p. 220).

Está aí um posicionamento que reflete a influência do pensamento predominante na sociedade sobre a escola, confirmando a relação profunda que existe entre escola e sociedade.

O vereador Ambrósio, participante das lutas do povo por uma sociedade mais justa e fraterna, lembra que "*a integração é fundamental para o sucesso da escola*", tendo em vista que, se ela não estiver integrada, identificada com a comunidade onde está inserida, fatalmente não estará atendendo os anseios daquela população. Conseqüentemente não conseguirá exercer a sua função de maneira adequada.

Outro representante dos atores externos, Ângelo, da Associação Comercial,

lembra que a escola deve interagir com a comunidade, deve estar preocupada com os problemas da sociedade, como por exemplo, promover debates sobre drogas com os pais e alunos, como faz o "PROERD"- Projeto de Erradicação das Drogas, que tem ações com a escola e a comunidade.

Essa interação / integração / complementação que deve ser vivida entre escola, família e sociedade é um fato inquestionável, principalmente nos dias atuais quando se tem clara a noção de que se vive em um sistema, como se tudo estivesse muito relacionado.

Na opinião do Dirigente Regional - DE1, *"a escola pública tem mudado muito com Projetos de música, dança, educação física, teatro [...]"*. O aluno se colocando a serviço da mudança, o que provoca um novo tipo de relacionamento com a família e com a comunidade em geral, *"construindo um novo perfil de escola, que oferece um ambiente cultural agradável e descontraído"*. Pode-se comprovar na prática o depoimento do Dirigente de Ensino com a reportagem Escola de Portas Abertas nas Férias, texto de Rose Araújo, publicado no Jornal da Cidade, de Bauru, em 07.07.2002, que destaca as atividades que serão realizadas em dezesseis escolas públicas desta Diretoria, no período de Recesso Escolar de Julho. O objetivo é chamar os estudantes para a escola, aproveitando esse espaço para oferecer lazer e diversão para eles. Essas ações, para a aproximação da escola / comunidade, fazem parte da filosofia do atual secretário da Educação, Gabriel Chalita que, nas palavras do Dirigente de Ensino, acredita que *"se trouxermos a criança para dentro da escola estaremos evitando que ela adquira maus hábitos na rua, ou seja, atitudes contrárias àquelas pregadas pela sociedade e pela família"* (Jornal da Cidade, 07.07.2002).

Como se percebe, a participação dos pais / comunidade na escola buscando a integração, a interação e a complementação, recebe um grande impulso com essas novas atividades propostas aos alunos durante o Recesso. Com certeza, alguns pais terão a chance de participar de alguma atividades com seus filhos, inserindo-se mais no contexto escolar e sentindo-se também beneficiado por essa instituição. De acordo com a teoria de Chalita, explicada pelo Dirigente, *"quanto mais a população se insere no contexto da escola, mais ela vai querer preservar o patrimônio [...] a comunidade é a guardiã do patrimônio"* (Jornal da Cidade, 07.07.2002).



4. Ensino / Aprendizado

Dentre as categorias elencadas a partir dos depoimentos analisados que envolve ensino / aprendizagem é o que teve maior número de incidências. Explica-se este resultado tendo em vista que já faz parte do senso comum associar-se escola – ensino – aprendizagem. Quem frequenta uma escola o faz com objetivo de aprender alguma coisa, por mais simples que possa parecer.

O Dirigente de Ensino da Escola Alfa fala a respeito das mudanças necessárias que a escola deve enfrentar nos dias atuais, *"inclusive na forma de ensinar, de aprender, de classificar o aluno*. E então, conclui dizendo que *o aluno só vai aprender se souber ler e escrever, então, o aluno tem que, primeiro, aprender a ler e a escrever"*. Depreende-se então, que esta é a função primordial da escola, ensinar a ler, escrever, pois este é o primeiro passo para a cidadania.

A Dirigente da Escola Ômega diz que *"a escola é o espaço de troca de conhecimento, de construção do conhecimento, apesar de todas as dificuldades"*. Aqui já está colocado um diferenciador: a escola é o local de troca e construção do conhecimento, não é um local onde apenas vai se receber informações... Esta postura faz parte de um novo modo de ver a escola, e está completando o que o Dirigente de Ensino da Escola Alfa declarou a respeito de ensino / aprendizagem na escola.

Outro aspecto que se destaca no depoimento da Dirigente Ômega é colocar a escola como o "local", quer dizer, é algo bem concreto, não está apenas no plano das idéias, é real, existe realmente.

A Diretora da Escola Alfa afirma que o cidadão só poderá ser construído se ele estiver aprendendo a partir o básico: ler/ escrever, *"pois este é o início da cidadania. Não há cidadão sem o básico de conhecimento que podem dar a ele condições de exigir seus direitos e deveres"*. Neste aspecto, a Diretora Ômega concorda plenamente pois *"se a escola não ensinar, estará perdendo a sua identidade"*. Pode-se completar dizendo que a escola atual passa por esta crise de identidade: são tantas as solicitações que, na realidade, a escola não sabe exatamente o seu papel, ou então, o seu papel principal fica relegado a um segundo plano.

Um dado interessante ocorre com o depoimento dos professores: somente uma representante deste segmento, a professora Dulce, lembra que *"a escola vai ampliar os conhecimentos trazidos de casa"*. Este professor que ministra aulas

na Escola Ômega, com certeza não ficou só na descrição da formação de cidadãos, mas foi fundamental do seu trabalho com alunos. Este fato leva à análise de que, o professor, em geral, pode estar perdido diante dos seus alunos, preocupado com disciplina, violência, formação e se esquece que, se ele não ensinar não coloca o seu sinal no aluno, com certeza o seu trabalho não estará totalmente concluído.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que no interior das escolas, raramente se discute sua função social e o papel dos professores enquanto grupo e enquanto pessoa condutora do processo pedagógico.

Esta falta de reflexão, conforme exposto em Raízes e Asas, texto do CENPEC (1995) leva o professor a não ter a clareza necessária a respeito do seu trabalho e a respeito das finalidades da instituição onde presta os seus serviços. Esta postura tem razões históricas / culturais, pois os professores não se vêem como sujeitos do seu trabalho, capazes de interferir nos rumos da educação que produzem. Afinal, alguém sempre decidiu por eles, cabendo-lhes apenas a execução das ações (p. 16-18).

No entanto, novos tempos exigem novos profissionais: cabeça aberta, novos conhecimentos, novas tecnologias inseridos no tempo presente, no contexto onde atuam; pesquisadas; produtores de conhecimento.

Contra-pondo-se à posição dos professores, os alunos elegeram esta categoria como a que melhor representa a função social de escola através de um número muito grande de referências ao ensinar / aprender, o dobro de citações referentes à formação do cidadão. É interessante notar também na Escola Alfa há quase que um equilíbrio entre as duas opções – ensinar / cidadania – enquanto que na Escola Ômega, sem dúvida alguma, o ensino / aprendizagem está muito mais citado. Assim, é que Gustavo, aluno da Escola Alfa, Ensino Médio, considera que *"a função da escola é ensinar aquelas pessoas para que depois saiba escolher seu futuro (sic)"*. Aqui está presente a noção de temporalidade: a escola ensina agora, modifica o aluno e, em consequência ele consegue um futuro melhor. Em síntese, sem escola não há melhoria na vida das pessoas. Paulo, também aluno da Escola Alfa, vai mais longe dizendo que *"o papel da escola é instruir os alunos para o melhor caminho, que é o de aprender"*. Pode-se perceber neste depoimento que a escola deve levar o aluno *aprender a aprender*", confirmando nas bases o que o Relatório Unesco para a Educação já havia colocado como um dos *quatro pilares da Educação* (DELORS, 1998, p.89-90).

O aluno Jerônimo da Escola Alfa, amplia um pouco suas considerações ao

dizer que "*a escola deve educar, ensinar o respeito e a cidadania*". Observa-se nesta declaração que, a referência ao educar dá uma dimensão maior à escola que não deve somente se preocupar com conteúdos externos que deverão ser deglutidos pelos alunos. Ela (a escola) deverá também educar – tirar de dentro para fora as potencialidades que a criança traz dentro de si, levando a se assumir como pessoa autônoma, que possui criticidade, discernimento e que conhece os seus direitos e deveres.

Procura-se desenvolver o espírito crítico no aluno e então, diante da realidade que está vivenciando, Dirceu, Escola Alfa conclui que "*o papel da escola sempre foi ensinar, mas isso não está sendo cumprido*". Cabe aqui uma reflexão: para o aluno fazer esta afirmação é porque, com certeza, ele está se sentindo prejudicado em alguma coisa, algum conteúdo está defasado, os professores não estão conseguindo se fazer entender. É preciso, a cada momento, que os envolvidos com a escola se recordem de que só vai haver ensino se o aluno aprender. Ensinar e aprender estão profundamente unidos; não se pode analisar um, sem o envolvimento do outro.

Os alunos da Escola Ômega destacam o "*ensinar com paciência*" (Silvio), "*ensinar melhor*" (Augusto), "*ensinar quem tem interesse*" (Lauro), "*ensinar e desenvolver alunos para serem algo na vida*" (Jânio). É interessante que para esses alunos o "ensinar" precisa de mais uma característica que identifique bem a qualidade do ensino que a escola deve oferecer, de forma que o ensino que possuem no tempo presente possa se refletir na sua vida futura, ajudando-os a "ser algo", o que poderíamos traduzir por "ser alguém", isto é, ter um certo "status" dentro da sociedade, não passar despercebido. Esses e outros depoimentos mostram a importância que a escola tem na vida desses alunos, podendo mesmo determinar o futuro das pessoas. Trata-se de uma visão da escola como "redentora da humanidade". No entanto, esses alunos que tanto exigem da escola, chegam a afirmar que a escola deve ensinar e está executando bem essa tarefa. Há um apoio total à forma como esta escola está desenvolvendo sua função social, o que já não acontece com a Escola Alfa, quando o aluno afirmar que a escola não está cumprindo sua função. Qual seria o fator determinante dessas diferenças? Pode-se analisar a situação, observando a forma como as escolas trabalham no seu coletivo, assim como o contexto em que elas estão situadas.

Na Escola Alfa não há um envolvimento muito grande dos alunos, os Projetos desenvolvidos não foram idealizados pela comunidade escolar, vieram de fora para dentro. Na Escola Ômega, o aluno está mais aberto aos Projetos que foram criados e desenvolvidos pelo pessoal da escola; há um envolvimento maior de todos. Outro aspecto: a Escola Alfa está situada em uma cidade maior,

onde o papel da instituição fica um pouco diluído no meio de tantas outras solicitações que os alunos recebem para prender suas atenções. A Escola Ômega se situa numa cidade menor, onde a escola ainda é o centro das atividades e consegue captar a atenção de todos e por isso exerce um papel muito importante na vida da comunidade.

Partindo dos depoimentos dos atores externos à escola – segmento pais – observa-se que, para *Sueli, mãe de aluno da Escola Alfa*, "*a escola é o primeiro passo das crianças frente ao conhecimento*".

Entende-se o conhecimento formal, estruturado... a concepção antiga de que a escola é que vai ser a instituição responsável pelo conhecimento do aluno, como se ele chegasse até ela como uma "tábula rasa" e como se tudo o que ele tivesse aprendido na sua vida anterior à idade escolar, não fosse importante e não tivesse influência sobre os seus novos conhecimentos. Ao mesmo tempo, esta afirmação dá um grande valor à escola, colocando-a como a instituição responsável pela transmissão do conhecimento historicamente acumulados pela humanidade.

Na realidade é "*através do que ela tem de mais específico – o trabalho com o conhecimento – que a escola concretiza sua função social* (CENPEC-Raízes e Asas p. 22).

Outro representante do segmento pais, Eloísa, Escola Alfa, revela em eu depoimento que "*a escola deve ir além das expectativas dos alunos ao afirmar que ... é para aprender mais do que o aluno quer. É claro que deve ser considerado o interesse do aluno, mas não ficar só naquilo, é preciso ampliar os horizontes, mostrar caminhos, desvelar futuro*".

Falando a respeito dos pais da Escola Alfa, a Diretora Deusa, ao mesmo tempo que os elogia, dizendo serem eles *multiplicadores de idéias*, os critica por não participarem das atividades da escola por receio, por medo. O fator tempo, segundo Deusa, é a maior desculpa. A falta de interesse é a realidade. Quando bate o desespero, procuram a escola. Está aí a contradição presente no cotidiano da escola.

A respeito da contradição, Cury (1985) afirma que ser ela "*a base de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento mais originário do real. A contradição é o próprio motor interno do desenvolvimento*" (p. 27).

Apesar de todas essas contradições, os pais entrevistados deram mostras de

estarem identificados com a escola e mostraram interesse em participar ativamente do processo educacional pois são pessoas comprometidas, cientes de suas responsabilidades.

Pais da Escola Ômega consideram que a escola é para ensinar e o ensino é ótimo, mostrando que estão inseridos na escola, conhecem o andamento das ações desenvolvidas e acreditam no papel da escola. É importante participar, conhecer para acreditar e confiar na escola.

Ainda enfocando depoimentos da comunidade externa, Lúcia, Diretora do Centro do Professorado Paulistas de Bauru, acredita que *"a escola vai dar a enxada, e o resto, o aluno vai atrás*. Isto é, a escola deve ensinar a aprender, não dar tudo pronto; *o aluno deverá ter a sua participação, dar a sua contribuição para que a sua aprendizagem seja eficaz. Se isso não acontecer, vai apanhar na vida, aquele que apenas passa de ano sem ter aprendido nada"*. Verifica-se aqui uma alusão à Progressão Continuidade e que, na realidade, está sendo usada como promoção automática, prejudicando inúmeros alunos que vão para as séries subseqüentes sem a devida preparação. No entanto, isto acontece por ter sido implantada essa medida, sem um estudo aprofundado e sem a devida compreensão dos seus objetivos, por parte de todos os segmentos da escola. Mas está é uma discussão longa, que não cabe neste trabalho.

Os representantes da comunidade externa da Escola Ômega, Ângelo, da Associação Comercial, consegue entender que *"a escola ensina a gente a pensar"* com certeza porque foi nessa instituição que muito o ajudou a ser a pessoa ponderada, crítica e com alto grau de discernimento que demonstrou ser sua entrevista.

O vereador Orozimbo, da comunidade externa da Escola Alfa, pessoa comprometida com as classes mais desfavorecidas da população acredita que *"a escola norteia o conhecimento científico"*. Depreende-se que nessa instituição que a criança será despertada para o conhecimento formal e irá desenvolver a curiosidade que poderá produzir o conhecimento científico. A esse respeito, já é de domínio público que o papel da escola também é produzir o conhecimento científico através da pesquisa, e não só consumir o conhecimento já posto.

Segundo Libâneo (1998), para que isso aconteça é necessário que a escola faça

uma síntese entre a cultura formal (dos conhecimentos sistematizados) e a cultura experienciada, proporcionando o domínio da linguagem para a busca de informação e também para a criação da informação; articulando sua capacidade de receber e interpretar informação com a de produzi-la, a partir do aluno como sujeito do seu próprio conhecimento (p. 26).

Com estas idéias colocadas em prática, percebe-se que existe uma tendência para mudar o conceito da escola junto à comunidade: de instituição exclusivamente dedicada à educação formal passa a ser vista como instituição integrada na sociedade através de trabalho voltados para o bem comum.

É o começo de mudança... Existem empecilhos? Muitos! Impossíveis de serem transpostos? Não! Se houver boa vontade e coragem para deixar de lado um modelo de escola que já não se adapta aos novos tempos deste novo século, com certeza a mudança acontecerá e a interação com a comunidade será realidade e não só utopia! Basta dar o primeiro passo! Afinal, como afirma o Dirigente de Ensino, a escola complementa a educação. Sem ela não há continuidade de nenhum grupo social.

A segunda questão foi assim formulada: **O que é ser cidadão hoje?**

Se tantos depoimentos apontam para a escola como a principal responsável pela formação do cidadão, é interessante, necessário e prioritário que se discuta qual é o conceito de cidadania que prevalece no universo pesquisado. Assim, partindo dos depoimentos, foram levantadas cinco categorias que se referem ao conceito de cidadão. Ser cidadão é: participar; ter direitos e deveres; ter responsabilidade; ter respeitabilidade; ter liberdade.

1. Direitos e Deveres

Através de análise dos depoimentos, percebe-se como conceitos emitidos pela escola ficam para sempre gravados na mente das pessoas. É o caso de associação do conceito de cidadão a “direitos e deveres”. Na escola, normalmente se ensina essa conceituação e é assim que uma grande parte dos entrevistados se posiciona para definir o que é o cidadão. Note-se também que entre os diferentes segmentos entrevistados os alunos são os mais envolvidos com esse discurso, havendo um equilíbrio nas escolas entrevistadas entre esta categoria e a anteriormente analisada – a cidadania.

Ser cidadão para o aluno Yuri *"é participar dos deveres do dia-a-dia: trata-se de um discurso unilateral onde o cidadão é só entendido do ponto de vista*

daquele que precise cumprir, não se importando sequer se essa pessoa possui direitos ou não".

Figura 2

O que é ser cidadão?

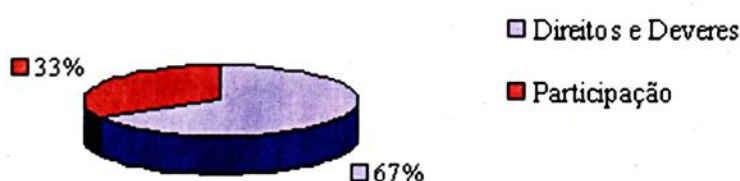


Figura 2. Demonstrativo das respostas obtidas sobre "o que é ser cidadão".

Observando-se a figura que representa a totalidade de respostas dadas à questão sobre "o que é ser cidadão", percebe-se ser muito forte a noção de direitos e deveres. Este é um aspecto que deve chamar a atenção dos que estão envolvidos com o processo educativo. Será que o aluno e o cidadão em geral, só têm deveres? E os seus direitos, como ficam? Será esta a noção de cidadania que a escola está incutindo nos seus alunos? É necessário se ter claro que, muitas vezes, a escola por não concordar com as orientações contidas no ECA--Estatuto da Criança e do Adolescente- não discute esses direitos com os seus alunos e pais e age como se essa legislação não existisse. O aluno fica sem a informação correta sobre o assunto e então tem interpretações errôneas e atitudes decorrentes dessa má informação. A Direção da escola deveria promover um estudo com os alunos e pais sobre o assunto, evitando assim, que acontecessem interpretações inadequadas e cooperando para a disseminação das idéias corretas contidas nesse Estatuto..

Em contraposição à essa idéia de que o cidadão só tem deveres, o aluno Alfredo afirma que *"ser cidadão é ter direitos e respeitar o direitos dos outros"*. É o oposto ao que foi citado anteriormente. Ora, se numa sociedade, os cidadãos só tiverem direitos, mesmo respeitando o direito dos outros, como é que acontecem os fatos no momento de assumir uma responsabilidade? Se o seu direito lhe der condições de não chegar no horário determinado, por exemplo, para uma consulta médica, este cidadão assim o faz e, o outro que o espera vê seu direito não respeitado, exerce seu direito de ser recebido no momento certo também, como fica a cidadania?

Finalmente um terceiro depoimento, mais equilibrado, de Andréa, vem confirmar que *"é preciso respeitar os direitos dos outros ter os meus. Cumprir os meus deveres"*. Aqui está a definição mais completa, mais abrangente porque consegue contemplar os dois lados envolvidos em uma relação. No entanto, é preciso estar atento às ações executadas, ao modo de vida, porque declara Andréa, *"ser cidadão é ter direitos e tomar muito cuidado para não perder (sic)..."*. Mais uma noção é acrescentada à definição do *ser cidadão*: se não houver cumprimento definido do que lhe é permitido fazer, com certeza ele perderá aquilo que já tem garantido. Depreende-se que, para o aluno, esses direitos e deveres tão apregoados não são vitalícios, *ad-eternum* e não dados como presente. É preciso que a pessoa os faça por merecê-las, que os vivencie concretamente e legalmente na prática, caso contrário ficará à margem da sociedade.

Sendo mais objetivo em suas idéias, o aluno Gabriel- Escola Ômega - define que *"ser cidadão é ter direito à escola, à saúde, ao trabalho, a um salário digno"*. Apesar de só contemplar os direitos, este depoimento é bem objetivo porque atinge os principais pontos da vida humana: a educação, a saúde, o trabalho reconhecido e pago com salário adequado.

Observe-se que o aluno, intencionalmente ou não, colocou os direitos numa ordem crescente: se o cidadão tem acesso à educação, com certeza terá melhores condições de saúde porque será mais esclarecido no que se refere aos cuidados para com seu corpo e com sua mente. Em sequência terá condições de um trabalho onde consiga salário que lhe dê oportunidade de viver melhor.

A professora Cássia, da Escola Alfa declara que o cidadão deve ser *"o aluno que sabe ser crítico, reflexivo, que deve questionar sempre"*. A professora Alda acrescenta que, além de crítico, *"o aluno deve ser consciente e capaz de discernir[...]".* Helena, professora da Escola Alfa, acrescenta que *"o cidadão deve ter noções de seus direitos e deveres, para ter uma vida digna"*.

Maria do Céu - Escola Ômega - acredita que "*o cidadão deve ser crítico e ter noção do que pode e não pode fazer*".

Quase como sub-categorias de *Direitos e Deveres* – surgem, dos depoimentos, as seguintes colocações: ser cidadão é ter responsabilidade, ter respeitabilidade, identidade, liberdade, solidariedade, honestidade... Entendeu-se oportuno colocá-las dentro da categoria *Direitos e Deveres*.

O segmento alunos é o que apresenta maior incidência dessas especificações para o ser cidadão, que segundo Eduardo, aluno da Escola Ômega "*é saber utilizar o nome do nosso país, ser responsável pelas nossas atitudes*". Observe-se que este aluno tem uma visão mais ampla, pois coloca a responsabilidade não só ao nível pessoal mas também a nível de país, porque, segundo o aluno, "*é preciso saber o que está fazendo*". Para ficar mais claro, "*é não sujar as ruas, e ser pessoas de bem, valorizadas pela vida [...] aqueles de sempre*", completa Caio.

É interessante notar que o aluno destaca como dever do cidadão "não sujar as ruas", com certeza, querendo dizer que os deveres que o cidadão possui são imutáveis, não evoluem. Numa sociedade onde os acontecimentos se sucedem de maneira tão veloz, é de se perguntar se existe algo que é "*de sempre*"... Os valores mudam, as atitudes têm um peso diferente dependendo do contexto onde elas acontecem.

Parece ser um conformismo do aluno ou até mesmo uma certa revolta com o "*de sempre*". Quer dizer, não adianta ficar citando outros exemplos... Afinal eles já são de domínio público, são os mesmos de sempre: está aqui o espírito crítico que tanto se procura desenvolver nos alunos de nossas escolas, mesmo que apareça de forma velada.

O conceito de liberdade está intimamente ligado ao que é ser cidadão: "*toda pessoa que tem liberdade para expressar o que pensa e os seus direitos, [...] é ter opinião própria [...]*", afirma Meire. Aqui se percebem idéias explicitadas por Machado (1998) de que "*ser cidadão é ter os seus direitos civis ligados às liberdades individuais, como era proposto no século XVII: liberdade de ir e vir, de crença, pensamento*". A idéia de cidadania esteve sempre ligada à participação nos diferentes direitos: civis, políticos e sociais (p. 113).

Quando se concebe o "*ser cidadão*" ligado à responsabilidade, obrigações - como é o caso dessas sub-categorias que agora estão sendo consideradas - os direitos sociais se fazem presente naquele que sabe respeitar acima de tudo e que



tem o respeito de todos.

A questão da identidade individual aparece como uma condição para a cidadania. Ser cidadão, conforme Yuri, *"é ser alguém neste mundo"*. Trata-se do reconhecimento da pessoa como única, cada um na sua individualidade, ser especial, que deve ser respeitado e acolhido com suas características particulares, não só porque, segundo André, *"pode ser alguém no futuro"* mas porque hoje, no presente, é uma pessoa que deve ser valorizada em todos os seus aspectos.

Fica claro que a questão da identidade é que vai dar à essa pessoa a condição de cidadão, conforme o depoimento da aluna Meire: *"cidadão não é ser alguém, mas alguém no meio da multidão"*. Isto significa ter um *locus* onde atua; o ser é reconhecido pelo trabalho que realizado com responsabilidade, honestidade.

Joana declara que *"para ser cidadão, a pessoa deve ter identidade própria, ser solidária e amiga"*. *É uma pessoa de bem, valorizada pela vida"*, conclui Meire.. Sobretudo, destaca Yuri, *"ser cidadão, é para mim, uma pessoa honesta, não ser corrupto como os nossos governantes de hoje"*.

Enfim... honestidade, responsabilidade, liberdade, identidade, povoam o ideário dos adolescentes... Por que muitas vezes não se concretizam? Conforme declarou Frei Betto (1996)

é obrigação da escola educar numa dimensão ética, formar para a cidadania, consolidar a democracia. No entanto, vivemos numa sociedade capitalista, neoliberalista onde a competição coloca-se como valor supermos ao lado da acumulação da riqueza. A escola deveria ser uma comunidade crítica a esse sistema, sobretudo por ele ser desumano e excludente (p. 31).

Os alunos valorizam a escola formadora da cidadania, conforme declara o aluno Silvino: *"cidadania é dar valor à escola porque é dela que você precisa para que você seja alguém na vida e valorizar o seu próprio objetivo"*.

Essa confiança na instituição escolar é confirmada pela declaração de Sueli, mãe da Escola Ômega, que acredita que *"ser cidadão é não cair na marginalidade"* e que a escola será a grande responsável para que isso não aconteça, porque dará condições ao aluno de se integrar na sociedade, através do acesso aos conhecimentos e bens culturais.

Conhecer sua identidade, apropriar-se dela, ter objetivos e saber direcionar suas ações para alcançá-los é um fator importantíssimo na vida do aluno. A esse respeito, declarou a professora Alda *"o aluno deve descobrir sua identidade através da participação consciente, deve ser responsável e conhecer seus*

direitos e deveres". Confirma-se que a identidade se constrói em relação com o outro, cidadão sozinho não existe. A escola é o local de relações sociais e, como tal, pode e deve construir o cidadão.

2. Participação. O Dirigente de Ensino DE1, através de sua declaração a respeito dos diferentes modos de encarar a participação da escola na sociedade atual mostra que o cidadão formado por essa escola é aquele que participa, pois consegue decifrar os diferentes códigos que existem estão por aí.

Já a Dirigente Ensino DE2 conceitua o cidadão como *aquela pessoa que participa de tudo, o que tem olhos críticos para poder discernir a sua participação*". Um elemento novo foi introduzido: é preciso haver o discernimento, a crítica, para participar com consciência do seu papel. Nada adianta participar por participar, sem saber o porquê dessa atitude, porque, participar, "*do latim participare* , fazer saber, comunicar, anunciar.[...] *associar-se pelo sentimento, pelo pensamento, solidarizar-se com*". (Larousse, 1999). Ninguém comunica / anuncia aquilo que, para ele, não está claro.

A Diretora da Escola Ômega também acredita que, para participar, é preciso ser "*crítico, consciente*", mas é preciso também associar-se ao outro, à comunidade, através de ações concretas. Não adianta ficar só no "*pensamento solidário*".

O depoimento da Diretora Alfa condiciona a participação à condição de discernir. "*Para discernir é preciso refletir, é preciso aprender a pensar. Como ensinar a pensar?*" Libânio (2000) considera que para poder aprender a pensar é preciso aprender a contemplar as coisas. O mundo atual, rápido, acelerado, não permite que as pessoas utilizem um espaço de tempo para a contemplação: é preciso aprender a parar, observar o que está ao redor e, contemplar ... para iniciar uma análise pensar, refletir (p. 27).

O aprender a pensar estar intimamente ligado ao aprender a conhecer que, conforme Santos (1998) vai proporcionar o

aumento dos saberes, que permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir (p.91).

Assim, este pilar da educação é considerado essencial para a cidadania como participação: aquele que sabe mais, participa mais, tendo possibilidades de colocar a sua "marca" no contexto em que vive.

O segmento professores que opta por conceituar cidadania como

participação, o faz colocando pontos concretos onde essa cidadania possa ser observada na prática. Participar, para a professora Cássia, *"é estar inserido na comunidade, dando sua participação para o desenvolvimento da comunidade"*.

A Professora Chiara já é mais objetiva, determinando os locais específicos: *"participar da escola, da sociedade, do mercado de trabalho"*. Quer dizer, o cidadão deve estar presente em todos os ambiente em que vive, dando sua contribuição na construção de melhores condições de vida para a população.

O Professor da Escola Ômega, Horácio, acrescenta um dado importante à conceituação de participação quando diz que *"participar é ser solidário, participando sempre que for necessário"*. Entende-se que este professor reporta às suas palavras à prática que vivencia na escola, tendo em vista os Projetos comunitários desenvolvidos em favor do outro. Mas.... e os alunos à geração nova, qual é o seu ponto de vista a respeito?

Os alunos têm claro que o ser cidadão implica em participação, porque mais da metade dos participantes da pesquisa fazem declaração. Isso numa época em que o adolescente parece estar alienado em seu mundo particular, é interessante notar como ele se preocupa com esse tema, apesar de inicialmente dar a idéia de que, para ele *"ser cidadão... sei lá... é participar das coisas"*, como declara o aluno Yuri, da Escola Alfa. No entanto, mesmo com a displicência característica do adolescente, conseguem entender que *"ser cidadão é fazer parte da sociedade, é fazer parte da cidadania"*, conforme declaram os alunos Daniel e André, da Escola Alfa. Percebe-se que há uma abrangência maior do conceito ou melhor, um direcionamento mais específico quando, partindo de participação na sociedade, chega até a participação na cidadania, como uma forma mais específica de participação. Depreende-se não se tratar de uma participação solta, mas, mais específica onde o aluno vai participar dos seus direitos e deveres do dia-a-dia, e onde a participação fica clara, pois para o aluno da Escola Alfa, o cidadão vai colaborar com a cidade. Certamente, este aluno faz uma aproximação dos termos cidade e cidadão, no que está certo, tendo em vista que daí surgiu o termo cidadania.

Os alunos da Escola Ômega entendem que *"ser cidadão é participar das coisas"* e dão a receita: *"é saber viver entre todos sem causar brigas nem revoltas"*, diz Eduardo, isto é, o importante é saber conviver de forma aberta e educada com todos os que estão à sua volta, de maneira que venha a ser alguém na comunidade. Quer dizer, o fato de participar ativamente do que acontece na escola, na sociedade, de todas as formas e atuar em tudo o que pode, é que vai lhe dar condição de cidadão. E ainda, acrescenta Gabriel, *"além de fazer parte de um grupo de pessoas é preciso ajudar o próximo"*. Este depoimento – ajudar

o próximo – é citado diversas vezes nos discursos dos alunos Ômega e isso é completamente compreensível, tendo em vista a vivência que esses alunos possuem com os diferentes Projetos desenvolvidos em favor das pessoas mais desfavorecidas da cidade.

Observa-se pelos depoimentos dos alunos, que eles iniciam citando vagamente ou melhor, repetindo um discurso já conhecido, presente no artigo 2º, da Lei de Diretrizes e Bases – Lei no. 9394/96, que coloca como finalidade da educação o preparo para o exercício da cidadania. Esse conceito vai se ampliando e tomando forma conforme vai sendo vivenciado na escola com Projetos e ações que, efetivamente, despertam os alunos para uma participação em favor do outro. Nota-se que, na escola onde acontecem esses Projetos em favor dos mais pobres, é mais claro e objetivo para o aluno, o entendimento do que vem a ser cidadania. Depreende-se desta situação que, não adianta ficar só no discurso; é preciso que a escola apresente ações concretas onde a cidadania possa ser exercitada até que se torne um hábito incorporado na vida do adolescente. Pode-se argumentar / perguntar no caso específico da Escola Ômega, se essa participação não fica no mero assistencialismo, trabalho voluntário? Isso é participar? Isso não é estar sendo conivente com a atual situação econômica que exclui tantas pessoas do quadro social, do acesso aos bens que a sociedade deve oferecer? Não seria melhor lutar para conseguir emprego para todos? Acontece que os Projetos desenvolvidos nessa escola, apesar de serem realizados com as pessoas mais desprivilegiadas – idosos – têm por objetivo desenvolver e formar atitudes novas nessas pessoas, através dos conteúdos das diferentes disciplinas, não se trata de ajuda material. Trata-se de ajudar o ser humano a se desenvolver integralmente, pois só assim ele poderá assumir suas ações.

Assim, o Projeto que envolve Língua Portuguesa vai trabalhar com a Hora do Conto, trazendo conhecimentos vivos e desenvolvendo habilidades e competência que ajudarão a pessoa a se tornar mais autônoma, sendo capaz de reconhecer, ele também, como participante ativo da comunidade em que está inserida, um cidadão. Além do mais esses Projetos da Escola Ômega têm como público alvo os dois pontos antagônicos da vida humana – as crianças e os idosos – que são os mais discriminados numa sociedade que só se preocupa com o lucro. Trata-se, então, de uma forma de dar subsídios aos representantes dessas duas faixas etárias da sociedade, para que possuam melhores condições de vida: as crianças, para que possam se desenvolver mais adequadamente, e os idosos para que tenham uma melhor qualidade de vida, sabendo usar e desenvolver as potencialidade que têm dentro de si. Desta forma, este é um Projeto que realmente ao exercício da cidadania como participação.



Para Machado (1998) o conceito de cidadania tem diferentes significados no decorrer da história. Atualmente, a idéia de participação é a que predomina e *"que se traduz numa relação entre o Estado e a sociedade civil. Inclui a consideração de direitos de natureza civil, política e social"* (p.113).

Nos três últimos séculos esses três direitos surgem intimamente ligados ao conceito de cidadania. Conforme Horta *apud* Machado (1998) no século XVII os direitos civis

são ligados às liberdades individuais, como o direito à liberdade de ir e vir de imprensa, de pensamento e credo, de propriedade. No século XIX, surge o elemento político como o direito de participar do exercício do poder político, como eleitor e, finalmente no século XX emerge o elemento social que se refere a tudo o que vai desde o direito um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar por completo do processo político (p. 113-114).

Assim, a participação cidadã que abrange os direitos sociais, vai atingir todos os aspectos da vida em sociedade, as responsabilidades, necessidades e obrigações de cada um de seus membros, o que, *"vai garantir uma nova cidadania que se constitui pela própria constituição de novos atores sociais ativos, que não se limitam à passividade de espectadores mas atuam na sociedade como sujeitos-cidadãos"* (p. 100).

Na sociedade globalizada atual é necessário se analisar os diversos aspectos que influenciam na formação do cidadão participativo e tendo em vista as mudanças que ocorrem no mundo do conhecimento – o aprender a aprender – as mudanças culturais; as críticas à organização social vigente e a modernização profundamente desigual que ocorre nos países subdesenvolvidos.

O segmento / pais não apresentou nenhuma referência à cidadania como participação. Estranho isso porque eles foram os que defenderam tanto a participação de pais na escola e os entrevistados são pessoas ativas, atuantes, na comunidade escolar. Qual seria a causa?

Por fim, a análise dos depoimentos se volta para os atores sociais externos à escola, mas internos ao sistema educacional. A representante da UDEMO Regional Professora Maria Alice, acredita que, nesta sociedade, de acordo com o conceito que se tem de cidadania, *"o aluno participa de uma sociedade, de uma forma ou de outra. Significa que o aluno está sempre exercendo sua cidadania. Só não ficou claro, qual o tipo e nível de participação desse aluno"*.

E a Diretora Regional do CPP - Centro do Professorado Paulista, Lúcia, declara que *"o cidadão que a escola deve formar é o participante da sociedade em que vive"*.

É preciso e urgente que essa participação saia do papel e aconteça na prática, para que efetivamente, a escola consiga “construir” o cidadão para este tempo; não só o cidadão – consumidor – mas aquele que participa e decide os rumos da sociedade em que vive, construindo o processo democrático.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A responsabilidade da mudança, por conseguinte, está em nós. Devemos começar conosco, ensinando-nos a não fechar as nossas mentes prematuramente à novidade, ao surpreendente, ao aparentemente radical [...] acima de tudo, significa começar este processo de reconstrução agora[...]" (TOFLER, 2000, p. 433)

A sociedade brasileira vive, hoje, um grande paradoxo no que diz respeito à educação: nunca se falou tanto em educação e ao mesmo tempo, nunca se procurou, com tanta ênfase, destruir a estrutura educacional existente. Esse grande paradoxo se estende ao papel da escola, a responsável pela educação formal. Nunca se falou tanto sobre a escola, a sua posição na sociedade e nunca se discutiu tanto a validade de sua existência, os métodos utilizados, a postura dos professores, a influência das novas tecnologias.

Apesar do acesso à escola ter sido ampliada, cerca de dois milhões de alunos entre sete e catorze anos ainda não se beneficiam desse direito de cidadão. Ao mesmo tempo, existem quarenta milhões de adolescentes e adultos analfabetos totais ou funcionais, acima de quinze anos de idade, conforme atesta censo do IBGE/2000, publicado na Revista Educação de março de 2002.

O que acontece com essas crianças e adolescentes que estão fora da escola? Existem outras possibilidades para que essa população tenha acesso às condições básicas de cidadania, isto é, aprender a ler, escrever, saber fazer contas., poder melhor compreender e se inserir no mundo? Segundo Renata, professora da Rede Pública Estadual Paulista e Psicóloga da Penitenciária Estadual "Odir Soares", as pessoas que nunca ou pouco passaram pela escola, "pulam" uma etapa de suas vidas, onde a convivência é importante e mais ainda, o acesso ao conhecimento e a construção da cidadania. Este fato vai se refletir em suas vidas de tal maneira que, por se sentirem excluídos da sociedade, começam a ter atividades, amigos e vivência na marginalidade. Isso é tão verdadeiro que, segundo a psicóloga Renata, muitos dos detentos (do presídio onde trabalha) não tiveram a experiência da escola ou então foram dela excluídos porque não "conseguiram aprender" e então, desanimaram e abandonaram a escola. Depreende-se desses depoimentos, alguns indicadores a respeito do papel da escola na sociedade atual: primeiro, o acesso. Embora este problema pareça estar sendo resolvido pelas políticas educacionais, precisa ser totalmente eliminado para que efetivamente, todas as camadas da população possam usufruir dos benefícios que a instituição escolar traz para a vida das pessoas.

Em segundo lugar, a permanência. É preciso que a escola e todos os segmentos que a compõem, em especial os professores – tenham a convicção de

que todos os alunos têm capacidade para aprender, é preciso que exista o compromisso com a aprendizagem, independente das dificuldades dos diferentes alunos a fim de que eles permaneçam na escola, usufruam dos seus benefícios e possam ser levados à condição de cidadão. É importante lembrar aqui o depoimento de uma mãe da Escola Ômega que declara; *"cidadão é aquele que vive fora da marginalidade"*, isto é, aquele que está incluído, que participa da sociedade. Quando a pessoa se sente excluída até do acesso à escola, vai se sentir e agir como se fosse um pária da sociedade e acaba assumindo esta postura e as conseqüências que dela advém, conforme comprova o depoimento da psicóloga Renata, anteriormente citado.

Ainda sobre o assunto, Cortella (2001) declara que: *"só quem é privado de escola pode imaginar a falta que ela faz e o impacto cruel e negativo que isso tem na vida"* (p. 57). A maioria da população brasileira em idade escolar, conforme atestam diferentes levantamentos de dados a esse respeito, está dentro da escola. Mas, pergunta-se, a que tipo de escola esses alunos têm acesso? O próprio Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza(2002), comenta: *"nossas escolas ensinam a ler, mas os alunos não entendem o que lêem"* (p. 10).

A preocupação com a qualidade da escola deve ser uma técnica constante da prática dos educadores. Se os alunos freqüentam a escola e não aprendem, alguma coisa está errada. E não adianta querer encontrar um único culpado: todos os envolvidos no processo educacional têm a sua parcela de culpa nesse problema.

Do ponto de vista do sistema e daquilo que detém o poder, o grande vilão da história é o professor, que, mal formado, não consegue dar conta do seu trabalho específico: ensinar. Por outro lado, o próprio sistema incentiva e aprova a abertura de faculdades que deverão formar os professores – muitas vezes, sem as condições básicas para dar essa formação. Então, quando estas profissionais estão trabalhando, o sistema tenta solucionar este problema através de inúmeros treinamentos com os professores onde técnicas são desenvolvidas para se alcançar um grau de excelência na prática pedagógica. Acontece que a técnica pela técnica não vai levar a ótimos resultados, tendo em vista que se situam apenas no periférico, não adentrando ao âmago da questão. As mudanças, para serem verdadeiras, devem atingir os esquemas mentais – o saber pensar– dos envolvidos no processo, para depois, atingir o “saber fazer”, a técnica. Assim, essas soluções são apenas superficiais porque “mascaram”, colocam uma máscara diante de uma situação, mas não modificam o “interior” dos mascarados, o ser; ficam apenas no “ter” uma máscara nova.

Ainda como forma de direcionar o trabalho dos professores, o sistema faz

uso da centralização, através da implantação do Parâmetros Curriculares Nacionais, através da Avaliação do Sistema de Ensino, através da T.V. Escola. São medidas que parecem ser utilizadas como forma de assegurar a presença do sistema nas escolas, mantendo-as sob sua vigilância.

Do ponto de vista dos professores, a macro estrutura é o grande obstáculo para que a escola efetivamente exerça sua função social porque, segundo a Professora Chiara, Escola Alfa,

a macro estrutura não saberia definir o tipo de política educacional vigente no país, colocando um grande número de alunos na sala de aula... entra aí a questão do investimento[...] o professor está amarrado numa saia justa... é como se tivesse um atleta que deveria correr cem metros e você coloca uma saia justa nele... ele não vai render o que deveria render... e essa saia justa é uma questão estrutural da escola... é isso que amarra o professor.

O que se observa aqui é a dificuldade que existe entre as partes envolvidas em conseguir enxergar e analisar a sua própria prática: é sempre mais fácil falar da incompetência do outro.

Nesse jogo de acusações mútuas, ainda fica claro que existe uma definição objetiva dos aspectos educacionais que devem estar presentes na sociedade, assim como fica nebulosa a definição da Professora Chiara sobre o papel da escola: "[...] quem está falido... a escola ou o esquema da escola?" indaga a citada professora. Outro aspecto desta questão é o que diz respeito à interpretação subjetiva que se encontra presente em cada elemento participante da instituição escolar ou da sociedade em que ele está inserido. Trata-se de se levar em consideração que, cada pessoa tem um modo único de interpretar os acontecimentos. Assim, mesmo que existam medidas centralizadoras no que se refere à escola, acontecem divergências na interpretação, o que acarreta uma perda da objetividade do que se refere ao da instituição escolar na sociedade.

Na realidade, observa-se que vem à tona o problema da identidade: se não está clara a função da escola dentro da sociedade, como pode ela desenvolver bem o seu trabalho. Nos países em guerra, vemos que os números não são muito diferentes... Professora Chiara afirma:

A verdade é que vivemos em guerra... mesmo na guerra a escola também é usada com outra finalidade. No Brasil, vive-se a guerra da exclusão da escola do mais fraco, daquele que já não tem acesso à cidadania. Ao mesmo tempo, culpa-se essa pessoa pelo seu insucesso na vida: o que é do âmbito social passa para o individual.

Para a Professora Alda, Escola Alfa, " [...] escola, hoje, não é boa... a escola parece um pára-raio [...]".

Muitas vezes, em especial nos dias atuais, a escola toma o lugar da família no que diz respeito à formação dos alunos. Por estar exercendo outras funções que não são as de sua competência, a escola não faz bem o seu papel porque acumulou funções que não eram suas e, assim, desvirtuou o seu próprio papel. Procurando acertar falhas de outras instituições sociais, uma família por exemplo, a escola perdeu sua própria especificidade. Quem não tem uma identidade definida, não sabe para onde deve direcionar sua ação e também não é valorizado no seu papel, porque este se encontra comprometida, diluída, fragmentada, conseguem captar essas tendências e, por muitas vezes devidos às suas habilidades para contornar uma situação conseguem neutralizar os efeitos dessas medidas, direcionando-as para o objetivo que possuem.

Um fato interessante que se destaca das entrevistas / questionários realizados é que os professores revelam que a escola não é valorizada pela sociedade e demonstram que não são objetivos quanto os alunos ao focalizar a função da escola. Normalmente os professores são um tanto quanto ambíguos, não conseguem colocar claramente o que entendem sobre o papel da escola. Quais seriam os motivos de tais posturas? Influências do sistema... diferentes teorias? Falta de identidade? Quem trabalha em uma instituição sem saber a sua especialidade não tem como realizar um bom trabalho.

Enquanto isso, os alunos são bem mais objetivos e a maioria entende que a função social da escola é ensinar e, conseqüentemente, fazer o aluno aprender.

É claro que os alunos são completamente envolvidos pelo pensamento que domina a sociedade e o “cidadão consumidor”. Muitas vezes entra em choque com o “cidadão participativo” que as escolas desejam formar. Interessante que na Proposta Pedagógica das duas escolas pesquisadas, encontra-se a formação do homem crítico, criativo, cidadão consciente dos seus deveres e direitos, o que destoa do treinamento / adestramento que é realizado com os professores, através de órgãos centrais. É para se questionar: se o professor é “treinado” pelo sistema, como pode levar o aluno a se desenvolver com pensamento autônomo, livre, independente, capaz de ver / refletir e agir de modo diferente do que propõe o *status quo*? Consegue o professor sobreviver com sanidade para bem exercer o seu papel?

O fato é que a escola é um local de relações complexas, onde cada segmento que a compõe possui uma visão diferente a respeito da função da instituição. Urge, portanto, que seja feita uma reflexão coletiva e constante a respeito da função da escola com todos os participantes do processo educacional que atuam no mesmo local. Esta reflexão tem como objetivo de se conseguir um esclarecimento a respeito do assunto e se estabelecer uma unidade de

pensamento e ação. Desse modo, a escola poderá tornar-se coesa, integrada e competente e estará efetivamente fazendo diferença na vida das pessoas. Conforme salienta o presidente da UDEMO/Central, Professor Roberto Farol, *"é preciso repensar a função da escola, pois ela está defasada [...], para que se inicie um novo tempo, onde a escola não mais represente apenas aquele lugar desagradável, do qual os alunos querem se livrar o mais rápido possível"*.

Para que aconteça essa modificação é necessário primeiro que os professores e os Diretores de escola – os mais diretamente envolvidos – estejam convencidos de que precisam mudar sua atuação e a “cara” da escola, para, só depois, convencerem os alunos, os pais, a comunidade, de que a escola é nova, agradável, mais coletiva, solidária, local para desenvolver habilidades e competências...

É preciso partir da prática existente que se manifesta insatisfatória para a reflexão que levará a uma nova prática, mais de acordo com a realidade presente.

Para Daibém (1997) *"esse processo de mergulhar no real, tomar consciência da alienação, é o primeiro momento para atingir a consciência da necessidade de mudança qualitativa da prática"* (p. 207).

Esta nova postura levará os envolvidos na escola a elaborar propostas e propor alternativas que possam viabilizar a escola exercer melhor seu papel, dentro do contexto em que está inserida, rompendo com as formas tradicionais e tornando a escola um local de múltiplas produções do conhecimento.

Isto tudo somente acontece através de um engajamento consciente e competente, de todo o corpo da escola, para que esta, efetivamente, realize o seu papel dentro da sociedade.

Segundo Libâneo, (1998)

para ser eficaz, é preciso que a escola seja entendida como o espaço onde se possa articular a sua capacidade de receber e interpretar informação, com a de produzi-la, a partir do aluno como sujeito do seu próprio conhecimento (p. 27).

Para que isso aconteça, é preciso que a escola leve o professor e o aluno a pensar de modo reflexivo a fim de que eles tenham condições de selecionar as informações de que necessitam porque, ainda conforme Libâneo (2001)

Aprender a conhecer e a pensar é trabalhar com o duplo movimento da análise e da síntese. Não parar na análise, mas ir até a síntese. Não ir à síntese, sem antes analisar. A análise dá clareza, profundidade, rigor ao pensamento. A síntese situa, relaciona, organiza o pensamento. (p. 41).

A escola deve ensinar o aluno a perguntar e a relacionar, para poder melhor se situar diante das solicitações do contexto em que vive desenvolvendo a capacidade de buscar soluções para todos os seus problemas. A escola deve formar para a vida, não só para o emprego. Eis aí o grande desafio

Para Gandin (2001) a escola do século XXI não deve apenas se preocupar em formar o futuro trabalhador, *“desenvolvendo as habilidades cognitivas, sociais e culturais exigidas no seu futuro emprego. A escola atual, baseada no fordismo/taylorismo, na execução de tarefas repetitivas, precisa ser substituída por outra escola mais ágil [...]”* (p. 10). É preciso que a escola se atualize, que esteja inserida no contexto atual, que acompanhe o tempo das inovações tecnológicas, mas que também acompanhe o desenvolvimento de um conhecimento mais global sobre o ser humano e suas relações com a natureza e com os seus semelhantes.

A escola do século XXI deve ensinar o aluno aprender a conhecer e a pensar num mundo complexo. Segundo Libâneo (2001) este desafio significa *“evitar de um lado, uma sistematização apressada rígida, acabada e, de outro, um mero aglomerado de unidades”* (p. 37).

Morin (2001) explica que *complexus* significa o que foi tecido junto: *“a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade”* e acrescenta que *“os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade”* (p. 38).

Assim, é necessário que todas as pessoas envolvidas com o processo educacional e, em especial com a escola, desenvolvam a capacidade de *“aprender a pensar”* de forma complexa – *“tecido junto”* – onde cada um é capaz de assumir a sua parte, de forma responsável, não perdendo a visão do todo. Desta forma, a instituição escolar poderá construir a sua identidade e definir o seu papel no contexto histórico, social e político, pois contará com um grupo de pessoas que querem construí-la através da construção constante da sua própria identidade pessoal.

Certamente esta mudança de postura se refletirá numa mudança de atitudes onde, por exemplo, o coletivo da escola deverá estar repensando constantemente a sua prática – reflexão – para poder retornar à uma ação mais eficaz: *“ação-reflexão-ação”*, eis aí a síntese que levará ao sucesso da instituição escolar. Sempre tendo a realidade presente, nunca, porém perdendo a capacidade de olhá-la com olhos novos, criativos, com possibilidades de intervir nessa realidade e modificá-la.

Dentro deste pensamento, a escola deve ser local de diferentes manifestações e, segundo Candau (2000),

espaço de diálogo entre diferentes saberes – científico, social, escolar, etc, - e linguagens [...]. Devem ser enfatizados a dinamicidade, a flexibilidade, a diversificação, as diferentes leituras de um mesmo fenômeno, as diversas formas de expressão, o debate e a construção de uma perspectiva crítica plural. (p. 14).

É claro que essas mudanças não são feitas de forma rápida e, principalmente na realidade brasileira, a escola pública ainda não vai, tão já, desfazer-se do papel de provedor de informação. Pode-se, no entanto, observar pelas pesquisas realizadas neste trabalho, que existem escolas que estão conseguindo mudar a sua “cara” tradicional e já estão se tornando mis vivas, flexíveis, interagindo com a comunidade, transformando-a e deixando se transformar num processo evolutivo de afirmação de sua identidade, assumindo o papel que se deve exercer na sociedade.

A tecnologia avançada característica da sociedade atual deve ser uma das ferramentas utilizadas para construir a nova escola, tornando-a um local agradável, prazeroso, para onde o aluno se dirige com alegria e a curiosidade desperta para aprender sempre mais. Embora as escolas públicas não estejam completamente informatizadas, pode-se observar que houve um grande avanço no acesso a esses bens, que estão se tornando indispensáveis para o desenvolvimento de educação neste século. Mas, segundo Gates é necessário que, junto com a informatização, aconteça a mudança na “*maneira de encarar os computadores na sala de aula*” (p.233).

O professor deverá ser o facilitador, o organizador, aquele que dá a direção para todas as informações às quais o aluno tem acesso. Os alunos, por sua vez, poderão ser atendidos em sua individualidade pois a tecnologia dará a possibilidade de direcionamento diferente às questões propostas de acordo com o interesse de cada um.. Para Gates (1995), apesar de todos os problemas enfrentados pela escola pública, ela ainda se constitui na maior esperança e acrescenta que

é preciso que, antes de usar toda a tecnologia disponível, as escolas públicas se preocupem em resolver os graves problemas que algumas enfrentam, tais como “violência, drogas, altas taxas de evasão, professores mais preocupados com a sobrevivência do que com a educação [...]” (p. 246 e 247).

Esperança essa que pode se traduzir pela importância que a escola tem na vida de inúmeras pessoas, integrando-as na sociedade, dando-lhes condições de acesso aos direitos do cidadão, o que não aconteceria se não pudessem participar da instituição escolar.

Existem falhas? Claro, mas são elas que impulsionam a construção de uma escola que acolhe o aluno e precisa trabalhar para mantê-lo no seu convívio, para que ele possa se desenvolver completamente como pessoa humana dentro da sociedade em que vive. A escola ainda apresenta distorções de sua identidade, mas é no seu cotidiano, encarando os problemas que surgem, tentando estar atenta às necessidades de cada aluno, às mudanças que os novos tempos trazem e elaborando com o coletivo da escola um projeto político pedagógico centrado no aluno, que poderá resgatar a função social. Todas essas mudanças só podem ocorrer a partir do compromisso pessoal que se processa de dentro para fora, com todos os envolvidos na instituição escolar.

Em tempos de hegemonia neoliberal, é preciso que o coletivo de cada escola tenha a clareza da sua função social para que possa, efetivamente, exercê-la independentemente das pressões do sistema dominante. A experiência com algumas escolas, como ficou demonstrado nesse trabalho, mostra que é possível dentro de um contexto de individualismo e predominância do mercado, formar a pessoa humana solidária, fraterna, justa e democrática, que se reconhece como participante de um processo complexo onde tudo e todos estão ligados. Desta forma, não há lugar para excluídos da sociedade pois cada indivíduo, que se torna pessoa pela educação e, muitas vezes, apenas pela ação da escola, tem a sua contribuição para que este *“tecido junto”* seja solidário e fraterno como exigem os novos tempos deste novo século.

A escola pode fazer a diferença-a atual Lei de Diretrizes e Bases lhe dá esta flexibilidade. Mas é preciso que se conscientize desse poder que está em suas mãos. É preciso que, junto com Diretor e professores reflexivos, se torne uma escola reflexiva. Só quem consegue analisar sua prática e refletir sobre ela, pode saber onde, quando e como deve mudar, tendo sempre presente a serviço de quem deve acontecer essa mudança. A escola deve assumir sua identidade e o seu papel dentro do contexto onde está inserida, provocando mudanças, colaborando na construção de pessoas inteiras que também assumam com consciência ,compromisso e competência o seu lugar na sociedade .Somente assim acontecerá a sociedade mais justa e fraterna com a qual todos sonham.

Este trabalho procurou estudar apenas um aspecto da função social da escola, observando na prática como ela funciona , tendo como referência os depoimentos dos seus usuários e daqueles que participam/participaram do cotidiano escolar e que fazem parte da sociedade local onde estão inseridas as escolas focalizadas.Muitas outras questões precisam ainda ser analisadas para que se possa ter um mapa mais completo das relações existentes entre escola e sociedade e do papel primordial que essa instituição tem na vida das pessoas.

Há muito ainda para ser estudado, pesquisado, comprovado. Há muito conhecimento a ser desvelado, construído...Urge que se continue este estudo...Urge que se estude a escola para poder desvelar o seu papel de formadora de pessoas,de formadora de mentes novas para um tempo novo, onde, efetivamente,o conhecimento possa estar ao alcance de todo ser humano,ajudando-o a alcançar o alto grau de evolução para o qual foi criado.O tempo urge...É preciso continuar a estudar,pesquisar,comprovar... É preciso continuar a construir o conhecimento . O desafio está posto.Basta ter coragem e avançar mais...O primeiro passo acaba de ser concluído. .

“O dever principal da educação é de armar uma casa para o combate vital para a lucidez” (Morin, 2001, p. 33).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBALA, Bertrand, L. (org.). *Cidadania e Educação. Rumo à uma Prática Educativa*, Campinas, Papirus, 1999.
- ALVES, N; Garcia, R. L. (orgs.). *O sentido da Escola*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- APEOESP. Caderno de Teses. São Paulo, 1998.
- AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e Preconceitos na Escola*. São Paulo: Summus, 1998.
- ARAÚJO, R. *Escola de portas abertas nas férias*. Jornal da Cidade. Bauru: 07 de julho de 2002.
- ASSMAN, Hugo. *Reencantar a Educação – Rumo à Sociedade Aprendente*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- ASSMAN, S. *O que vem depois da Modernidade?* In Mundo Jovem, outubro, 2001.
- AZEVEDO, J. C. *Escola Cidadã: Desafios, Diálogos e Travessias*, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 1977.
- BARROSO, J. (org.). *O Estudo da Escola*. Portugal: Porto Editora, 1996.
- BETTO, Frei. Neoliberalismo, a nova face do capitalismo. *Revista AEC*, nº 98, p. 19, 1996.
- BOFF, L. *Águia e a Galinha, Uma Metáfora da Condição Humana*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____, *O Despertar da Águia, O dia-bólico e o Sim-bólico na Construção da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____, *Saber Cuidar – Ética do Humano – Compaixão pela Terra*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado. Um Balanço do Desmonte do Estado*. São Paulo: Editora, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOSI, A. et al. *Filosofia da Educação Brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro: Livraria Triângulo Editora Ltda, 1991, 239 p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do*. Promulgada em 5/10/1988 – Título VIII, Cap. III, art. 205 – 214.
- _____. *Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1989*, Capítulo III, Seção I.
- BRASIL. *Lei 9394/96*. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23/12/1996.
- BROCOLI, A. *Antonio Gramsci y la educación como hegemonía*. Editorial Nueva Imagen, México, 1979, traducción Fernando Mateo. Título original *Antonio Gramsci e l'educazione como egemonia* – La nuova Italia, Edituce Florenca.
- BUENO, S. *Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*.

Ed. Saraiva, 1968.

BUFFA, E., Arroyo, M. NOSELLA, P. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?*, São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CADERNOS D EPESQUISA. Dezembro de 2001.

CANARIO, R. Os estudos sobre a escola. In Barroso, J. O estudo da escola. Portugal: Porto Editora, 1996.

CANDAU, V. (org). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CARDOSO, J.J. *Planejamento Pedagógico na escola-o projeto político pedagógico*. in *Revista de Administração Educacional*.. Recife. v 1. Jan/jun, 1999.

CASTELS, M. et al. *Novas Perspectivas Críticas em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASTROGGIOVANNI, C. *O que é Globalização*. In: *Revista Mundo Jovem*. Out. 2001.

CATÃO, F. *A Pedagogia Ética*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

CNTE. Neoliberalismo y Educación en Brasil: la lógica del discurso oficial. Julho de 1995.

CORTELLA, M. S. Crônica. *Revista Educação*. jun.2001, p.27.

COSTA, M. V. (org). *Escola Básica na Virada do Século*, 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CUNHA, L. A. *Educação e Desenvolvimento no Brasil*, 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1980.

CURY, C. J. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DAIBÉM, A. L. *A prática de Estágio Supervisionado no curso de Psicologia* UNESP Bauru. Tese de doutoramento. UNESP/ Marília, 1992.

DAL RI, N., Marrach, S. (org). *Desafios da Educação do Fim do Século*. Marília, UNESP-Marília – Publicações, 2000.

DELORS, J. *Educação um Tesouro a Descobrir*, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, SP: Cortez, 1998.

EDITORIAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 maio 2002, p.2 ep.7

FAZENDA, I. (org). *Novos Enfoques da Pesquisa Educacional*, 2. ed., São Paulo: Cortez Editora, 1992.

FREIRE, P., *Pedagogia do Oprimido*, 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAG, B. *O Indivíduo em Formação*, 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

_____. *Escola, Estado e Sociedade*. 6. ed., São Paulo: Editora Moraes, 1980, 142.

FORACCHI, M. M; Pereira, L. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FRIGOTTO, G. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FURLAN, M; Hargreaves, A. *A Escola como Organização Aprendente*:



- Buscando uma Educação de Qualidade*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GADOTTI, M. *Educação e Poder – Introdução à Pedagogia do Conflito*, 7 ed., São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- GANDIN, L.A. Para onde vai a escola? in: *Revista da Educação AEC*, abr-jun-1998.
- GATES, B. *Educação. O melhor investimento*. In: *A estrada do futuro*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- GENTILI, P., Silva, T. T. – *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação (visões críticas)*, Petrópolis: Vozes, 1994.
- GENTILLI, P. *A Falsificação do Consenso – Simulação e Imposição na Reforma Educacional do Neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa. in: *Revista Brasileira de Administração de Empresas*. v. 35. São Paulo. maio-jun. 1995
- GHIRALDELI JR., P. (org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- _____. *Infância, Educação e Modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- HIDALGO, L. *Supervisão Escolar e TV Escola*. Marília, 1999. Dissertação de Mestrado. UNESP/ Marília.
- HORTA, J. S. Baía. Planejamento Educacional. In MENDES Dumerval Trigueiro (org.). *Filosofia de Ed. Brasileira*. 4 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- KANT, I., *Sobre a Pedagogia* – tradução de Francisco Cock Fontanella. Editora Unimep-Piracicaba, 1996.
- KRUPPA, S. M. P. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- LAROUSSE. Grande Dicionário Delta. SP: Editora Nova Cultural, 1999.
- LIBANEO, J. C. *Democratização da Escola Pública. A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos*. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- _____. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- _____. Pedagogia e Modernidade: presente e futuro da escola in. Ghiraldelli Jr, P. (org) *Infância, Escola e Modernidade*. Curitiba: Cortez Editora, 1997.
- LIBÂNIO, J.B. *A arte de formar-se*. São Paulo: Loyola, 2000.
- LOBROT, M. *Para que Serve a Escola?* Lisboa: Terramar Editora, 1992.
- LUDKE, M., ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação; abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
- MACHADO, L. M. *Teatralização do Poder. O Público e o Privado na Reforma do Ensino Paulista*. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1998.
- MACHADO, L. M.; Silva, C. S. B. da (orgs.) *L.D.B. Trajetória para a Cidadania?* 3. ed. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1998.
- MACHADO, N. Entrevista. *Revista educação*. Jun. 2002, p.7.



- MADEIRA, F. R.; MELLO, G. N. de (coord.). *Educação na América Latina. Os Modelos Teóricos e a Realidade Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- MALAGUTI, M.L.; CARCANOLO, R. A.; CARCANOLO, M. D. (orgs.). *Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- MARRACH, S.A. *Neoliberalismo e Educação* in Ghiraldelli Jr P. (org.) *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- MENDES, D. Trigueiro (org.). *Filosofia da educação brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MIZUKAMI, M. G. N. *Ensino: As Abordagens do Processo*. São Paulo: EPV – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
- MORAES, R.C.O. *Políticas Públicas e Neoliberalismo in Educação e Sociedade*. n°49 (524-530), 1999.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, I. B. de; Alves, N (orgs.). *Pesquisa no / do Cotidiano das Escolas Sobre Redes de Saberes*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- OLIVEIRA, N. Ramos de. *A escola, esse mundo estranho* – in Pucci, Bruno. *Teoria Crítica e Educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- PARO, V. H., *Por dentro da Escola Pública*. São Paulo: Xamã, 1995.
- POBREZA ABSOLUTA. Folha de São Paulo. São Paulo. 17 de outubro de 1977.
- PRESTES, N.H. A razão, a Teoria Crítica e a Educação. In: PUCCI, B. (org) *Teoria Crítica e Educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- QUAGLIO, P. *O Papel dos Agentes de Supervisão: da Teoria à Prática* – Tese apresentada como exigência para obtenção do grau de Doutor em Educação à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, 1989.
- PENIN, S. *Cotidiano e Escola – A Obra em Construção*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- PERRENOUD, P. A construção das competências. Disponível em <http://www.uol.com.br/novaescol/ed135-set00/htm/fala-mestre.htm>. Acesso em 09/04/01.
- PONCE, A. *Educação e Luta de Classes*, São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- PUCCI, B. (org.). *Teoria Crítica e Educação. A Questão da Formação Cultural na Escola de Frankfurt*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- RAMA, Germán. Transición cultural y la aspiración de la juventud. in: Madeira, F.R e Mello, G. X. *Educação na América Latina*, 1985, Cortez Editora.
- REVISTA AEC – n°100 – *Neoliberalismo e Educação* – jul / setembro / 1996.
- REVISTA AEC – n° 107 – abril / junho 1998.
- REVISTA de Administração Educacional. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, vol. I, n° 3, p. 142 – jan / junho / 1995.
- REVISTA Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE. Brasília: ANPAE, V. 13, n°1, p. 1-144, jan/jun, 1997.
- _____, RBPAE. Porto Alegre, ANPAE, V. 15, n°.2, p. 137-256,



jul/dez, 1999.

REVISTA-

EDUCAÇÃO.SP:EditoraSegmento,março/2002,junh0/2002,junho/2001.

REVISTA Escola e Democracia. *Questões Atuais – Projeto Nova América – Programa Direitos Humanos e Educação em Cidadania*, fev/1996.

REVISTA Mundo Jovem, n° 318 – julho 2001; n° 321 / outubro 2001.

RODRIGUES, N. *Da Mistificação de Escola à Escola Necessária*, São Paulo: Cortez Editora, 1987.

_____. *Por uma Nova Escola*, 6 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Modernidade*. São Paulo: Cortez Editora,1997.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez Editora,1996.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Decreta n. 40.473 de 21/11/1995. Diário Oficial do Estado, São Paulo de 22 de dezembro de 1995.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da EDUCAÇÃO. *A Autonomia e a Qualidade de Ensino na Escola Pública*. São Paulo: FDE,1995.

SARUP, M. *Marxismo e Educação*. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1980. (Tradução de: Marxsin and Education).

SAVIANI, D., *Escola e Democracia*. 22. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

_____. Desafios para a construção da ação supervisora. Uma abordagem histórica in *Escola, espaço de construção de cidadania*. Série Idéias, n° 24, 1994.

_____. A supervisão Educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação das idéias. In: FERREIRA, N.S.C.(org) *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade*.

SEVERINO, A J. *Metodologia do Trabalho Científico*, 20 ed. São Paulo, 1996.

SIERRA, F. S. Uma alternativa multidisciplinar à interpretação organizacional do instituto escolar: a análise sociocrítica do fenómeno escolar. In Barroso, J. O estudo da escola. Portugal: Porto Editora, 1996.

SILVA JÚNIOR, C. A. *A Escola Pública como Local de Trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

SILVA, T.T. *Identidades Terminais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SILVA, L. F. et al. *Conciliação, Neoliberalismo e Educação*. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 1996.

SILVA, L. H. da (org.). *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SILVA, S. A. I., *Valores em Educação. O Problema da Compreensão e da Operacionalização dos Valores na Prática Educativa*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1986.

SILVA, T.T. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*, Petrópolis: Editora

Vozes, 1994.

SHIROMA, E. O; Moraes, M. C. M. de; Evangelista, O. *Política Educacional*, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, P.R. Entrevista. *Revista Educação*, jun. 2002, p.17-22

TEDESCO, J.C. *O Novo Pacto Educativo*, São Paulo: Editora Ática, 1998.

UDEMO. Jornal São Paulo, jan.2001

VALLE, L. *A Escola Imaginária*, Rio de Janeiro: DP de A Editora, 1997.

LISTA DE ANEXOS

ROTEIROS PARA ENTREVISTA COM:

ANEXO A: DIRETOR DE ESCOLA

ANEXO B: PROFESSORES

ANEXO C: PAIS DE ALUNOS/REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

ANEXO D: ALUNOS

ANEXO E: QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS

ANEXO A – Roteiro para Entrevistas/Diretor de Escola



ANEXO A – Roteiro para Entrevistas/Diretor de Escola

Nome:

Escola:

1 – Caracterize sua escola e coloque quais são as dificuldades que você encontra para exercer o seu papel de Diretor de Escola. Como poderiam ser sanadas essas dificuldades?

2 – Qual é o tipo de homem que a sua escola pretende formar? Todos os segmentos da escola participam e acolhem este objetivo? Quais são os obstáculos para se alcançar o que a escola se propõe, isto é, formar esse homem? Como a escola tem procurado trabalhar esse objetivo, como tem lidado com os obstáculos?

3 – Qual é a função social que você atribui à escola? Você acha que, nos dias atuais, a escola está efetivamente, realizando essa função? Como? Por que? Se a escola não cumpre sua função social, quais são os motivos?

Para quê serve a escola?

Você vê a escola realizar sua função na sociedade atual?

4 – Você acha que aquele objetivo que você tem para a sua escola está sendo realizado? Como?

5 – Sua escola participa da vida da comunidade em que está inserida? Como?

6 – Há equipes organizadas desenvolvendo Projetos diferentes em sua escola? Quais são os Projetos? Quais são as pessoas envolvidas?

7 – Os alunos de sua escola participam de Projetos (sociais / desenvolvimento de cidadania) que beneficiam a comunidade onde está inserida? Quais? Como? Há um retorno para a escola de benefícios trazidos por esses Projetos? Os alunos se sentem socialmente engajados, responsáveis pela vida comunitária? Como se percebe isso?

8 – Os alunos sentem-se integrados na comunidade escolar? Como pode se perceber isso? Eles atuam bem na escola, aceitam as regras, participam dos eventos e comemorações? Qual é mais ou menos a porcentagem de alunos total, e engajados na escola?

9 - A A.P.M. estimula o relacionamento da escola com os pais e outros elementos da comunidade?/ Em caso afirmativo, que ações são desencadeadas para tal? Você acredita que os pais podem ajudar a escola a exercer sua função? Como?



10 – Há na escola o Grêmio Estudantil organizado e em funcionamento? Quantos eventos o Grêmio programa e executou nos dois últimos anos? O Grêmio pode ajudar a escola a exercer sua função social? Como?

11 – Há participação dos alunos / e/ou seus responsáveis nas diretrizes anuais da escola? Isso traz benefícios para a escola como um todo? Quais são s benefícios? Em caso negativo, favor apontar as razões.

12 – Se existem, quais são os obstáculos que dificultam a participação dos segundos segmentos na elaboração das diretrizes anuais da escola / ou outras reuniões?

13 – A escola deve trazer para dentro dos seus espaços, o mundo real, do qual seus alunos e professores fazem parte. Como para sua escola está vivenciando este aspecto?

14 – Como estão os índices de evasão / repetência antes da Recuperação Final?

15 – Alunos que, simplesmente, deixam a escola, voltam no ano seguinte? Qual a porcentagem mais ou menos?

16 – Qual é o grande motivo que faz esses alunos permanecerem na escola? A seu ver, por que os alunos procuram a escola? O que eles pretendem encontrar aqui? Os objetivos dos alunos “batem” com os objetivos propostos pela escola? Se há diferenças de objetivos, como conciliar isso tudo? Há um trabalho de escola para que essa integração aconteça?

17 – Na atual conjuntura social, a escola deve fornecer conhecimentos que possibilitem às pessoas situar-se no mundo de hoje, ler e interpretar a grande quantidade de informações existentes, conhecer e compreender tecnologias disponíveis, bem como continuar seu processo de aprendizagem de forma autônoma. Você acha que a escola está dando essa condição aos seus alunos? Como? Por que?

18 – Dê sugestões para que a escola efetivamente exerce sua função social.

19 – Qual é a identidade de sua escola?



ANEXO B – Roteiro para Entrevistas/Professores

Nome:

Escola:

Campo de Atuação: Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

1 – Quais as dificuldades que você encontra para exercer o seu papel de professor nesta escola? De quem depende a solução?

2 – Quais as facilidades para você exercer seu papel nesta escola?

3 – Qual é o tipo de homem que esta escola pretende formar? Todos os segmentos da escola conhecem, participam e acolhem este objetivo? Como?

4 – Qual é a função social que você atribui à escola? Para quê serve a escola? Você acha que, nos dias atuais, a escola está efetivamente realizando essa função? Por que?

Se a escola não cumpre sua função social, quais são os motivos?

5 – Você acha que o objetivo que você tem, para a sua escola, está sendo alcançado? Como?

6 – Sua escola participa da vida da comunidade em que está inserida? Como?

7 – Há equipes organizadas desenvolvendo Projetos diferentes em sua escola? Quais Projetos? Quais as pessoas envolvidas?

8 – Os alunos de sua escola participam de Projetos que beneficiam a comunidade em que está inserida? Quais? Como?

Há um retorno para a escola dos benefícios trazidos para esses Projetos? Como? Os alunos se sentem socialmente, engajados, responsáveis pela vida comunitária? Como se percebe isso?

9 – Os alunos se sentem integrados na comunidade escolar? Como pode se perceber isso?

Eles atuam na escola, aceitam bem as regras, participam dos eventos e comemorações?

Qual é a maior ou menor porcentagem dos alunos totalmente engajados na escola?

10 – A A.P.M. estimula o relacionamento da escola com os pais e outros



elementos da comunidade? Como? Cite algumas ações desenvolvidas com esse objetivo.

Você acredita que os pais podem ajudar a escola a exercer sua função social? Como?

11 – Há na escola Grêmio Estudantil organizado e funcionando?

Quantos eventos o Grêmio proporcionou e executou nos últimos dois anos?

O Grêmio pode ajudar a escola a exercer sua função social? Como?

12 – a) Há participação dos alunos na elaboração das diretrizes anuais da escola?

Isso traz benefícios para a escola como um todo? Quais são esses benefícios?

Se existem, quais são obstáculos que dificultam a participação dos segmentos da escola na elaboração das suas diretrizes anuais?

13 – A escola deve trazer para dentro de seu espaço o mundo real, do qual seus alunos, professores e funcionários fazem parte. Como acontece isso em sua escola?

14 – Como está o índice de evasão / repetência antes da Recuperação Final?

15 – Alunos que simplesmente deixam a escola e voltam no ano seguinte. Qual é a porcentagem maior ou menor?

16 – Qual é o grande motivo que faz os alunos permanecerem na escola?

17 – Dê sugestões para que a escola efetivamente exerça a sua função social.

ANEXO C – Roteiro para Entrevistas/Pais de Aluno



ANEXO C – Roteiro para Entrevistas/Pais de Aluno

Nome:

Escola:

1 – O que você, como pai, espera da escola? Você acha que o que você espera da escola está de acordo com o que a escola quer oferecer ao seu filho? Como você pode verificar isso na prática?

2 – Conte o que você mais gosta na escola de seu filho.

3 – O que você menos gosta nessa escola?

4 – Você acha que a escola é importante nos dias atuais? Qual é o papel da escola nesses dias em que estamos vivendo?

5 – A escola tem como um dos seus objetivos, formar o cidadão. Como você entende este cidadão? O que é ser cidadão para você?

6 – Você acredita que a escola, hoje, contribui para a formação do cidadão? Como ela realiza esse papel?

7 – Você consegue enxergar alguma relação entre aquilo que a escola ensina e o que acontece no dia-a-dia? Em outras palavras: a escola está de acordo com a realidade ou está num mundo à parte? Como você pode comprovar o que está dizendo?

8 – Nas escolas sempre existe evasão, isto é, muitos alunos deixam o curso que estão fazendo. Alguns voltam depois de algum tempo. Outros, simplesmente, desaparecem. A seu ver, por que isso acontece? Qual seria o problema na profundidade? Quais seriam as causas que levam o aluno a não se integrar no meio em que vive?

9 – Esta escola é o que você vê, o que você vive diariamente, com seus problemas, seus avanços... De que forma seria a escola ideal para você?



ANEXO D – Roteiro para Entrevistas/Alunos

Nome:

Nível de Ensino:

- 1 – O que você, como aluno, espera da escola?
- 2 – Como você participa da escola?
- 3 – Você participa de algum projeto dentro da escola? E fora da escola, você participa de algum projeto da comunidade?
- 4 – Você gosta da escola? Por que?
- 5 – O que você espera que a escola lhe ofereça para que se torne um cidadão?
- 6 – O que é ser cidadão para você?
- 7 – Quais os “conteúdos” que a escola deveria ensinar? Como deveriam ser ensinados?
- 8 – Se a escola exclui alguns alunos por problemas diversos como é que esse aluno pode aprender?
- 9 – Muitos alunos desistem da escola antes de concluir o curso. De acordo com a sua opinião, quais seriam os motivos que levam os alunos a deixar a escola?
- 10 – Imagine se não houvesse mais escolas. De que modo você aprenderia?
- 11 – Você acha que a escola lhe dá condições de arrumar um bom emprego? Por que?
- 12 – Como seria a escola ideal para você?

ANEXO E – Questionário a ser Respondido por Aluno**Nome:****Escola:**

1 – O que você espera da escola?

2 – Registre o que você mais gosta na sua escola.

3 – Registre o que você menos gosta na sua escola

4 – A seu ver, qual o papel da escola nos dias atuais?

5 – O que é ser cidadão para você?

Você acredita que a escola contribui para a formação do verdadeiro cidadão?
Como?

6 – Que tipo de relação você vê entre o que a escola ensina e o que você vive no dia-a-dia?

7 – Muitos alunos desistem da escola antes de concluir o curso... a seu ver, por que isso acontece?

8 – Como seria a escola ideal, para você?

